



Mestrado Profissional
em Gestão Pública



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – MGP

PAULO RICARDO DA SILVA NEVES

**INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A
SUA RELAÇÃO COM O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO IBURA/RECIFE**

RECIFE

2016

PAULO RICARDO DA SILVA NEVES

**INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A
SUA RELAÇÃO COM O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA NO CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO IBURA/RECIFE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Jatobá

RECIFE

2016

Catálogo na Fonte

Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

N516g

Neves, Paulo Ricardo da Silva

Integração de políticas sociais: O Programa Bolsa Família e a sua relação com o PRONATEC Brasil sem miséria no Centro de Referência da Assistência Social do Ibura/Recife / Paulo Ricardo da Silva Neves. - 2016.

209 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Jatobá

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. Educação inclusiva. 2. Qualificações profissionais. 3. Mercado de trabalho. 4. Integração social. I. Jatobá, Francisco (Orientador). II. Título.

351 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2016 – 126)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Paulo Ricardo da Silva Neves** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “**Integração de Políticas Sociais: O programa Bolsa Família e sua relação com o PRONATEC Brasil sem Miséria no Cras do Ibura/Recife**” orientada pelo Professor **Francisco Jatobá de Andrade** e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Francisco Jatobá de Andrade
Presidente

Cátia Wanderley Lubambo
Examinadora Interna

Maria da Conceição Lafayette
Examinador Externo

Recife, 25 de outubro de 2016.

Prof. Dr. Denilson Bezerra Marques

Coordenador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus criador de todas as coisas, pois, sem Ele, nada seria possível. Apoio constante do início ao fim da dissertação. Mão forte e ombro amigo, onde encontrei forças para superar as dificuldades apresentadas ao longo da minha trajetória no mestrado.

Agradeço a minha família. Em especial à minha amada mãe, Vânia Lúcia, pelo enorme esforço, apoio e amor incondicional. Ao meu amado pai, Paulo Neves (*in memorian*). À minha amada avó, Maria José. Ao meu amado avô, José Pereira (*in memorian*). Os meus amados irmãos, Patrícia Roberta e Pedro Rogério.

Agradecimento especialíssimo a minha amada, flor do meu jardim, minha esposa Mônica Neves, pelo apoio e amor incondicional em todos os momentos da minha trajetória na dissertação. Sem você, certamente, não teria início, meio e fim o meu mestrado.

Agradeço aos meus tios pela contribuição na minha formação como cidadão: Paulo José, Jacira, Maria Augusta, Silvia, Alexandre e, em especial, a André Luiz pelo apoio em momentos difíceis e importantíssimos com reflexos diretos na minha vida.

Agradeço a minha sogra Zuleide da Costa (*in memorian*), exemplo de mãe e guerreira.

Agradecimento especial a Wendeo Costa pelo esforço e apoio ao longo na minha trajetória no mestrado.

Agradecimento especialíssimo ao meu orientador, Francisco Jatobá, por sua paciência, esforço e contribuição no aperfeiçoamento da minha dissertação.

À banca examinadora formada pelas docentes Cátia Lubambo e Maria Conceição Lafayette que me concederam um pouco das suas inteligências e experiências na elucidação de dúvidas e apontamentos de caminhos para o aperfeiçoamento da minha dissertação. Fica, aqui, o meu muitíssimo obrigado.

À coordenadora anterior do MGP, a docente Alexandrina, pelo esforço em conduzir com excelência a administração do mestrado.

Agradecimento especialíssimo ao atual coordenador do MGP, o docente Denilson Marques, pelo apoio, disponibilidade, amizade e fonte de inspiração. Fica o meu mais profundo muitíssimo obrigado.

Ao Departamento administrativo do MGP representado por Juliana, pela presteza, disponibilidade e excelência no atendimento.

Aos companheiros e amigos formados na trajetória do mestrado em especial: Alexandre, Mario, David, Miguel, Edlane, Wivianne nos momentos inesquecíveis de trabalhos em grupo, almoços etc. O meu grande abraço e o muitíssimo obrigado pela prazerosa parceria e convívio.

Agradecimento a outros companheiros e amigos como Oséias, Jerry, Austrino, Bruna Carvalho e Paulo Nascimento fica o meu caloroso abraço e o muitíssimo obrigado pela prazerosa parceria e convívio.

Agradecimento especial a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife, em especial a todos que fazem parte da equipe do CRAS/IBURA. À gerente Elaina; técnicos sociais: Marcela, Priscylla e Robélia. Meu abraço a vocês e profundo agradecimento.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas graças a Deus não sou o que era antes.”

Martin Luther King

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo a avaliação dos impactos que os cursos do PRONATEC Brasil Sem Miséria apresentaram na vida das famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família atendidas no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/IBURA. Defendemos que as condicionalidades saúde e educação, aliadas a uma qualificação profissional como formadores do capital humano tornam-se elementos essenciais para uma possível superação da situação de vulnerabilidade social apresentadas pelos usuários e quebra de um ciclo intergeracional da pobreza. Partimos, portanto, da seguinte hipótese: a educação, qualificação profissional/inclusão produtiva, como elementos formadores do capital humano, podem contribuir para uma possível superação da situação de vulnerabilidade social apresentadas pelos usuários e quebra de um ciclo intergeracional da pobreza. Dessa forma, a nossa abordagem metodológica foi de caráter misto. Na primeira etapa qualitativa, utilizamos um questionário com perguntas abertas nas entrevistas em profundidade com o gestor municipal, coordenadores das unidades qualificadoras FBV e IFPE (coordenadora e discente) e na segunda etapa (pequeno Survey), aplicando-se para a coleta de dados, um questionário estruturado a 100 egressos dos cursos do Pronatec/BSM de 2014. Como resultados, obtivemos descobertas significativas como em relação ao questionamento sobre a inserção no mercado de trabalho devido aos cursos; 56% dos entrevistados responderam que não houve; enquanto 44 % dos entrevistados responderam que obtiveram a inserção no mercado de trabalho por conta do programa. Como também é relevante enfatizar que destes, 38% consideram que situação socioeconômica melhorou, assim como a qualidade de vida da família. Esse dado se apresenta como extremamente positivo para cursos de curta duração FIC. É relevante destacar, também, que esse indicador inserção no mercado de trabalho deve-se ao conjunto escolaridade x qualificação, bem como os limites impostos aos Programas Sociais aplicados no Recife, mais especificamente, no público atendido no CRAS/IBURA.

Palavras-chave: Programas Sociais. Educação. Qualificação Profissional. Mercado de Trabalho. Inclusão Produtiva.

ABSTRACT

This work aimed to evaluate the impacts that the courses of PRONATEC Brazil Without Poverty presented in the lives of families of beneficiaries of the Bolsa Família Program assisted in the Social Assistance Reference Center - CRAS/Ibura. We argue that the conditionalities health and education, combined with a professional qualification as human capital trainers become essential elements for a possible overcoming of social vulnerability presented by users and break an intergenerational cycle of poverty. We start, therefore, the following hypothesis: education, professional training / productive inclusion as forming elements of human capital can contribute to a possible overcoming of social vulnerability presented by users and break an intergenerational cycle of poverty. Thus, our methodological approach was mixed character. The first qualitative phase, we used a questionnaire with open questions in interviews with the municipal manager, coordinators of the qualifying units FBV and OPSI (coordinator and students) and in the second stage (small Survey), applying for data collection, a structured questionnaire to 100 graduates of PRONATEC courses/BSM 2014. As a results, we have obtained discoveries as to the questioning about the insertion in the labor market due to the courses; 56% of respondents answered that there was no; while 44% of respondents who obtained the inclusion in the labor market for program account. As it is also relevant to emphasize that of these, 38% consider that situation has improved as well as the quality of life of the family. This data is presented as extremely positive for short courses FIC. It is important to emphasize, too, that this indicator enter the labor market due to the joint education x qualification as well as the limits to social programs implemented in Recife, more specifically, the public attended the CRAS/IBURA.

Keywords: Social Programs. Education. Professional Qualification. Job Market. Productive Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ênfase nas escolas onde mais de 50% dos estudantes são beneficiários do Bolsa Família.....	48
Gráfico 2- Aumento real no valor das transferências/PBF.....	166
Gráfico 3- Ciclo de aperfeiçoamento e valorização do PBF.....	167
Gráfico 4- Pagamento do Benefício médio mensal (2011-2014).....	168
Gráfico 5- Redução da extrema Pobreza Crianças/Adolescentes.....	169
Gráfico 6- Meta ODM x PBSM.....	170
Gráfico 8- Vantagens para os empreendedores de baixa renda.....	171
Gráfico 9- Empréstimos para beneficiários do PBF/CADÚNICO.....	172
Gráfico 10 - Total de famílias em acompanhamento do PAIF em dezembro.....	98
Gráfico 11 - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	97
Gráfico12- Percentual de usuários por sexo.....	123
Gráfico13 - Raça/Cor dos entrevistados (em %).....	123
Gráfico14 - Estado Civil dos Entrevistados (em %).....	124
Gráfico15 - Percentual de Famílias x número de filhos.....	125
Gráfico16 - Responsáveis pelo sustento Familiar (em %).....	125
Gráfico17 - Percentual de pessoas por família.....	126
Gráfico18 - Situação Sócio econômica (em %).....	127
Gráfico19 - Duração dos Cursos em Meses (em %).....	128
Gráfico20 - Percentual de alunos x unidades qualificadoras.....	129
Gráfico21 - Escolaridade (em %).....	130
Gráfico22 - Percentual dos entrevistados que recebem ou não recebem o PBF..	131
Gráfico23 - Inseridos no Mercado de Trabalho em função do Pronatec/BSM.....	132
Gráfico24 - Qualidade do Curso (em %).....	133
Gráfico25 - Encaminhamentos dos Egressos no Mercado de Trabalho pelo Pronatec/BSM.....	134
Gráfico26 - Situação Sócio Econômica por Sexo.....	138
Gráfico27- Situação Sócio Econômica por sexo.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro1 - Percentual de ofertas de cursos por unidades qualificadoras.....	81
Quadro2 - CondicionalidadeEducação/ outubro e novembro.....	165
Quadro3 - IDCRAS (2011-2014).....	174
Quadro4 -Relatório anual CRAS/2014.....	175
Quadro6 - Quais cursos o entrevistado fez.....	177
Quadro7 - Segundo curso que o entrevistado cursou.....	178
Quadro8 -Ocupação atual do entrevistado.....	179
Quadro9 -Motivos para fazer o Pronatec.....	180
Quadro10 - A importância do Pronatec na vida do entrevistado.....	181
Quadro11 -Local do curso.....	181
Quadro12 -Material didático.....	182
Quadro13 - Após o Pronatec melhorou a situação.....	182
Quadro14e15 -Familiares que cursam ou pretendem cursar.....	183
Quadro16 -Aspectos positivos do Pronatec.....	184
Quadro17 -Número de filhos x situação econômica.....	185
Quadro18 -Escolaridade x situação econômica.....	187
Quadro19 -Quantidade de pessoas residindo x situação econômica.....	189
Quadro20 -Raça x opção por fazer o curso.....	191
Quadro21 -Raça x inserção no mercado de trabalho.....	193
Quadro22 -Raça x situação econômica melhorou em função do Pronatec.....	194
Quadro23 - Raça x escolaridade.....	195
Quadro24 -Sexo x opção por fazer o curso.....	198
Quadro25 -Sexo x inserção no mercado de trabalho.....	200
Quadro26 -Sexo x a situação melhorou.....	201
Quadro27 -Sexo x a família recebeu ou recebe o PBF.....	202
Quadro28 -Sexo x escolaridade.....	203

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Bolsa Família relatório do MDS/2014.....	164
Mapa 2- Fortalecimento e expansão da economia solidária.....	71
Mapa 3- Localização da RPA-6.....	98
Mapa 4- Localização da Microrregião 6.2.....	99
Mapa 5- Localização da Microrregião 6.3.....	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Assistência técnica e fomento, e inclusão produtiva.....	173
Figura 2 -Fluxo das etapas de funcionamento do PRONATEC/BSM.....	59

LISTA DE SIGLAS

- CRAS**- Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS**-Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- FBV**- Faculdade Boa Viagem
- IFPE**- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
- LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB** - Norma Operacional Básica
- PBF**- Programa Bolsa Família
- PBSM**- Plano Brasil Sem Miséria
- PRONATEC**- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- PROUNI**-Programa Universidade para Todos
- RPA**- Região Política Administrativa
- SDSDH**-Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
- SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI**- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SENAT**-Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes
- SEST**- Serviço Social de Transporte
- SICON**- Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família
- SIGPBF**-Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
- SUAS**- Sistema Único da Assistência Social
- SISTEC**-Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	23
1. Políticas de Transferência de Renda na América Latina: um olhar para o Brasil	23
1. 1. Teoria do Capital Humano e a sua relação com o Programa Bolsa Família e o PRONATEC Brasil Sem Miséria	29
CAPÍTULO II	42
2. Cadastro único	42
3. Programa Bolsa Família/PBF/2003	43
3.1. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)	56
3.2. Plano Brasil Sem Miséria/2011	72
CAPÍTULO III	77
4. O PRONATEC proposto e o ofertado	77
CAPÍTULO IV	87
5. Política Nacional da Assistência Social	88
6. Proteção Social	89
7. Proteção social básica	90
8. O Centro de Referência da Assistência Social/CRAS	92
8.1 Caracterização dos atendimentos do município de Recife	94
8.2. Uma breve caracterização do bairro do Ibura, Jordão e Cohab	98
8.3. Realidade de Atendimento do CRAS Ibura	100
CAPÍTULO V	110
9. Decisões metodológicas	110
9.1. PRIMEIRA ETAPA: pesquisa qualitativa com os gestores da FBV (gestor) e IFPE (gestor e docente)	111
9. 3. SEGUNDA ETAPA: pesquisa quantitativa com os egressos do PRONATEC/Inscritos no CadÚnico	120
9. 4. Caracterização dos entrevistados	122
10. Cruzamento de dados	138
11. Achados e elucidações da pesquisa	146
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	154
ANEXOS	164

INTRODUÇÃO

Acreditando que a Educação e a qualificação profissional são elementos relevantes na formação do capital humano, componente fundamental para o desenvolvimento dos países que surgiu a proposta desta dissertação. Para a teoria do capital humano, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico.

Nosso trabalho de dissertação tem o objetivo de encontrar respostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas sociais por meio da inter-relação/integração do Programa Bolsa Família com o PRONATEC Brasil Sem Miséria, no sentido de viabilizar a saída dos usuários dos referidos programas da situação de vulnerabilidade social e dependência e, conseqüentemente, alcançando a autonomia.

O modo de pensar as políticas públicas sociais teve grande avanço na Constituição Federal/88 e, posteriormente, numa série de marcos legais como a LOAS/93, a PNAS/04, SUAS/05, o Plano Brasil Sem Miséria- Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 e a lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 que originou o PRONATEC/BSM.

Esses marcos legais tiveram na Constituição Federal de 1988 elemento norteador nas suas construções cujas propostas são o alcance da garantia dos direitos sociais através das políticas públicas direcionadas para assegurar o amparo e proteção social necessários para que os usuários da assistência social consigam sair da situação de vulnerabilidade social, para isso é necessário que se mantenham auferindo de recursos próprios dignamente.

Como exemplo desses avanços, temos o Benefício de Prestação Continuada-BPC definido na Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS/1988, cujo direito a um salário mínimo destinado a idosos acima de 65 anos ou ao cidadão com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as

demais pessoas. Para ter esse direito, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente.

Em 2003, esse novo modelo de pensar a proteção social deu origem ao Programa Bolsa família, cujo objetivo, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário-MDS, é contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e garantindo a uma parcela fora do mercado formal de trabalho um recurso no auxílio às necessidades básicas de alimentação, o que é considerado como um programa de distribuição direta de renda. Além disso, houve a preocupação na redução dos níveis de evasão escolar como também na diminuição da mortalidade infantil.

Para que esses objetivos sejam alcançados em longo prazo, segundo o MDS, as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades) com objetivo de reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Dessa forma, o acesso a essas políticas públicas oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

As condicionalidades não têm uma lógica de punição, e sim de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, devem ter o compromisso de assegurar a oferta de tais serviços.

Durante os 10 primeiros anos o Programa Bolsa família atendeu cerca de 50 milhões de brasileiros de forma direta. Entre os efeitos atribuídos ao programa, estão as expressivas quedas da evasão escolar¹ e a taxa de mortalidade infantil²,

¹De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2013, os alunos do Bolsa Família tem apresentado menor taxa de abandono e desempenho equivalente ao dos colegas que não integram o programa. No Ensino Fundamental, a taxa de aprovação dos alunos beneficiários cresceu de 80,5%, em 2008, para 86,3%, em 2013. A taxa de abandono é de 2,5% entre os beneficiários e 2,7% entre os que não estão no programa. No Nordeste, as taxas são de 3,3% entre beneficiários e de 6,1% entre os que não participam do Bolsa Família. Além disso, mais de 33 mil escolas que têm maioria dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família aderiram ao Programa Mais Educação e ofertam atividades em período integral.

²Ao vincular a transferência de renda à condicionalidade de saúde, as crianças são acompanhadas desde antes de nascerem, com o pré-natal das beneficiárias gestantes. A exigência de

não obstante, tais conquistas durante esse período as demandas do público alvo do programa passaram a exigir novos mecanismos para atingir o objetivo principal do programa a saída da situação de vulnerabilidade social das famílias inseridas.

Assim, a reflexão que se coloca é a seguinte: como dar o suporte as famílias no sentido de não depender *ad infinitum* do estado como mantenedor das suas necessidades básicas de sobrevivência?

Nesse sentido, surgiu em junho de 2011 o Plano Brasil Sem Miséria. Esse plano tinha o intuito de desenvolver o capital humano objetivando o apoio às famílias na inserção produtiva. Foi criado, assim, com esse intuito o PRONATEC Brasil Sem Miséria, cuja proposta é de proporcionar cursos de qualificação profissional aos inscritos no CadÚnico, no Bolsa Família e no BPC.

Em outubro de 2011 o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego: PRONATEC, com o objetivo de expandir a oferta de vagas públicas em diferentes modalidades de cursos de formação e qualificação profissional voltado a atender as demandas produzidas pelo crescimento econômico e refletidas no mercado de trabalho.

No contexto anterior de modelo neoliberal clássico³ que dominou toda a década de noventa no Brasil, o tema da formação da mão-de-obra saiu de foco em função dos altos índices de desemprego, além das transições impostas pela

acompanhamento teve repercussão direta na queda da mortalidade infantil – 19% em crianças de até cinco anos – e na diminuição em 14% do número de nascimentos prematuros. Os números mostram que a redução da mortalidade foi ainda maior quando observadas causas específicas, como desnutrição (65%) e diarreia (53%). Afastado o risco de morte nos primeiros anos de vida, as crianças também têm superado a deficiência nutricional crônica, que caiu pela metade – de 17,5%, em 2008, para 8,5 %, em 2012. Por conta disso, a altura média das crianças do Bolsa Família aumentou. No caso dos meninos, passou de 107,8 cm, em 2008, para 108,6, em 2012. As meninas passaram de 107,2 cm para 107,9 cm, no mesmo período.

Fonte: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/outubro/bolsa-familia-completa-12-anos-e-pode-celebrar-a-primeira-geracao-de-criancas-livre-da-fome-e-na-escola>, acessado em 25/02/16.

³ No campo da proteção social, pode-se demarcar sucintamente que essa receita para gestão pública representou um desmonte progressivo dos sistemas de proteção social principalmente naqueles de veiculação e direitos universais, o que acarretou, no fim dos anos 90 (séc. passado), “do ponto de vista social, [...] o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo” ⁴o que, contraditoriamente, aumentou as demandas por proteção social. (BEHRING, 2000, p. 310).

reestruturação da produção. Logo, com o novo impulso econômico, um dos primeiros impactos foi a falta de mão-de-obra qualificada para atender às diferentes exigências do mercado de trabalho⁴.

Anderson (1995, p. 23) analisa que na década de 90 (séc. XX), que o neoliberalismo teve êxito em alguns aspectos, mas em outros não:

[...] se houve controle da inflação e retomada das taxas de lucro, fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não houve, contudo, uma reanimação do capitalismo, com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior.

Diante da demanda por força de trabalho, sensível, sobretudo, no setor de serviços e na indústria da construção civil, o PRONATEC passa a engajar massivamente a população de baixa renda, de baixos níveis de escolarização, público alvo das políticas sociais em diversos cursos de qualificação profissional voltados a atender ao mercado formal de trabalho.

Nesse contexto, surge o PRONATEC- BRASIL SEM MISÉRIA que está inserido no Plano Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado no Governo de Dilma Rousseff em 2011 para combater a extrema pobreza no Brasil.

O Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, criado pela lei 12.513/2011 é uma parceria do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministério da Educação, cujo objetivo é ofertar de forma gratuita cursos de qualificação profissional, por meio da bolsa formação trabalhador para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, prioriza, especialmente, os beneficiários do programa Bolsa Família e para aqueles que recebem os Benefícios de Prestação Continuada-BPC.

Essa oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico é chamada de PRONATEC-Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM). É articulada com outras políticas públicas de

⁴*Ibid*, p. 311

inserção profissional e produtiva do Plano Brasil Sem Miséria, envolvendo ações de intermediação pública de mão de obra, de economia solidária e de apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo individual.

Trazendo a ilustração dessa política para o caso da cidade do Recife, o acesso aos programas sociais é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura e a inscrição no CadÚnico, assim como a pré-matrícula nos cursos do PRONATEC Brasil Sem Miséria são feitos pelos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) distribuídos em seis RPA's (Regiões Políticas Administrativas) e os cursos, por sua vez, são ministrados pelo Sistema S (SENAI, SENAC, Rede Federal, Rede Estadual e Rede Privada).

Nesse contexto, buscaremos, então, avaliar os impactos do PRONATEC entre os beneficiários do Programa Bolsa Família que concluíram os cursos de qualificação profissional em 2014, atendidos no CRAS/IBURA compreendidos nas microrregiões 6.2 (Ibura e Jordão) e 6.3 (COHAB) que compõe com a 6.1. a RPA (Região Política Administrativa) 6.

Após essa breve apresentação, levantamos as seguintes questões:

- Como se dá/deu a repercussão do Programa PRONATEC na vida dos seus beneficiários?
- Quais os principais impactos e mudanças nas vidas dos beneficiários em suas oportunidades de integração no mercado de trabalho?
- Poderia o PRONATEC ser uma condicionalidade do Programa Bolsa Família?

Essas, portanto, são algumas questões que norteiam nosso trabalho. Além disso, fazemos, também, o seguinte questionamento: quais são os impactos na família a partir do indivíduo que faz o curso de qualificação do PRONATEC?

Esta dissertação enseja contribuir com a gestão pública ao trazer à luz informações a respeito dessa relação/integração, a fim de aperfeiçoar o *modus operandi* como as políticas públicas de cunho social podem garantir, em um futuro

próximo, um melhor atendimento ajudando as famílias a alcançar uma cidadania plena.

A nossa intenção, então, é verificar quais os impactos que os cursos do PRONATEC Brasil Sem Miséria apresentam na vida das famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Portanto, esta pesquisa justifica-se por defendermos que as condicionalidades nas áreas de saúde e educação, aliadas a uma qualificação profissional adequada, tornam-se elementos essenciais para uma possível superação da situação de vulnerabilidade social apresentadas pelos usuários.

O PBF tem apresentado importantes resultados nos indicadores relacionados às suas condicionalidades (saúde e educação) no concernente à mitigação da evasão escolar e da diminuição da mortalidade infantil, principalmente devido ao aumento da presença das gestantes no pré-natal e da melhoria no acesso à alimentação.

Entretanto, apesar dos avanços nos indicadores relacionados à Educação e Saúde que são condicionalidades do PBF, estes *per si* não tem sido suficientes para a superação da vulnerabilidade social dos beneficiários do programa.

Dessa forma, respaldado na nossa experiência profissional de 10 anos atuando na assistência social da Prefeitura do Recife, dos quais 2 anos no CRAS-IBURA, não percebemos mudanças significativas nas famílias em relação ao mercado de trabalho (não disponibilizamos de dados que fundamentem essa afirmação, nos baseamos no longo período que as famílias levam do cadastro, a concessão do benefício e da permanência destas no PBF e das adolescentes com filhos desta que passam a fazer parte do perfil) dificultando a superação da situação de fragilidade sócio econômica exposta pelos usuários atendidos.

Todavia, fazer algum curso do PRONATEC/BSM não é uma das condicionalidades do PBF para superação da situação de vulnerabilidade social, mas em consonância com a perspectiva de Alfred Marshal (1890) acerca dos vetores para o desenvolvimento das sociedades, compreendemos que a Educação e

a Educação Profissional desempenham papel importante para superação dos obstáculos sócio econômicos contribuindo para o alcance da autonomia/emancipação dos indivíduos com impactos nas famílias na busca de uma cidadania⁵ com justiça social.

É com essa perspectiva que pretendemos descortinar os impactos nas famílias que são beneficiárias do PBF que tenham algum dos seus componentes que fizeram e concluíram algum curso de qualificação profissional do PRONATEC/BSM.

O presente trabalho está dividido, portanto, da seguinte forma: no Capítulo I apresentaremos um breve relato do cenário das Políticas de Transferência de Renda na América Latina: um olhar para o Brasil, a Teoria do Capital humano e a sua relação com o PBF e o PRONATEC/BSM e Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento na busca da emancipação/autonomia; no capítulo II serão apresentados os programas sociais bolsa família, o PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Plano Brasil Sem Miséria; no capítulo III abordaremos as questões relacionadas ao PRONATEC Proposto e o PRONATEC Ofertado; no capítulo IV discutiremos acerca do CRAS-IBURA; e, por fim, no capítulo V, veremos o processo metodológico e a pesquisa com o Gestor municipal do PRONATEC/BSM, as unidades qualificadoras Faculdade Boa Viagem-FBV (Gestor), Instituto Federal de Pernambuco-IFPE (Gestor e Docente) e com os usuários beneficiários com os usuários beneficiários do Programa Bolsa Família que fizeram algum curso do PRONATEC/BSM.

⁵Thomas Humprey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente por seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class* (Cidadania e Classe Social) publicado em 1950, a partir de uma conferência proferida no ano anterior. Analisou o desenvolvimento da cidadania como desenvolvimento dos direitos civis, seguidos dos direitos políticos e dos direitos sociais, nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. Introduziu o conceito de direitos sociais, sustentando que a Cidadania só é plena se é dotada de todos os três tipos de direito e esta condição está ligada à classe social.

CAPÍTULO I

Neste capítulo pretendemos apresentar um breve relato do cenário das Políticas de Transferência de Renda na América Latina: um olhar para o Brasil, a Teoria do Capital Humano e a sua relação com o PBF e o PRONATEC/BSM e Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento na busca da emancipação/autonomia.

O primeiro tópico apresenta sucintamente a configuração das políticas de transferência de renda na América Latina, na qual o Brasil se baseou, e a importância da formação do capital humano na formulação destas políticas.

No segundo tópico será discutido, de forma mais específica, o cenário brasileiro atual, relacionando a política de transferência de renda (Bolsa Família) e o PRONATEC/BSM com a relevância da formação do capital humano.

No terceiro tópico abrimos um breve debate a respeito dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento na busca da emancipação/autonomia por se tratar do objetivo principal dos programas sociais brasileiros tratados nesta dissertação.

1. Políticas de Transferência de Renda na América Latina: um olhar para o Brasil

Buscamos nos estudos realizados na América Latina e Caribe por Silva, Yazbeck e Giovanni (2013) para entendermos melhor o fenômeno da pobreza e como os programas sociais de enfrentamento têm sido operacionalizados no Brasil. Esses programas têm sido apresentados como regulados e definidos por relações de exploração econômica e dominação política.

A problematização sobre os programas de transferência por Silva (2014) perpassa por duas categorias teóricas: pobreza e teoria do capital humano. Por

outro lado, o conceito elaborado por Silva (2014) como proposta de superação da definição de pobreza por parte da classe dominante é concebida como um atributo negativo: carência, ausência, sendo enfatizada dentro de uma concepção monetarista que afere a pobreza somente como ausência de renda.

No que diz respeito à pobreza, Silva (2014) apresenta com um enfoque mais atual, referenciando-a como um fenômeno relativo, que depende do modo de vida dominante de cada país, ou seja, é fenômeno dinâmico, heterogêneo, multidimensional pela interferência de aspectos quantitativos e qualitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais.

Como bem descortinado por Silva (2014), além da renda, o conceito de pobreza agrega-se à vulnerabilidade social (problemas de saúde, educação, moradia, desemprego e grande dificuldade de fazer valer direitos no meio profissional e extraprofissional).

O fenômeno da pobreza, dessa forma, apresenta-se como uma situação durável de não ter, não saber e de não poder, conforme enfatiza Silva (2014) e Euzéby (1991). Silva (2014) ainda afirma que esse fenômeno apresenta características novas em relação a outros conceitos, sendo mais intensiva extensiva e duradoura e sempre um problema político de escolha de estratégias, quer por deficiência de recursos ou de possibilidades.

O conceito de pobreza não se apresenta de forma estática, pois faz parte de um processo histórico, reproduzido com marcas de características históricas e culturais de cada formação social. Desta forma, Yazbeck e Giovanni (2012) referenciaram a pobreza como um fenômeno estrutural e multidimensional, superando o conceito simplista de ser apenas insuficiência de renda. Configurando-se conceitualmente como: i) desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; ii) não acesso aos serviços básicos; iii) não acesso à informação; iv) não acesso ao trabalho e à renda digna; ev) não participação social e política.

Depreende-se desse conceito que os direitos sociais ou direitos de cidadania são justamente o contrário dos referentes à pobreza, ou seja, uma distribuição de

renda com justiça social, e por meio de políticas públicas eficientes se caracteriza pelo acesso aos serviços básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna, à participação social e política (YAZBEK& GIOVANNI, 2012).

Ao analisar a pobreza no âmbito do Programa de Transferência de renda⁶, na América Latina e Caribe⁷, Silva (2014) discute o fenômeno pobreza dentro de uma concepção multidimensional, apresentando-a na perspectiva dos critérios de elegibilidade das famílias e pessoas, nos objetivos dos programas, na fixação das condicionalidades e na oferta de benefícios não monetários e ações complementares. Demonstra que na prática os programas sociais são assentes na concepção monetarista da pobreza ao destacar a renda como critério principal de inclusão e desligamento dos programas, com fortes marcas de um componente ideológico que conduz à fragmentação, à categorização do público-alvo e à desuniversalização dos serviços ofertados, nos campos da saúde e educação.

Os programas de transferência de renda no Brasil apresentam-se dentro dos direitos universais. Vejamos, então, como Simões (2013), faz a distinção entre os direitos clássicos e os universais:

- Os clássicos, no Estado Social, foram delimitados à população trabalhadora, tendo ficado as demais parcelas excluídas do mercado de trabalho, sem acesso à satisfação das necessidades básicas, relegadas à indigência e ao assistencialismo filantrópico.

⁶ De acordo com Simões (2012, pg.6) Programas de transferência condicionada de renda –PTCR vêm sendo implementados em países em desenvolvimento com base no pressuposto de que podem contribuir para o alívio a pobreza no curto prazo e promover o acúmulo do capital humano no longo prazo, resgatando, assim futuras gerações da armadilha da pobreza.

⁷ Segundo Paiva, Falcão e Bartholo (2013, p.33-34), na América Latina a adoção dos programas de transferência condicionada de renda adotou desenhos bastante diferentes para contornar as dificuldades inerentes à implementação de programas focalizados. Atendendo-se apenas aos casos mais mencionados na literatura, a experiência mexicana baseou-se na centralização administrativa e em um índice multidimensional; e a experiência chilena, no empoderamento da estrutura da assistência e também em um índice multidimensional (SOARES *et al.*, 2009). A experiência brasileira, assentada em uma estrutura de assistência social descentralizada e no período de implementação do programa, ainda incipiente, concedendo benefícios com base unicamente na renda declarada, pode ser considerada única.

- Os universais, instituídos pela constituição de 1988, embora também buscando assegurar o referido acesso, o pressuposto da prévia vinculação às relações de trabalho e sim as determinadas situações de carência social, definidas por níveis de renda indicadores de pobreza ou de posição abaixo da linha da pobreza.

Nessa distinção, os universais são postos como direitos públicos subjetivos, cuja efetividade é dever do Estado promovê-los por meio de políticas públicas sociais. Sendo que, ao longo do processo histórico, essa concepção deslocou-se da crise de desemprego para a crise do consumo dos bens necessários à sobrevivência. De acordo com Simões (2013), esse aspecto apresenta uma ambiguidade: de um lado, em decorrência das lutas sociais pelo direito à dignidade; de outro, como expressão da crise de consumo, reduzindo seus titulares a carentes e pobres, como se sua situação social não decorresse da crise do trabalho.

Simões (2013) critica a forma abstrata e formalista por meio das quais os direitos universais foram concebidos. O autor defende que esses direitos deveriam ser vistos de maneira ponderada em relação às desigualdades sociais e não somente às diferenças de renda, ou seja, que a todos equalizam e não passam de sua consequência.

Depreende-se da análise dos direitos universais descortinada por Simões (2013) que estes foram erigidos numa lógica da redução do conteúdo social dos direitos sociais ao atendimento das necessidades básicas. Nesse sentido, cabe pontuar a teoria dos mínimos sociais definida por Simões (2013), como a redução do conteúdo social dos direitos legitimados pelo Estado, reduzindo-os os direitos à satisfação das necessidades básicas, limitando os pobres e carentes ao que o governo define como o máximo a que eles têm direito.

Desta forma, o estado renuncia os compromissos do pacto social instituído nas cartas de Direitos Humanos universais, desfigurando, portanto, o *status* da cidadania, originariamente instituído na igual oportunidade de todos ao trabalho e à renda, segundo o mérito.

O conceito de mínimos sociais contradiz o que preconiza a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 3º, inciso III nos seus princípios fundamentais, nos quais expressam e priorizam a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução as desigualdades sociais e regionais. Necessitando para esse intento um aporte maior de recursos.

Simões (2013) afirma que, contraditoriamente ao conceito de mínimos sociais, o conteúdo dos direitos sociais exige proteção integral, uma vez que somente em seu conjunto são efetiváveis, pois não é assegurado o direito à moradia, por exemplo, em um conjunto habitacional popular, sem igualmente o direito ao transporte público, posto de saúde, escola, segurança pública, lazer, cultura etc.

Ao avaliarmos os programas de transferência de renda devemos compreender a teoria do Capital Humano, enquanto categoria teórica central que norteia o discurso e a prática destes na América Latina.

Minto (2006) e Silva (2014), a respeito da teoria do Capital Humano, afirmam que essa teoria surgiu no início do ano 1950 nos Estados Unidos, relacionada ao surgimento da disciplina Economia da Educação, sendo Theodore W.Schultz considerado como o principal formulador dessa disciplina e da idéia de capital humano.

Segundo Silva (2014), a economia da educação surgiu para explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano na produção, tendo como pressuposto a noção de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, constitui-se em um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, conseqüentemente, das taxas de lucro do capital.

A partir da sua aplicação no campo educacional, à ideia do capital humano reconfigurou-se de uma conceptualização tecnicista, expandindo-se a interpretação de que o desenvolvimento econômico bem como o desenvolvimento do indivíduo passa pela educação.

Silva (2014) explica que, ao educar-se, o indivíduo estaria valorizando a si próprio, na mesma lógica que o capital é valorizado. Olhando por essa lente, os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional foram deslocados para o âmbito individual, transformando a educação num valor monetário inspirados nas teorias neoclássicas que compõem uma equação perversa de equiparação capital e trabalho como se ambos fossem meros fatores de produção. Nessa perspectiva, é legitimada a ideia de que os investimentos em educação, considerada fator econômico essencial para o desenvolvimento, são determinados pelos critérios do investimento capitalista.

Em contraposição, Frigotto(2010) considera a educação apreendida no plano das determinações e relações sociais, constituída e constituinte destas relações. Assim, a educação tem sido um campo de disputa hegemônica nas diferentes esferas da vida social, articulando concepções e organizando processos e conteúdos educativos na escola.

Frigotto (2010) corrobora com Minto (2006), pois também considera que é no campo disciplinar da Economia da Educação que a educação é definida como fator de produção, explicitada principalmente pela teoria da modernização, após a Segunda Guerra Mundial. A educação é alçada ao capital humano, constituindo-se em esfera específica das teorias do desenvolvimento, inicialmente formulada pelo grupo de estudos coordenado por Theodoro Schultz, nos Estados Unidos, na década de 1950. A ideia principal é de que o capital humano é a de que “[...] há um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal da capacidade de produção” (FRIGOTTO, 2010, p.43).

A educação é considerada, dessa forma, como um vetor para o desenvolvimento, pois potencializa a capacidade de trabalho e de produção, passando o investimento em capital humano a ser considerado um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

Frigotto (2010) afirma que a teoria do capital humano é disseminada como solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre

indivíduos, com grande penetração nos países latino-americanos e de terceiro mundo, mediante organismos internacionais como (BID, BIRD, OIT, Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura-Unesco, entre outras) que são representantes dominantes da visão e interesses do capitalismo integrado ao grande capital.

1.1. Teoria do Capital Humano e a sua relação com o Programa Bolsa Família e o PRONATEC Brasil Sem Miséria

Percebemos que nos programas Bolsa Família e PRONATEC que fazem parte do Plano Brasil Sem Miséria, temos elementos intrínsecos formadores do capital humano. Há, nesse cenário, uma nítida intencionalidade em favorecer a elevação do capital humano, no sentido de vislumbrar uma porta de saída para a situação de vulnerabilidade social dos usuários dos programas sociais, podendo ser apresentados da seguinte forma:

- Eixos do Bolsa Família que fazem parte da teoria do capital humano: Educação e Saúde;
- Eixos do PRONATEC que fazem parte da teoria do capital humano: Educação e Qualificação Profissional.

Antes de apresentarmos os programas, é interessante entendermos o conceito de capital humano por defendermos que, através do seu desenvolvimento, vislumbramos um cenário positivo para a busca da autonomia/emancipação dos usuários do Programa Bolsa Família, por meio dos cursos de qualificação profissional do PRONATEC.

Tomando por base os trabalhos empíricos de autores como Benhabib e Spiegel(1994), Souza (1999), Martin e Herranz(2004), Viana e Lima (2010), nos quais apresentam o capital humano dimensionado pelo nível de educação e conhecimento da população. Os autores consideram esse capital uma variável relevante no conceito e nos modelos de crescimento econômico, pois o aumento da produtividade da população está relacionado não somente à acumulação de capital

físico, como também do capital humano, que serve de suporte para diminuir os rendimentos decrescentes advindos do capital físico.

De acordo com Viana e Lima (2010), a educação determinada pelo nível de qualificação da população, surge como alternativa para a redução das desigualdades econômicas e ao fortalecimento das economias regionais, influenciando ganhos a população, elevando a produtividade do capital humano, como também o nível da produtividade do capital físico.

Não se trata, apenas, de avaliar o desenvolvimento do capital humano das pessoas inseridas no mercado de trabalho, mas também entender que investimentos em educação e qualificação profissional inter-relacionados às políticas públicas como saúde, habitação, saneamento etc. contribui na melhoria da qualidade de vida da população, refletindo na melhoria nos indicadores componentes do índice de desenvolvimento humano – IDH.

O mercado de trabalho, no contexto atual brasileiro, surge não apenas no contexto do mercado formal (o de carteira assinada), mas também na criação de pequenos negócios, apoiados no conceito de inclusão produtiva⁸ e alicerçado pela preparação do indivíduo no setor produtivo pela qualificação, acesso a microcréditos e abertura do seu próprio negócio, estimulando a abertura de novos nichos no mercado, e conseqüente aumento do emprego com o surgimento das microempresas.

A inclusão produtiva é colocada nos princípios do Plano Brasil Sem Miséria e no PRONATEC/BSM como elemento importante como porta de saída dos beneficiários dos programas sociais como o PBF e o BPC.

⁸ O termo inclusão produtiva torna-se oficial, como um dos três eixos do Plano Brasil Sem Miséria. Esse eixo tem como objetivo propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e rural. O aumento e estímulo ao aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade. (BRASIL, 2012). Segundo Souza (2013, p. 297), inclusão produtiva é referência para ações que estimulem a geração de ocupação e renda para indivíduos ou grupos, visando a sua autonomia e emancipação.

Ou seja, com a proposta do aumento no nível do capital humano, esses programas sociais inter-relacionados/integrados proporcionam a possibilidade do aumento da escolaridade, do estímulo a qualificação profissional, a entrada no mercado, por via formal, bem como o acesso à informação viabilizada pelos atendimentos nos Centros de Referência da Assistência Social –CRAS que são as portas de entrada para o acesso aos benefícios e programas de distribuição direta de renda como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC, e a qualificação profissional através do PRONATEC/BSM.

Ao elencar os fatores determinantes do crescimento econômico, Viana (2010, p.138) se reporta a classificação do autor Klisberg (1999) que os define da seguinte forma:

- **Capital natural**, constituído pelos recursos naturais existentes em cada país ou região, bem como a proporção de terras com boas condições de cultivo, extração vegetal e mineral, entre outros aspectos;
- **Capital construído**(capital físico), o qual inclui a infraestrutura, bens de capital, capital financeiro e comercial;
- **Capital humano**, caracterizado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população, além dos investimentos inseridos nessa área;
- **Capital social**, determinado pelo nível de associação entre os indivíduos, estudado recentemente como uma forma determinada do crescimento econômico, tanto de base local, quanto regional.

Esses fatores chamados de variáveis por Kliksberg (1999). Segundo Viana (2010), se destacam tendo o capital humano e o capital social com participação majoritária no desempenho econômico-regional.

O capital humano da forma como foi caracterizado, reforçam os elementos intrínsecos as linhas dos programas sociais formatados a partir de 2003 no Brasil, com influência direta na diminuição da evasão escolar e na melhoria da saúde.

No concernente à área da saúde dos programas sociais, como o Bolsa família, a contribuição maior é a diminuição da mortalidade infantil por meio do maior acesso à alimentação e maior responsabilidade das mães em relação à vacinação dos filhos.

Com relação à educação, programas sociais como o Bolsa Família e o PRONATEC/BSM favorecem a melhoria na aprendizagem por meio da escola formal e das unidades de qualificação profissional, além do aprendizado de uma profissão estimula o cidadão a buscar melhorar a escolaridade para mitigar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e o estímulo ao empreendedorismo.

A importância do desenvolvimento do capital humano mediante a promoção das políticas públicas sociais supera um viés meramente mercadológico. Surge, portanto, como elemento garantidor de direitos e como instrumento relevante para a obtenção desse objetivo dentro da política de assistência social. No que diz respeito à proteção social básica, temos o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e, na proteção social especial de média complexidade, temos, também, o Centro Especializado da Assistência Social – CREAS.

O CRAS é a unidade pública estatal, responsável pela organização e oferta de serviços que garantem o acesso aos benefícios e programas sociais como também a orientação e acompanhamento das famílias de forma eventual ou continuada, oportunizando o usufruto da informação do conhecimento, cujo objetivo é a superação da situação de vulnerabilidade social⁹ exposta por estas.

Devem estar localizados nos municípios e no distrito federal em áreas de fácil acesso a essas famílias e indivíduos, obrigatoriamente, desenvolvendo a gestão da rede socioassistencial de proteção social básica do seu território (MDS,2009)e oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF.Em conformidade com

⁹As situações de vulnerabilidade social são causadas pela pobreza, privação e fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (ex. pessoas em situação de rua), acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou situações de discriminação étnica, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros. São situações vividas que caracterizam os usuários da assistência social. (PNAS/2004)

a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, além do PAIF, outros serviços podem ser ofertados ou referenciados ao CRAS.

Já o CREAS é uma unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Esse equipamento tem como papel constituir-se em *locus* de referência nos territórios da oferta de trabalho social especializado no Sistema Único da Assistência Social-SUAS, a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

O acesso a um curso de qualificação profissional, que antes era restrito apenas a pessoas que tinham condições de pagar pelo ingresso, aparece para uma classe¹⁰ que antes estava distante do acesso a políticas públicas, através de equipamentos como o CRAS, mediante a inscrição no Cadastro Único.

A oferta dos cursos de qualificação profissional para os indivíduos inscritos no Cadastro único tem o intuito de contribuir para a sua entrada no mercado de trabalho formal, como também o estímulo e o acesso ao conhecimento mediante retorno e ou aumento da escolaridade, visando, sobretudo, à superação da situação de vulnerabilidade social.

Impende destacar, também, que mecanismos colocados como condicionalidades do PBF dentro da proteção social operacionalizada pelo CRAS atuam de forma a fortalecer a família que, junto com o estado, são os principais instrumentos garantidores dos direitos sociais. Portanto, além de ser um programa de distribuição direta de renda, o PBF contribui tanto para o fortalecimento dos vínculos sócio afetivos, quanto para o acesso às demais políticas públicas,

¹⁰ Segundo Souza (2002) o processo de europeização de sociedades como a brasileira que chega por assim dizer de navio de fora para dentro, a partir da extraordinária eficácia de instituições como Estado e mercado possui uma singularidade interessante vis a vis o desenvolvimento da Europa ocidental: por um lado essas duas instituições revolucionárias transformam de alto a baixo toda a hierarquia social e os valores fundamentais da sociedade; por outro, como o processo é seletivo e não abrange por exemplo os descendentes de escravos e dependentes rurais de todas as etnias, não se constrói um *Habitus* primário que permita o processo de equalização tanto da economia emocional quanto do conseqüente processo de reconhecimento social básico que foi efetivado na Europa ocidental.

agregando, assim, valor ao capital humano que não se caracteriza apenas em conhecimentos para a entrada no mercado formal.

A esse respeito, Viana e Lima (2010, p. 142) esclarecem que:

Existe, ao longo do tempo, uma forte conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do homem, uma vez que, quanto mais investimentos em educação, maior a tendência de elasticidade de sua produtividade, refletindo em maiores rendimentos, maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico nacional. O capital humano permite ao trabalhador obter rendimentos e melhorar sua condição de vida.

Dessa forma, segundo os autores, o investimento em capital humano define as futuras expectativas da humanidade, sendo este o fator decisivo de produção para a melhoria do bem estar das pessoas pobres. Sendo assim, impacta numa melhor condição de vida para toda a população. É essa perspectiva apresentada em longo prazo intrínsecas as propostas dos programas sociais no Brasil, a partir de 2003, cuja apreciação e avaliação são aconselháveis que superem os aspectos quantitativos e, dentro do seu escopo, garantam um olhar apreciativo na qualidade dos indicadores.

Como exposto anteriormente, na forma como os programas sociais no Brasil foram formatados como é o caso do PBF, a busca para atingir o nível de capital humano nos beneficiários não se restringem apenas a questões mercadológicas. Segundo Viana e Lima (2010), a partir do pressuposto de que o capital humano é representado pelo nível de educação de uma sociedade, influenciando direta ou indiretamente no crescimento econômico de uma região, também se pode dimensionar seus benefícios ou externalidades gerados à população.

Ainda de acordo com os autores, a educação é vista não somente como um determinante do crescimento e progresso econômico, mas, também, como um dinamizador de externalidades positivas para a sociedade, pois alavanca o nível de consciência crítica nos aspectos político, cultural e social.

De acordo com Chauí (2013), o projeto da modernidade julgava possível o desenvolvimento harmonioso da regulação e da emancipação e a racionalização

completa da vida individual e coletiva. Todavia, o caráter abstrato dos princípios de cada um dos dois pilares levou cada um deles à tendência a maximizar-se com a exclusão do outro, e a articulação do moderno e o surgimento do capitalismo assegurou a vitória do pilar da regulação contra o da emancipação.

Na construção de um projeto emancipatório Chauí (2013) apresenta a proposta de Santos (2006) que propõe um procedimento: a tradução. Esta por sua vez, parte da consciência de que a tarefa dos que se contrapõe a totalidade da razão moderna “[...] não é tanto a de identificar novas totalidades, ou de adotar outros sentidos para a transformação social, como propor novas formas de pensar essas totalidades e de conceber esses sentidos” (SANTOS, 2006 *apud* CHAUI, 2013, p.127).

Santos (2013) defende o conhecimento emancipatório pós-moderno, o qual faz parte de um projeto contra hegemônico de globalização neoliberal, que busca descobrir, inventar e promover as alternativas progressistas que essa transformação pode exigir, sendo uma utopia intelectual que torna possível uma utopia política.

Chauí (2013), por sua vez, ao descrever o projeto neoliberal, apresenta as suas características como uma nova forma de acumulação do capital que achata o Estado e expande o espaço privado. Dessa forma, acaba fragmentando o trabalho produtivo submetendo-o às exigências do mercado, desagregando as formas de sociabilidade e, também, ao esgarçamento do tecido social e político, sob os efeitos de uma má distribuição de renda e oportunidades em todo o sistema mundial, relacionada com o aumento exponencial das desigualdades entre ricos e pobres e com a formação de bolsões de miséria e opulência no interior de um mesmo país.

Contexto apresentado por Souza (2012) na formação histórica e cultural da subcidadania, no processo de dominação e submissão imposta pelas elites aos subalternos e na configuração da colonização, cujos efeitos são percebidos ao longo dos tempos pelas riquezas herdadas durante o desenvolvimento do país e apresentado nos estudos do Piketty (2014) como um dos principais mantenedores do *Status Quo*.

Assente no debate proposto por Santos e Chaui (2013) depreende-se que esse afirma que existe uma globalização alternativa, contra hegemônica, constituídas pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, por meio de vínculos, redes e alianças globais/locais lutam contra a globalização neoliberal, mobilizados pelo desejo de um mundo melhor, com justiça social e pacífico que julgam possíveis e a que sentem ter direito. A globalização contra hegemônica, de acordo com Chaui (2013), tem um caráter redistributivo, no sentido mais amplo da expressão, baseado, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento.

Ao avaliar os Direitos Humanos Ocidentais, Chaui (2013) apresenta-os como um documento elaborado pelas elites internacionais com o objetivo de regular e oprimir os países subdesenvolvidos encontrando na utopia política proposta por Santos (2006) a globalização contra hegemônica representada pelo Fórum Social Mundial, e a redefinição dos Direitos Humanos. A utopia dos Direitos Humanos, tendo como inspiração a ideia de que a democracia antes é, sobretudo, a forma sociopolítica de criação de direitos, opera afirmando que, doravante, se trata da criação e garantia:

Do direito ao conhecimento;

Do direito de levar o capitalismo global a julgamento num tribunal mundial;

Do direito à transformação do direito de propriedade, segundo trajetória do colonialismo para a solidariedade;

Do direito à concessão de direitos e entidades incapazes de terem deveres, nomeadamente à natureza e as gerações futuras;

Do direito à autodeterminação democrática;

Do direito à organização e participação na criação de direitos.
(SANTOS, 2006, p. 43).

Ao vislumbrarmos a forma como Santos (2006) apresenta a utopia dos direitos humanos como uma proposta contra hegemônica ao que está posto podemos depreender que:

- Do direito ao conhecimento teríamos a educação e a qualificação profissional como formadores do capital humano o que, para Piketty (2014), são elementos para a formatação do capital humano crescente;

- Do direito à transformação do direito de propriedade segundo trajetória do colonialismo para a solidariedade, também surge coadunada à proposta do Piketty(2014), quando este apresenta como uma das respostas para diminuição das desigualdades sociais e verdadeira distribuição de renda, à taxação das grandes fortunas e heranças com recursos destinados às políticas públicas, diminuindo a distância existente entre os ricos e os pobres erigidas no período da colonização.

Segundo Santos (2013), ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico-políticas de muitos países e foram reconceptualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado e aplicados coercitivamente pelos tribunais: Direitos Cívicos, políticos sociais, econômicos e culturais.

Com o desenvolvimento da necessidade paulatina de tornar efetiva a prática dos direitos humanos sociais e econômicos, a exigência ante o Estado, como nos afirma Santos (2013), deixou de ter um caráter negativo e passou a apresentar um caráter positivo, isto é, o Estado deve agir de modo a realizar as prestações em que se traduzem os direitos.

Entretanto, como afirma Santos (2013), os direitos humanos, expandidos por todo o mundo, passaram a ser o da dignidade humana de acordo com as políticas liberais, pautados o desenvolvimento capitalista e suas diferentes metamorfoses (liberal, social-democrático, dependente, fordista, pós-fordista, fordista periférico, corporativo, estatal, neoliberal, etc.) e com o colonialismo interno, racismo, trabalho análogo à escravidão, xenofobia, islamofobia, políticas migratórias repressivas, etc.

Ainda de acordo com Santos (2013), a verdade é que a efetividade da proteção ampla dos direitos de cidadania foi sempre precária na grande maioria dos países. E a evolução dos direitos humanos ocorreu, sobretudo, em situações de erosão ou violação particularmente grave dos direitos de cidadania.

Percebe-se, nitidamente, que a proposta de direitos humanos ou de direitos de cidadania proposta pelos mais diversos modelos metamorfoseados do

capitalismo está assente a um modelo de cidadania regulada pelo colonialismo ocidental ainda com forte presença no século XXI.

A efetivação dos direitos humanos segundo Santos (2013) depende da formação da natureza política do governante, que, ao longo da história, houve uma transformação do Estado Liberal ou de direito para um Estado Social de direito, em seguida para o Estado de Bem-estar social, no Norte global, ou para o Estado desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista do Sul global.

Santos (2013) ressalta que os defensores do Estado liberal tinham uma postura anti-estado, dando atenção aos direitos cívicos e políticos. Na sua forma mais avançada, temos a posição neoliberal anti-estado, da década de 80 em diante, reacionária e antidemocrática, uma vez que o seu objetivo é o desmanche do Estado Social, que se configura no conjunto de políticas sociais que deram efetividade aos direitos sociais e econômicos e consolidaram no imaginário popular a ideia de soberania (que fora crucial no pensamento liberal) hoje transformada, vista como entrave para o livre comércio e para globalização.

Do outro lado, no campo progressista, o grupo que viria fazer parte do Estado desenvolvimentista ou neodesenvolvimentista, de características anti-neocolonial, contra hegemônico, eivado pelas várias esquerdas democráticas que tinham como defesa com várias matrizes, uma atitude de proteção da centralidade do Estado na construção da coesão social, tendendo a privilegiar a concepção social-democrática ou marxista dos direitos humanos, dando mais atenção aos direitos econômicos e sociais.

No início dos anos 2000, como ainda nos explica Santos (2013), os governos progressistas passaram a governar países na América Latina, em resultado a fortes mobilizações sociais de âmbito nacional de continental. Esse momento histórico coincidiu com o aumento sem precedentes dos produtos primários e agrícolas e matérias primas devido, em grande parte, ao crescimento da China e à especulação financeira sobre os bens alimentares e os recursos naturais, diminuindo, dessa forma, a dependência do Brasil com os Estados Unidos.

Sendo assim, as forças progressistas, que eram tidas como “inimigas” do desenvolvimento, passaram a usufruir dos bônus do crescimento dos recursos naturais, aproveitando o bom momento para realizarem as políticas sociais e redistribuição de renda, tendo no Brasil como os mais relevantes o Programa Bolsa Família e o BPC-Benefício de Prestação Continuada. As oligarquias e os setores avançados da burguesia industrial e financeira altamente internacionalizados perderam espaço na política governamental, porém, em contrapartida, aumentaram o seu poder econômico.

Em relação aos governos liberais os governos progressistas apresentam duas grandes diferenças: a primeira veio com as políticas compensatórias de redistribuição de renda de grande escopo, principalmente no Brasil, em dez anos, a classe média brasileira – rendimento mensal de uma família de quatro pessoas entre 600 e 2.500 dólares - subiu de 38% para 53%¹¹. Santos (2013) diz que, a um nível distinto e com processos políticos diferentes, o mesmo fenômeno ocorreu na Venezuela, no Equador, na Bolívia e na Argentina.

A segunda diferença é a centralidade do Estado na partilha do excedente econômico criado e na direção dos parâmetros macroeconômicos e financeiros, ao mesmo tempo em que dá ampla liberdade às forças do mercado tanto nacionais como multinacionais. Ainda de acordo com Santos (2013), a forma de repartição do excedente em alguns países da América Latina como no caso da Bolívia e a Venezuela foi feita a partir da estatização das empresas nacionais e estrangeiras, recuperando-se, assim, o papel das empresas estatais.

¹¹ De acordo com o levantamento realizado pela Fecomercio/SP, com base nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2009 (POF 2009) do IBGE, no Brasil existem pouco mais de 57 milhões de famílias. Deste total, mais da metade concentra-se na classe média (52%). As demais classes de renda dividem-se da seguinte forma: classe E (22%), classe D (17%), classe B (5%) e classe A (4%). No estudo considerado, a classe C é denominada classe média. Comparando os dados da POF anterior (2003), observa-se nitidamente a ascensão da classe média ao longo dos anos. Em 2003, a classe média representava apenas 19 milhões de famílias (39% do total). Em seis anos, o que se verifica é a inserção de 11 milhões de famílias na classe média totalizando 30 milhões. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2009 (POF 2009) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=25>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

Algumas mudanças foram tão significativas que alguns julgam ver nelas a emergência de um novo regime de acumulação, mais nacionalista e estatista, o neodesenvolvimentismo, tendo como base o neoextrativismo.

Santos (2013) apresenta o modelo neodesenvolvimentista com muita clareza, como um modelo de desenvolvimento menos flexível alicerçado nos interesses capitalistas e com uma distribuição de renda utilizada como instrumento para garantir o mínimo social, assegurando às classes sociais que antes não tinham condições de consumir, o acesso aos bens de consumo. Dessa maneira, essa distribuição social de renda com forte ênfase nos governos petistas com o Programa Bolsa Família no Brasil passou a conferir uma legitimidade política, que o modelo anterior neoliberal, principalmente o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, não obteve.

Boito (2012), a esse respeito, considera que com o neodesenvolvimentismo não houve uma ruptura do modelo neoliberal, havendo a manutenção do modelo econômico somado a implantação de políticas públicas sociais compensatórias de distribuição de renda direta (BPC e Bolsa Família).

Santos (2013) vê nos governos progressistas uma relação complexa do modelo neodesenvolvimentista em relação aos direitos humanos, suscitando a ideia de que, ao invés da indivisibilidade destes, estamos perante um contexto de incompatibilidade entre eles. Dessa forma, seria inviável almejar o incremento dos direitos sociais e econômicos, o direito à segurança alimentar da maioria da população ou o direito à educação, sem fatalmente aceitar a violação do direito à saúde, dos direitos ambientais e dos direitos ancestrais dos povos indígenas e afrodescendentes aos seus territórios.

O autor faz um alerta em relação à ineficiência da política ambiental no país que, por sua vez, acarreta a escassez dos recursos naturais, como também a incompetência do estado em não investir em capital humano, bem como no esgotamento dos recursos financeiros para as políticas públicas compensatórias (quadro atual em 2016) e o empobrecimento, por sua vez, cria um ressentimento difícil de gerir em democracia.

É interessante a análise de que os recursos para as políticas públicas são bastante irrisórios se compararmos o quanto o país paga de dívidas públicas, ou superávits primários. Também é necessário levar em conta a questão da dívida histórica, tão bem exposta por Souza (2012) nos seus estudos. Ele afirma que o país foi vilipendiado, cujas riquezas foram repartidas por estrangeiros do surgimento de heranças indevidas(sem meritocracia), de uma cidadania inalcançável dentro de um sistema capitalista que não respeita os direitos humanos, perpetuando a iniquidade.

É da proposta de superação dessas desigualdades que, de acordo com Piketty (2014), é necessário que haja uma maior taxaço das grandes fortunas e heranças em prol de maiores investimentos nas políticas públicas, como, também, o investimento no capital humano respeitando-se os Direitos Humanos (dentre desses os trabalhistas). A partir dessas análises, percebemos que os governantes, independentemente dos programas de governo, não demonstram disposição no sentido de colocar em prática tais fatores, a fim de projetar um país com menos injustiças e diferenças sócio econômicas.

Enquanto nos dois primeiros tópicos apresentamos a formatação das políticas de transferência de renda, o cenário latino americano e o brasileiro, a importância do capital humano nesses contextos, neste terceiro tópico, por outro lado, abrimos espaço para um breve debate teórico a respeito dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento na busca da emancipação/autonomia.

As duas primeiras seções trazem elementos para a obtenção da emancipação/autonomia das camadas mais pobres da sociedade brasileira, que se configura como principal objetivo das políticas sociais brasileiras na formatação do Programa Bolsa Família, ao amadurecimento dessas políticas com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, e o surgimento do PRONATEC/BSM.

CAPÍTULO II

Neste capítulo, apresentaremos o cadastro único, os programas sociais Bolsa Família, o PRONATEC Brasil Sem Miséria e o Plano Brasil Sem Miséria. Desde a sua origem, a maneira como estão formatados, os seus alcances, investimentos e, também, resultados.

2. Cadastro único

A partir de 2003 o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, PRONATEC (cursos para qualificação profissional), a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Minha Casa Minha Vida, a Carteira do Idoso, as Cisternas e Bolsa Verde.

Nesse caso se a família estiver dentro do perfil, ela pode fazer parte de mais de um programa, por exemplo, ser do Bolsa Família e ter uma pessoa matriculada em cursos do PRONATEC.

Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o gestor responsável e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o

Sistema de Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (MDS).

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, ou seja, também é um importante instrumento para o mapeamento e aperfeiçoamento das políticas públicas.

3. Programa Bolsa Família/PBF/2003

O programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003 (mesmo ano de surgimento do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome-MDS), por meio de portaria n.132, convertida na Lei n.10.386/2004. O programa unificou quatro programas de transferência de renda existentes, criados entre 2001 e 2003: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Em 2006 foi inserido ao PBF o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil.

A priori o PBF no seu início atingiu cerca de 11,2 milhões de famílias que viviam na pobreza ou extrema pobreza no Brasil. Foi erigido como parte da estratégia fome zero no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e encontrasse em vigência no governo Dilma (2011 a 2014-primeiro mandato e em 2015 a 2018- no segundo mandato)¹².

Os principais objetivos do PBF¹³ são:

- Fortalecer o acesso a serviços públicos, particularmente à educação, a saúde e assistência social;
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

¹² Até o momento da finalização deste trabalho, estava em curso o processo de impedimento da presidenta. Dessa forma, o Governo da presidenta Dilma estava temporariamente interrompido até o desfecho sobre o seu afastamento definitivo ou não.

¹³ Art.4º da Lei n.10.386/2004, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm, acesso em: 10 de junho de 2015.

- Aumentar a capacidade das famílias para superarem a vulnerabilidade e a pobreza;
- Combater a pobreza e;
- Promover a integração, complementaridade e sinergia de políticas sociais

Nos objetivos do Programa Bolsa família aparece com muita nitidez a estratégia de fortalecimento do atendimento dos usuários mediante a priorização da intersectorialidade, se configurando como pressuposto para alavancar o desenvolvimento humano e enfrentar os déficits de acesso das populações mais pobres aos direitos sociais nos campos da educação, da saúde e da assistência social. No sentido de impulsioná-lo, várias inovações foram desenvolvidas, destacando-se a expressiva evolução de um conjunto de indicadores sociais e de monitoramento das ações do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS.

Esse conjunto de informações pode ser encontrado em sistemas estruturados, apoiado na atuação intersectorial dos três níveis de governo, constituindo um dos principais instrumentos de gestão social para os municípios e estados brasileiros que trabalham as diferentes políticas e programas no escopo da estratégia de superação da extrema pobreza. A formação dessa plataforma integrada de informações foi viabilizada por meio do desenvolvimento constante do CadÚnico.

- **O perfil para contemplação no Bolsa Família**

Para entrar no Programa Bolsa Família a família precisa ter seus dados registrados no Cadastro Único. O cadastramento é feito somente pelos municípios nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS que devem orientar as famílias sobre o funcionamento do Programa.

Podem ser selecionadas para participar do Bolsa Família¹⁴:

¹⁴Informações disponíveis em: <http://mdspravoce.mds.gov.br/bolsa-familia/quem-pode-receber>. Acessado em 20 de julho de 2016.

- Todas as famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00, mesmo que não tenham gestantes, crianças ou adolescentes na família;
 - As famílias com renda familiar mensal por pessoa de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 que tenham gestantes, crianças ou adolescentes;
 - A prioridade na seleção de beneficiárias é dada a partir das informações de renda mensal por pessoa e pela quantidade de crianças e jovens com idade de 0 a 17 anos na família.
 - O fato de ter Carteira de Trabalho assinada ou qualquer outra fonte de renda (como aposentadoria) não obsta a família de receber o Bolsa Família. Assim, além da renda obtida por trabalhos eventuais de membros da família, também entrará no cálculo da renda mensal por pessoa o salário do trabalho formal ou o valor de outro benefício recebido, como a aposentadoria.
- **Tipos de Benefícios**¹⁵
 - Pago às famílias do Bolsa Família (com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa) que tenham grávidas;
 - Pagamento de nove parcelas mensais. Esse benefício só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que essa informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde;
 - Benefício Variável Nutriz no valor de R\$ 39,00;
 - Pago às famílias (com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa) que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe.
 - Pagamento de seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

¹⁵ Disponível em: <http://mdspravoce.mds.gov.br/bolsa-familia/tipos-de-beneficios/>. Acessado em 20 de julho de 2016.

- Benefício Variável vinculado ao adolescente, pago a famílias do PBF (com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa) que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos (limitado a dois benefícios por família).
- Benefício para Superação da Extrema Pobreza, para as famílias do Bolsa Família que continuem com renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00 mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa, calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o limite de R\$ 85,00 de renda por pessoa.

As transferências de renda do PBF às famílias participantes variam de acordo com o nível de rendimentos *per capita* da família e da composição familiar. Há benefícios específicos direcionados às famílias com crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, jovens entre 16 e 17 anos, gestantes e mães que estão em fase de amamentação.

As transferências de renda têm dois componentes: i) uma taxa valor fixo pago a famílias extremamente pobres cuja renda mensal per capita é de até R\$85,00, e ii) um componente variável, que depende da composição da família que vive com uma renda per capita mensal até R\$ 170,00 são elevadas para o componente variável.

Em relação aos benefícios variáveis cada família pode receber o total de cinco:

- Benefício Variável de 0 a 15 anos no valor de R\$ 39,00;
- Pago às famílias (com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa) com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade social.

Todos os meses o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. Segundo informações do MDS, atualmente cerca de 93%¹⁶ das famílias contempladas tem na mulher a titular do benefício e como chefe da família.

No mês de dezembro de 2015, existiam 27.325.069 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 80.954.053 pessoas cadastradas.

- **A distribuição das famílias cadastradas conforme a renda per capita mensal declarada aponta que:**¹⁷

- 45,14% com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 15,62% com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 23,26% com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 15,97% com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

O orçamento do PBF atingiu em 2012 em torno de R\$ 21 bilhões, representando 0,48 do Produto Interno Bruto (PIB) e, em 2013, quando completou 10 anos de existência, cerca de 13,8 milhões de famílias contempladas (como

¹⁶ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/mulheres-representarm-93-da-titularidade-do-bolsa-familia>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

¹⁷ Valores utilizados no início de 2016, ainda na vigência do Governo Dilma, após o afastamento temporário da Presidenta os valores sofreram reajustes, tendo um aumento de 12,5% que começaram a ser pagos em 18/07/16. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/julho/bolsa-familia-ja-esta-sendo-pago-com-reajuste>, acesso em 27 de julho de 2016.

apresentado no Mapa do Bolsa Família, anexo 1), mais de 50 milhões de pessoas atendidas.

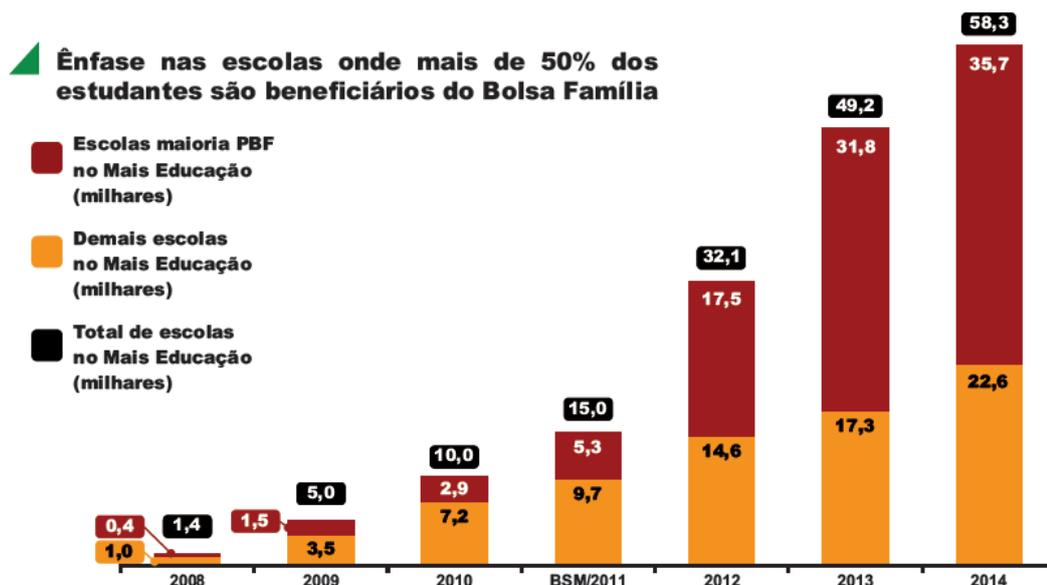
Em 2013, mais de R\$ 18 bilhões foram distribuídos, como apresentado no Mapa do Bolsa Família (anexo 1), pelo programa (balanço de janeiro a setembro), segundo o MDS. Até o final do ano de 2013, havia a estimativa de chegar a R\$ 24 bilhões, o equivalente a 0,46% do PIB (Produto Interno Bruto) do País — a soma de tudo o que é produzido pelo Brasil.

- **Informações relacionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação à Educação**

No concernente à relação entre o PBF e a educação, faz-se pertinente discutir alguns dados que, por sua vez, ajudam a ilustrar a importância do Programa no tocante a elevação da escolaridade.

Em 2014, de acordo com informações apresentadas pelo MDS, mais de 50% dos alunos das escolas públicas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família como apresenta o gráfico.

GRÁFICO 1: Ênfase nas escolas onde mais de 50% dos estudantes são beneficiários do Bolsa Família



Fonte: Cadernos de gráficos/BSM (2011-2014)

Dados referentes ao bimestre de outubro e novembro de 2015 apresentam que dos quase 17 milhões de crianças e jovens acompanhados, aproximadamente 14,9 milhões tiveram a frequência escolar registrada. Deste total, 95,9% cumpriram o mínimo de presença de 85% (crianças e jovens de 6 a 15 anos) e de 75% (jovens de 16 e 17 anos) beneficiários registrados no Sistema Presença cumpriram mínimo de aulas necessárias (MDS/fev-2016). Vide quadro 2 anexo 2 que apresenta detalhadamente os dados referentes às frequências escolares nos meses de outubro e novembro de 2015.

O programa atende a cerca de 14 milhões de famílias em todo o país, o que corresponde a um quarto da população brasileira. Contando com um sólido instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, e com um conjunto variado de benefícios, o Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família.

Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais.

De acordo com o diretor de Condicionalidades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Eduardo Pereira vê a importância do Bolsa Família para que a próxima geração cresça com maiores oportunidades de inserção produtiva, quebrando um ciclo intergeracional da pobreza.

Nas palavras do diretor¹⁸, “Eles não serão tão pobres como seus pais, porque tiveram acesso à saúde e à educação. É uma chance de quebrar o ciclo de pobreza.

¹⁸ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/02/96-dos-alunos-do-bolsa-familia-cumprem-frequencia-escolar>. Acesso em 25 de março de 2016.

Temos observado por meio de estudos que a frequência dos beneficiários melhorou o desempenho escolar e reduziu a evasão”, afirma Pereira.

Há uma grande preocupação do PBF em garantir que em longo prazo haja uma quebra no ciclo geracional de pobreza, por meio do crescimento da escolaridade, aumentando, assim, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e estimulando o acesso à educação por parte dos filhos dos beneficiários.

Percebe-se a grande contribuição que o PBF dá em relação à diminuição da evasão escolar dos seus beneficiários, e a elevação da escolaridade, entretanto, não temos como mensurar a qualidade da educação ofertada pelo Estado, levando-se em consideração que se tratam de variáveis que não dispomos.

Contudo, entendemos que a elevação da escolaridade e a inserção no PRONATEC/BSM podem contribuir significativamente para a melhoria das oportunidades no mercado de trabalho formal, ou mediante inclusão produtiva (como empreendedor).

No tocante a questão da inclusão produtiva, vale ressaltar a sua importância no mercado de trabalho brasileiro, levando-se em consideração que hoje as micros e pequenas empresas-MPEs são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil como também há um crescimento considerável dos microempreendedores individuais – MEI como alternativa de empregabilidade¹⁹.

Programas sociais foram articulados na estratégia de apoio ao PBF na superação da situação de vulnerabilidade social como o PRONATEC/BSM de forma a dar opções de menor prazo para que as famílias beneficiárias pudessem melhorar sua inserção no mercado de trabalho. Aspecto que não garante necessariamente o

¹⁹Os pequenos negócios empresariais são formados pelas micro e pequenas empresas (MPEs) e pelos microempreendedores individuais (MEIs). Segundo o Sebrae-NA, no Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPEs). As MPEs respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). De acordo com o Portal do Empreendedor, no Brasil existem 3,7 milhões de MEIs (dezembro/2013). Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/index.php/234-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros>. Acesso em 20 de março de 2016.

acesso ao conhecimento de forma qualitativa, entretanto pode ser um processo que viabiliza um atendimento de longo prazo nos mais variados aspectos as famílias, a fim de superar as vicissitudes da vida.

O PBF, em sua estratégia de superação da pobreza, dá ênfase nas condicionalidades saúde e educação a fim de garantir às famílias beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social na percepção que certos determinantes da pobreza necessitariam ser enfrentados em longo prazo para que futuras gerações possam efetivamente ter condições de superar a pobreza.

O PBF apresenta na sua formatação o intuito de obter alívio imediato à situação de pobreza das famílias beneficiárias e de incluir o acesso dos seus membros às redes públicas de saúde e de educação, levando-se em consideração que, por uma série de motivos, esse acesso muitas vezes era difícil pela falta de informação e orientação.

O Bolsa Família durante os seus doze anos de existência como carro chefe da política de governo na área social, mediante um esforço de mobilização e articulação se aprimorou e contribuiu para que houvesse a implementação de outras políticas e programas sociais como o Plano Brasil Sem Miséria e o PRONATEC/BSM, permitindo que as camadas mais pobres da sociedade brasileira tenham melhorias expressivas em suas condições de vida e em suas perspectivas futuras.

O PBF não se trata apenas de um programa de transferência direta de renda na sua proposta de operacionalização, visa atender as famílias nos mais variados aspectos, solicitando e estimulando a participação delas como uma contrapartida por meio das condicionalidades saúde e educação. É o Estado querendo garantir direitos sociais e para atingir esses objetivos necessita da colaboração das famílias no avanço dos objetivos propostos pelo programa.

Exige-se que as famílias garantam que as crianças abaixo de sete anos sejam vacinadas e realizem consultas com frequência a centros de assistência

médica para que o seu crescimento, nutrição e desenvolvimento sejam monitorados. Mulheres grávidas entre 14 e 44 anos de idade devem comparecer as consultas de cuidado pré e pós-natal, bem como participar de atividades educativas sobre nutrição e amamentação.

O programa em relação à educação exige uma frequência escolar mínima de 85% dos dias de aula para crianças entre 6 e 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. No caso de crianças retiradas do trabalho infantil, é solicitada uma frequência mínima de 85% em jornada escolar ampliada. As famílias são orientadas a comunicar a escola quando o filho não puder frequentar a aula principalmente quando o motivo for de ordem médica devendo levar uma declaração ou atestado médico afim de justificar a ausência.

Em 2009, o decreto de n. 7013 estabeleceu que a ocorrência de trabalho infantil na família poderia acarretar na suspensão ou mesmo no cancelamento do benefício.

As condicionalidades do programa são encaradas como estratégias para promover o acesso à educação básica, aos serviços de saúde e de assistência social. O monitoramento das condicionalidades visa garantir e encorajar as famílias inseridas no programa a promoverem os direitos sociais básicos de suas crianças e adolescentes e denotar as responsabilidades do setor público na oferta de serviços.

Simões (2012) enfatiza que esse modelo de transferência de renda que ele define como condicionada são formatados para influenciar o comportamento das famílias no sentido de garantir a proteção social através das suas ações e cobrar do estado a promoção de melhores políticas públicas sociais no concernente a educação e saúde (assistência médica e nutrição). Ainda segundo o autor, um grande número de pesquisas apresentaram efeitos positivos dos programas de transferência de renda como o PBF na matrícula e frequência escolar, levando os gestores de políticas sociais concluírem que esse modelo de programa é um investimento válido para a formação do capital humano.

Entretanto, Simões(2012) ressalta que é importante verificar se os programas de transferência de renda que têm como uma das suas condicionalidades a educação contribuem efetivamente para os resultados de aprendizagem, a progressão nos ciclos escolares e as taxas de conclusão das crianças beneficiadas.

Caso contrário, a justificativa educacional poderia ser comprometida e o objetivo de longo prazo dos programas de transferência de renda,isto é, o acúmulo de capital humano poderia nunca ser alcançado. Nesse caso, podemos depreender que o aumento dos números de matriculados e a diminuição da evasão escolar não necessariamente garantem a formação do capital humano, mas poderá contribuir desde que as condições para a aprendizagem de qualidade sejam garantidas pelo estado.

De acordo com Simões (2012), se os beneficiários tendem a estudar em escolas com menos recursos, então melhorias na aprendizagem poderiam ser comprometidas ou severamente limitadas pelo ambiente escolar, ou seja, a qualidade da educação é condição *sine qua non* para a formação do capital humano, e para obter-se um melhor aproveitamento dos resultados educacionais dos Programas de Transferência de renda como o Bolsa Família.

Nesse sentido, a ênfase no trabalho intersetorial visando o apoio social às famílias, juntamente a programas de melhoria da qualidade da escola focados no grupo específico que se beneficia do PBF é, provavelmente, a política mais promissora para superar a desigualdade na educação e,consequentemente, a de maior promoção social diminuindo as dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

Ao longo dos seus 12 anos de existência, o PBF tem apresentado números significativos no concernente aos indicadores relacionados às suas condicionalidades saúde e educação. O gráfico 2, no anexo 3, apresenta a progressão do PBF em recursos destinados ao benefício como em relação ao número de atendidos pelo programa entre os anos de 2003 a 2015.

O programa bolsa família passou por um significativo avanço apresentado pelo ciclo de aperfeiçoamento e valorização do programa como mostra o gráfico 3, no anexo 4, no período de 2011 a 2014. O Bolsa Família conseguiu de acordo com o IPEA da sua criação até 2013 promover a saída de 36 milhões de pessoas da faixa de extrema pobreza, composta por quem tem renda familiar de até R\$ 77 mensais por pessoa. Segundo dados do IPEA, em 2012 a população extremamente pobre caiu de 7,6 milhões de pessoas para 6,5 milhões. Já a população pobre — que ganha até R\$ 154 — foi reduzida de 19,1 milhões para 15,7 milhões. De acordo com o IPEA, o Bolsa Família ainda teve importante papel para a redução da desigualdade no país nos últimos dez anos. De 2002 a 2012 o programa contribuiu em 12,2% para a queda da desigualdade no Brasil.

O gráfico 4, no anexo 5, apresenta o aumento do benefício médio mensal de R\$132,00 as famílias em situação de extrema pobreza em 2011 período pré Plano Brasil Sem Miséria para o considerável aumento de 83% em junho de 2014 perfazendo o valor de R\$ 242,00.

O aumento do benefício médio contribui significativamente para a redução da extrema pobreza em todas as faixas etárias como apresenta o gráfico 5, no anexo 6.

De acordo com o representante-residente do PNUD no país, Niky Fabiancic²⁰, houve grande avanço nos programas sociais brasileiros. Segundo ele, entre 1991 e 2003, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país cresceu 47,5% e, entre 2000 e 2012, a pobreza extrema e a fome reduziu de 25,5% para 3,5%.

Ainda segundo Fabiancic os “Programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria foram fundamentais para o alcance desses resultados, ao retirar mais de 40 milhões de pessoas da pobreza e criar oportunidades e esperança para as novas gerações.”

Esses dados apresentam uma evolução relevante em relação ao crescimento do capital humano e social, capitaneados pelo Plano Brasil Sem Miséria/PBSM

²⁰ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/fevereiro/pnud-destaca-sucesso-de-programas-sociais-brasileiros>. Acessado em 06 de março de 2016.

tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família/PBF e alicerçados em outros programas sociais como o PRONATEC/BSM conferindo nessa formatação do modelo atual de proteção social brasileiro apresentada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS uma configuração interessante. Apresentando, pois, resultados significativos em relação aos aspectos quantitativos e necessitando, sobretudo, de um fortalecimento das demais políticas públicas como Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação e Mercado de trabalho para um melhor aumento do crescimento do capital humano no sentido de viabilizar a superação das situações de vulnerabilidade social apresentadas pelos beneficiários do PBF e demais inscritos no CadÚnico.

Em relação à condicionalidade Saúde o PBF de forma pedagógica contribuiu para a redução da mortalidade infantil. A Taxa de Mortalidade Infantil (crianças menores de 1 ano de idade) recuou de 26,1 óbitos por mil nascidos vivos em 2001 para 15,7 em 2011 (Gráfico 6, anexo 7). Assim, o Brasil atingiu com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os vinte países que reduziram em mais de 70% a mortalidade infantil nos últimos 21 anos (Plano Brasil Sem Miséria- resultados 2011-2014).

É relevante enfatizarmos que o modelo de proteção social tem dois períodos. Nesse sentido, levando-se em consideração a proposta desta dissertação onde propomos a avaliação de impacto que os cursos de qualificação profissional do PRONATEC/BSM podem proporcionar aos beneficiários do Bolsa Família, cabe esclarecer esses dois momentos: o primeiro período é o surgimento do PBF de 2003 até 2011 (antes do Plano Brasil Sem Miséria); já o segundo refere-se ao período de Junho de 2011 com a criação do PBSM e outubro do mesmo ano com o surgimento do PRONATEC/2011, que encontra-se em vigência.

Essa observação tem, como intuito, apresentar que, desde a criação do Programa Bolsa Família, houve um amplo processo de avaliação, melhoramento da estrutura e do CadÚnico, até a percepção que deveria ter um Plano como o Brasil Sem Miséria para gerenciar os programas sociais existentes e fortalecê-los. Assim,

com a criação do PRONATEC Brasil Sem Miséria,abrem-se novas frentes para o enfrentamento das desigualdades sociais e consequente repercussão na diminuição da pobreza no Brasil com ênfase no desenvolvimento do capital humano e alívio nas dificuldades econômicas com a transferência direta de renda (BPC e PBF).

3.1. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)

Uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC).

Criado pela Lei nº 12.513/2011, essa parceria prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico, na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Essa oferta de cursos chama-se PRONATEC Brasil Sem Miséria (PRONATEC/BSM).

O público beneficiário do PRONATEC/BSM é composto por todas as pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico, jovens e adultos com a faixa etária entre 16 e 59 anos. Entre esses, têm prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita de menos R\$170, a partir de julho de 2016) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Assim, o PRONATEC/BSM dedica atenção especial aos grupos mais expostos aos riscos da pobreza, como as pessoas com deficiência, jovens, mulheres, negros, população em situação de rua, catadores de material reciclável, índios e comunidades tradicionais.

A evolução das políticas sociais de 2003, até os dias atuais, com o surgimento e aperfeiçoamento do PBF, reforçou o entendimento de que não é competência do Sistema Único de Assistência Social realizar ações e executar cursos de inclusão produtiva. É papel do Sistema Único da Assistência Social – SUAS mobilizar, por meio da informação, divulgação e sensibilização seus usuários

e encaminhá-los para cursos e demais oportunidades no território; e, por fim, acompanha-los à trajetória objetivando a inclusão e emancipação social.

Dentro deste viés o PBF surgiu como mecanismo de fortalecimento do CadÚnico que tornou-se importante ferramenta junto com o referido programa para a criação do Plano Brasil Sem Miséria e o PRONATEC Brasil Sem Miséria ambos em 2011, dando robustez às propostas de enfrentamento da situação de vulnerabilidade social e à busca da autonomia/emancipação. Da mesma maneira, contribui na formação do capital humano e social, bem como na diminuição das desigualdades sociais por meio do desenvolvimento das classes sociais de baixa renda.

O principal objetivo do PRONATEC/BSM, dentro da estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, é o de apoiar dentro de uma lógica de qualificação e estímulo a elevação da escolaridade dos beneficiários inscritos no CadÚnico (que são inscritos principalmente por causa do PBF) o acesso à inclusão produtiva, que se configura dentro das políticas sociais como o Bolsa Família numa estratégia de inclusão social²¹.

Com um viés voltado para o mercado, o PRONATEC/BSM vem como proposta de superação da situação de vulnerabilidade social dos usuários além de atender a retroalimentação econômica do estado vislumbrando um desenvolvimento como um todo das classes sociais.

A inclusão produtiva proposta pelo PBSM utilizando o PRONATEC/BSM surge dentro das políticas sociais como elemento importante no estímulo da elevação da escolaridade e qualificação profissional voltada para a inserção no mercado formal de trabalho, como também investe de forma consistente na formação empreendedora ensinando as pessoas a fazer negócios, a gerar riqueza para que possam pagar impostos, gerar recursos, possibilitando, assim, ao Estado investir em Políticas Públicas.

²¹ Sposati (2001) esclarece que inclusão social não se trata apenas do aspecto econômico, que apesar de vivermos em uma sociedade de mercado onde a economia é fator central, a inclusão é política, cultural, social, ambiental, religiosa de escolhas, ou seja, tem múltiplas facetas.

O candidato interessado nos cursos do PRONATEC/BSM, que não esteja no CadÚnico, poderá ser atendido normalmente, desde que seja encaminhado ao órgão municipal responsável para inclusão no CadÚnico e tenha seu cadastramento concluído no decorrer do curso. Qualquer membro da família inscrita no CadÚnico poderá participar do PRONATEC/BSM, não havendo limite quanto ao número de membros do domicílio.

Os cursos a serem ofertados no âmbito do PRONATEC/BSM, especificados no Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade.

A orientação do MDS é que a escolaridade informada pelo beneficiário não necessita de comprovação podendo ser autodeclarada, não podendo a instituição qualificadora exigir comprovante de escolaridade. Convém esclarecer que beneficiários do PBF ou inscritos no CadÚnico que tenham ou estejam cursando o ensino médio também podem participar dos cursos FIC.

Dessa forma, o PRONATEC/BSM pode ser considerado um incentivo ao retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho.

O interlocutor titular é o responsável por cadastrar órgãos da Prefeitura (CRAS, CREAS, ou de secretarias municipais, por exemplo) como unidades de demanda do *site*. Esses órgãos poderão dar suporte ao processo de mobilização dos beneficiários e efetuar a pré-matrícula dos candidatos interessados.

Não há limites no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica) para cadastramento de unidades de demanda. Assim, cada Prefeitura poderá cadastrar mais de um órgão para realizar essas funções.

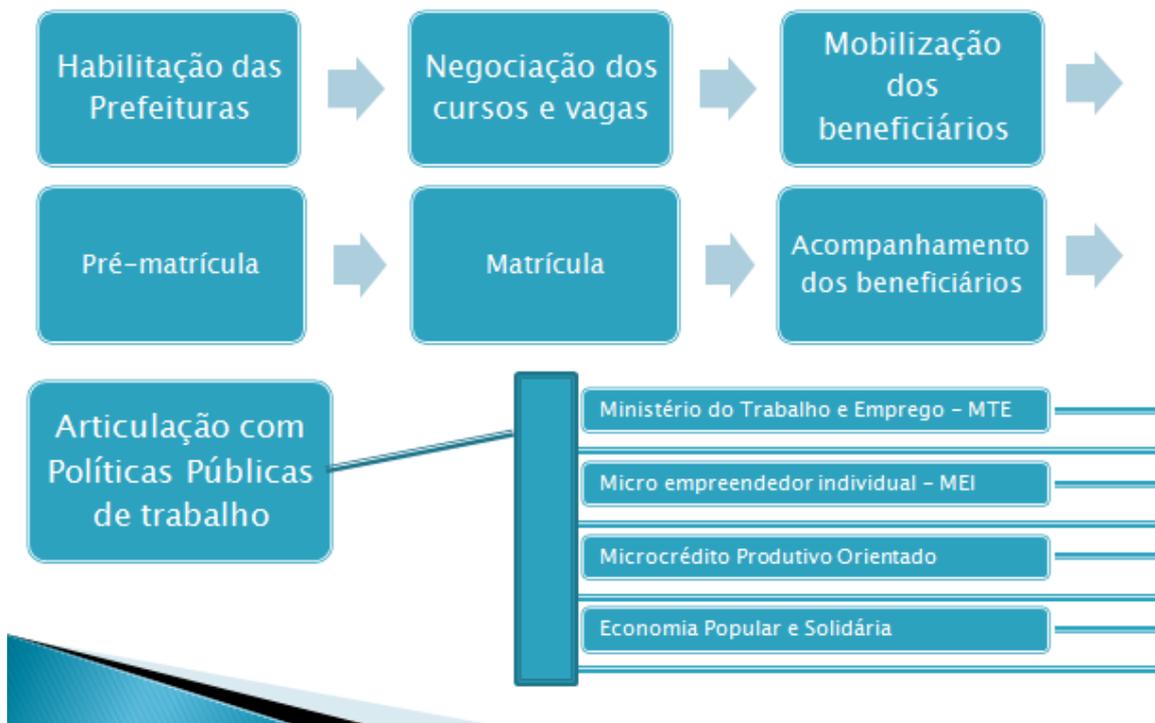
A proposta de funcionamento do PRONATEC/BSM obedece às seguintes etapas elencadas logo abaixo:

- Habilitação das prefeituras;

- Negociação de cursos;
- Mobilização dos beneficiários;
- Pré-matrícula;
- Matrícula;
- Aula inaugural;
- Acompanhamento dos beneficiários;
- Articulação com políticas públicas de trabalho e emprego; e
- Atividade de formatura.

Dentre essas etapas apresentaremos as principais que são a habilitação das prefeituras, negociação de cursos, mobilização dos beneficiários, pré-matrícula, matrícula acompanhamento dos beneficiários, e articulação com políticas públicas de trabalho e emprego. Impende ressaltar que estamos apresentando como propostas de funcionamento e, na dissertação, avaliaremos como se desenvolvem essas etapas e sua influência nos impactos na qualificação dos beneficiários do PBF. Abaixo, ilustramos o fluxo das etapas de funcionamento do PRONATEC/BSM, logo abaixo discorrerei em maior detalhamento sobre cada etapa.

FIGURA 2: Fluxo das etapas de funcionamento do PRONATEC/BSM



- **Habilitação das Prefeituras**

A adesão ao PRONATEC/BSM é primeira etapa que os municípios devem fazer para participar do programa. Nesse processo, os Governos Estaduais têm papel fundamental, articulando e mobilizando os municípios de sua jurisdição para que aproveitem a oportunidade e garantam aos seus cidadãos acesso aos cursos de qualificação profissional.

Por essa razão, é imprescindível que cada Governo Estadual defina um interlocutor junto ao MDS, preferencialmente nas Secretarias Estaduais de Assistência Social para articular a implantação e execução do PRONATEC/BSM nos municípios do Estado.

O cadastramento das famílias no CadÚnico é atribuição dos municípios, realizado preferencialmente nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, dessa forma as prefeituras têm papel central na gestão local do PRONATEC/BSM, negociando vagas e cursos, divulgando o programa, mobilizando o público, realizando a pré-matrícula dos interessados e acompanhando os beneficiários durante a realização dos cursos de qualificação profissional.

- **Negociação dos cursos e vagas**

Todos os municípios brasileiros podem aderir ao PRONATEC/BSM, entretanto a adesão não garante a oferta automática dos cursos e vagas. O programa somente se efetivará no município mediante a pactuação de cursos e vagas realizada entre o município e as Unidades Qualificadoras: os Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR); os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e as Redes Estaduais de Educação Técnica que fizerem a adesão ao PRONATEC.

Os cursos a serem ofertados em cada município serão definidos conjuntamente entre a Prefeitura e as Instituições Qualificadoras, com o apoio do

Governo do Estado e levando em consideração as demandas do mercado de trabalho local. Essa definição conjunta dos cursos é conhecida como fase de negociação

Nessa etapa, o órgão municipal responsável pela gestão do PRONATEC/BSM irá avaliar a demanda do mercado de trabalho local e o perfil socioeconômico da população inscrita no CadÚnico. É importante que sejam consultadas as secretarias estaduais e municipais de planejamento e desenvolvimento econômico, universidades e outros órgãos de pesquisa, a secretaria municipal de educação, a secretaria municipal de trabalho e os coordenadores estaduais e/ou municipais do SINE. A participação do empresariado, dos sindicatos e das comissões municipais de emprego (onde houver) também deve ser incentivada.

O pagamento das unidades qualificadoras dos cursos negociados é de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), que repassará os valores diretamente às Instituições Ofertantes, sem a necessidade de contrapartida municipal ou da realização de convênios com a Prefeitura, que não poderá ser solicitada a custear quaisquer despesas relacionadas, por exemplo, à contratação, alimentação ou hospedagem de instrutores.

- **Mobilização dos beneficiários**

Após a negociação de cursos, a Prefeitura dará início à mobilização dos beneficiários, nesse momento é importante que a rede de assistência social, incluindo os CRAS, CREAS e as equipes do ACESSUAS Trabalho, estejam informados sobre a oferta do PRONATEC/BSM e preparados para prestar esclarecimentos aos interessados. É fundamental que essas equipes tenham informações sobre quais unidades de demanda da Prefeitura estão habilitadas a realizar a pré-matrícula, para que consigam encaminhar os interessados aos órgãos responsáveis por esse processo. A consulta prévia ao CadÚnico é necessária para a identificação de potenciais beneficiários e definição da estratégia para alcançá-los.

- **Pré – Matrícula**

É a etapa em que os gestores municipais registram no SISTEC os dados das pessoas interessadas em realizar os cursos de qualificação do PRONATEC/BSM. Com esse procedimento, o gestor municipal preenche as vagas dos cursos negociados.

Para que isso seja possível, é necessário que os cursos negociados com o município tenham sido previamente inseridos no SISTEC (chamada “pactuação”) e que a oferta das turmas tenha sido publicada no SISTEC pelas unidades ofertantes.

A publicação da oferta da turma abre prazo para a Prefeitura concluir a pré-matrícula e para os cidadãos pré-matriculados confirmarem a matrícula na unidade qualificadora em primeira chamada. O gestor municipal poderá pré-matricular cidadãos com perfil CadÚnico em número até duas vezes superior ao total de vagas disponíveis no curso.

Caso o candidato interessado tenha o perfil do CadÚnico, mas ainda não esteja cadastrado, poderá o gestor municipal efetuar a pré-matrícula, desde que o encaminhe aos órgãos da assistência social responsáveis pelo cadastramento no município.

- **Matrícula**

A matrícula é o momento em que o beneficiário se dirige a Unidade Qualificadora para confirmar sua inscrição no curso desejado. Deve ser realizado imediatamente após a realização da pré-matrícula, para que o candidato garanta sua vaga na turma, pois a matrícula é realizada por ordem de chegada à unidade ofertante.

É imprescindível que a Prefeitura e as Instituições Qualificadoras tenham um bom diálogo para programar as fases de pré-matrícula e de matrícula, evitando, assim, que o intervalo de tempo entre essas duas etapas seja longo e desestimule os beneficiários a participarem dos cursos.

É recomendado pelo MDS que a Assistência Social Municipal e qualificadoras, sempre que possível, realizem pré-matrícula e matrícula no mesmo momento e local.

O MDS orienta que alguns aspectos sejam informados pela Prefeitura ao beneficiário:

- O único documento obrigatório que pode ser exigido pelas Unidades Qualificadoras é o CPF. Caso o candidato não o possua, a equipe da assistência social (CRAS, CREAS ou ACESSUAS Trabalho) deve encaminhar o candidato ao órgão responsável para que consiga a emissão do documento;
- Informações sobre escolaridade e residência devem ser autodeclaradas, Comprovantes de escolaridade e de residência são desejáveis, mas não são obrigatórios, podendo o beneficiário confirmar a matrícula normalmente caso não os possua. O ofertante não pode exigir que o beneficiário custeie fotos 3x4 e cópias de documentos;
- A Unidade Qualificadora não poderá exigir do candidato pré-matriculado pelo município a comprovação de inscrição no Cadastro Único, tampouco o cartão do Programa Bolsa Família. Essa comprovação é prerrogativa exclusiva da Prefeitura, sendo realizada durante a pré-matrícula;
- Os recursos para transporte serão disponibilizados a partir do início do curso, por meio da assistência estudantil. É importante que a Prefeitura auxilie aqueles candidatos que apresentarem dificuldades de deslocamento para a confirmação da matrícula e para o primeiro dia de aula.

A assistência estudantil é garantida no âmbito do PRONATEC/BSM e deve ser oferecida diretamente pela instituição qualificadora para auxílio de alimentação e transporte, podendo ser concedida de forma pecuniária (em dinheiro).

Além da assistência estudantil, é obrigação das Instituições Qualificadoras oferecerem gratuitamente aos beneficiários todo insumo necessário para participação nos cursos, incluindo materiais didáticos, cadernos, canetas etc.

Cada beneficiário poderá cursar no máximo três cursos ao ano ofertados no âmbito do PRONATEC Bolsa – Formação (no qual se inclui o PRONATEC/BSM), sendo no máximo um em curso técnico (com carga horária mínima de 800h). Não poderá haver matrículas simultâneas em dois ou mais cursos. Ou seja, só é permitida uma matrícula ativa por beneficiário.

- **Acompanhamento dos Beneficiários**

Durante a realização das aulas, caberá à Instituição Qualificadora inserir os dados sobre o desempenho e frequência dos beneficiários no SISTEC. A partir dessas informações e do diálogo com as Instituições Ofertantes, o gestor municipal do PRONATEC/BSM e a equipe do ACESSUAS Trabalho terão condições de acompanhar os beneficiários que demandem apoio socioassistencial para permanecer nos cursos.

Alguns aspectos que impedem ou atrapalham na permanência dos beneficiários nos cursos do PRONATEC/BSM:

- I. Dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares (como situações de violência doméstica, intercorrências de saúde, sobreposição da frequência escolar com o cuidado dos filhos mais novos) e atividades laborais (“bicos”, procura de emprego);
- II. Dificuldade de se adaptar a cultura institucional das Instituições Qualificadoras: frequentemente pouco habituado a frequentar os espaços das instituições ofertantes, o público do PRONATEC/BSM poderá vivenciar algum tipo de constrangimento social, podemos exemplificar isso: em relação à diferença sócio econômica caracterizada no modo de vestir dos alunos, aparência, como se comportam, principalmente no caso de Universidades Privadas. Esse ponto é fundamental que a Prefeitura provoque e apoie a

Unidade Qualificadora na construção de um ambiente mais acolhedor e amigável para que as diferenças socioeconômicas desse público não sejam percebidas por eles como um impeditivo social para permanência no curso;

- III. Dificuldade de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos: parte do público do PRONATEC/BSM está afastada de ambientes escolares, embora dominem saberes práticos relevantes para a atividade laboral. Identificado esse tipo de dificuldade, é importante que a Prefeitura e a unidade ofertante busquem estratégias didático-pedagógicas e de reforço escolar que reduzam essa dificuldade inicial.

Verificadas essas situações, é atribuição da rede municipal de Assistência Social providenciar iniciativas para solucionar o problema, reforçando a importância dos cursos para a trajetória profissional do beneficiário.

Essas não são as únicas situações que podem surgir durante o curso e que demandam acompanhamento contínuo. Por isso, reforçamos a importância de que o acompanhamento dos beneficiários ocorra para além de aspectos de desempenho e frequência.

Para enfrentar essas dificuldades, além das políticas de assistência social, é importante que políticas de educação e de saúde sejam articuladas ao longo desse acompanhamento.

- **Articulação com Políticas Públicas de Trabalho e Renda**

Além de promover a qualificação profissional do público inscrito no Cadastro Único, o Plano Brasil Sem Miséria articula um conjunto amplo de políticas públicas de trabalho e renda que poderão ser ofertadas aos beneficiários capacitados pelo PRONATEC/BSM.

A estratégia de inclusão produtiva urbana do BSM baseia-se na promoção do acesso ao emprego (via qualificação profissional e intermediação de mão de obra) e do empreendedorismo individual e do trabalho associativo (por meio do microempreendedor individual e da economia solidária, apoiados em serviços de

formalização, assistência técnica e de fomento ao microcrédito produtivo orientado), conforme descrito abaixo:

- **Intermediação de mão de obra:** coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, promove a colocação do trabalhador no mercado de trabalho, por intermédio da captação de vagas junto a empresas e do encaminhamento de trabalhadores cadastrados nas agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE) às vagas identificadas;
- **Microempreendedor Individual (MEI):** parceria com o SEBRAE, para que os trabalhadores autônomos inscritos no Cadastro Único formalizem-se como microempreendedores individuais, tornando-se aptos para receber visitas de assistência técnica no âmbito do Programa SEBRAE “Negócio a Negócio”;
- **Microcrédito Produtivo Orientado:** parceria com os bancos públicos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) para a ampliação do acesso ao microcrédito produtivo orientado, de modo a estimular a ampliação e o fortalecimento de pequenos negócios de pessoas inscritas no Cadastro Único;
- **Economia Popular e Solidária:** parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego promove ações integradas de economia popular e solidária, sob a mobilização, assistência técnica, apoio ao comércio e incubação de empreendimentos solidários.

O MDS entende ser essencial que o gestor do PRONATEC/BSM negocie com as Unidades Qualificadoras os momentos durante os cursos para que os parceiros mencionados apresentem aos beneficiários suas ações e a forma como podem ter acesso a essas oportunidades de inclusão produtiva.

Desse modo, o gestor municipal deve ter em perspectiva que o emprego não é a única forma da pessoa matriculada em curso de qualificação do PRONATEC/BSM, dentro dessa perspectiva, a inclusão produtiva não se restringe apenas na inserção do beneficiário no mercado de trabalho formal, mas estes

também poderão ser orientados a se firmarem como micros empreendedores individuais ou a integrarem empreendimentos de economia solidária com a orientação do SEBRAE.

As ações que compõem a estratégia de inclusão produtiva do BSM podem ser complementadas pelos programas disponíveis no estado ou município, a exemplo de ações de elevação de escolaridade ou programas de microcrédito produtivo orientado.

O objetivo principal do PRONATEC/BSM é oportunizar aos beneficiários do Programa Bolsa Família e do BPC condições de superar a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram, ressaltando, dessa forma, que a inscrição nos cursos não implicam a perda do benefício PBF e do BPC. Impende enfatizar que a formação e o desenvolvimento do capital humano dentro desses programas visa a busca da autonomia/emancipação, cujo intuito é a superação da situação de vulnerabilidade vivenciada pelos usuários, a inscrição num curso de qualificação profissional não faz com que o beneficiário perca o benefício.

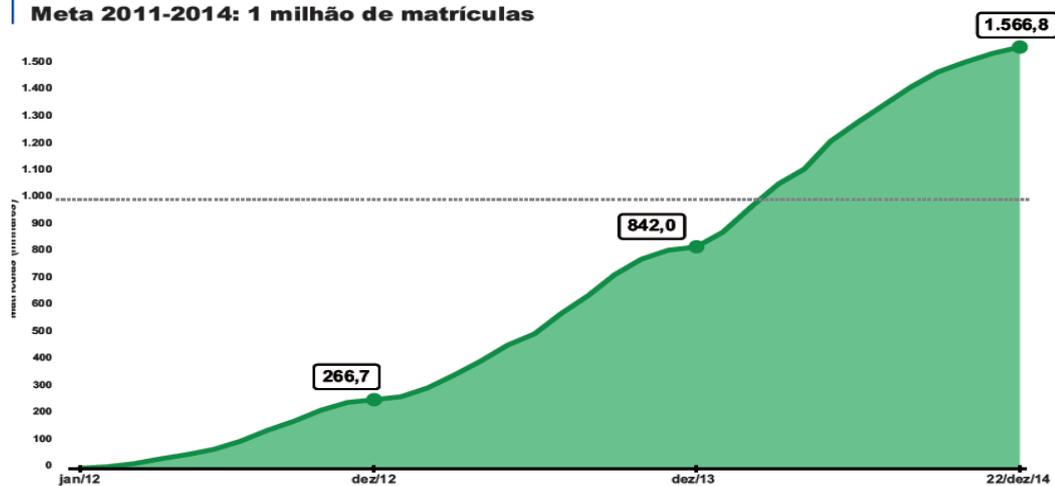
Entretanto, a superação dessa situação é feita por meio da inclusão produtiva entrando no mercado formal de trabalho ou sendo um microempreendedor individual poderá fazer com que o beneficiário deixe de fazer parte do perfil do programa social, e esse é o intuito, que as pessoas saiam da situação de dificuldade e abram espaços para que outras pessoas que façam parte do perfil entrem, mas que depois saiam. O objetivo, portanto, é o de que os usuários não fiquem infinitamente dependendo dos poucos recursos que o Estado destina as famílias.

Dentro do Plano Brasil Sem Miséria como estratégias para a superação da extrema pobreza o PRONATEC/BSM no seu plano de inclusão produtiva, de acordo com o relatório do MDS (2011-2014) teve nesse período o registro de mais de 1,57 milhão de matrículas. Entre os beneficiários do Bolsa Família, mais de 400 mil tornaram-se micro empreendedores individuais e contaram com crédito a juros mais baixos para produzir, e mais de 2,8 milhões de famílias deixaram o Bolsa Família porque melhoraram de vida, como mostra abaixo o gráfico 7.

GRÁFICO 7: PRONATEC ofertado pelo PBSM

Mais de 1,57 milhão de matrículas em cursos de qualificação profissional

Meta 2011-2014: 1 milhão de matrículas



Fonte: caderno de gráficos BSM (2011/2014)

O objetivo da inclusão produtiva urbana é aproveitar a comprovada disposição do público do Brasil Sem Miséria para o trabalho e promover a melhora da sua inserção no mercado, seja por meio do trabalho assalariado, autônomo ou associado. Qualificação profissional, intermediação de mão de obra, incentivo e apoio ao empreendedorismo e à organização coletiva de empreendimentos solidários são algumas das políticas de inclusão produtiva urbana.

O auxílio do Estado como promotor dos direitos sociais utilizando os programas sociais (PBF, PRONATEC/BSM) como apoio das famílias na superação da situação de vulnerabilidade social, deve ser tratado como investimentos em capital humano e social, vislumbrando a saída de um momento de dificuldade e não como uma porta de entrada sem a busca de uma saída.

Logo abaixo é possível observar algumas características do PRONATEC ofertado dentro do Plano Brasil Sem Miséria/PBSMA levantadas a partir do relatório do MDS (2011-2014):

- Programa custeado com recursos federais;
- Cursos ministrados pelo Sistema S, Institutos Estaduais e Federais e redes estaduais;

- 67% das inscrições são de mulheres;
- 47% dos inscritos tem idade entre 18 e 29 anos;
- 3.606 municípios com matrículas realizadas.

Percebe-se, nitidamente, que a grande maioria dos inscritos nos cursos do PRONATEC/BSM é composta de mulheres (67%), indicando que existe uma clara demarcação de gênero entre os beneficiários.

Em relação ao percentual de inscritos essa tendência, é convergente com o perfil dos beneficiários do Bolsa Família, no qual a maioria dos titulares do benefício são de mulheres, representando em 2013 segundo o MDS, 93% da titularidade.

No tocante ao número de inscritos, (48%) na faixa etária entre 18 e 29 anos, período de extrema vulnerabilidade às dinâmicas de violência e marginalização. O PRONATEC/BSM pode desempenhar uma função não apenas de inclusão produtiva, mas também de proteção social mais ampla.

Em relação às modalidades dos cursos do PRONATEC/BSM, o Guia PRONATEC de cursos FIC-3ª edição (Portaria MEC Nº 899/2013)²² apresentou a oferta de mais de 644 modalidades de cursos, visando atender as demandas do mercado de trabalho e a possibilidade de abertura de pequenos negócios por parte dos beneficiários dos programas sociais. Logo abaixo apresentamos a alguns cursos ofertados:

- Auxiliar administrativo;
- Operador de computador;
- Eletricista Instalador Predial de baixa tensão;
- Costureiro (a);
- Manicure e Pedicure;
- Recepcionista;
- Pedreiro de alvenaria;
- Vendedor;

²² Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/fic/pdf/2013_guia_cursosfic_port_899.pdf. Acessado em 20 de julho de 2016.

- Auxiliar de Recursos Humanos;
- Almojarife;
- Cuidador de idosos, entre outros.

Para movimentar essa engrenagem o PRONATEC/BSM conta com o apoio da rede de assistência social, principalmente o CRAS que se configura como a porta de entrada da assistência social nos territórios no sentido de mobilizar, orientar e realizar a pré- matrícula dos beneficiários.

- **Microempreendedor Individual – MEI.**

Dentro da proposta de inclusão produtiva ofertado pelo PRONATEC/BSM, há a possibilidade dos beneficiários dos programas sociais como o Bolsa Família acessarem o mercado de trabalho via empreendedorismo podendo tornar-se Microempreendedor Individual – MEI, aproveitando a custo reduzido, as vantagens e a segurança que a formalização oferece e ingressar no programa técnica e gerencial coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No gráfico 8, anexo 8, apresenta que cerca de 1 milhão e duzentos mil pessoas inscritas no CadÚnico tornaram-se MEI's, enquanto que 478 mil e 300 são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Configura-se, nesse sentido, numa estratégia extremamente relevante o estímulo ao empreendedorismo levando-se em consideração que a qualificação profissional *per si* não garante o emprego formal do beneficiário dos programas sociais como o Bolsa Família. Destarte, incitar essa prática ajuda a criar/estimular novos nichos no mercado mediante pequenas empresas contribuindo para o crescimento mediante o pagamento de tributos e geração de empregos retroalimentando a economia garantindo dividendos ao Estado e benefícios a sociedade através das políticas públicas.

Nesse sentido, torna-se estratégia relevante o Programa Crescer que oportuniza o acesso ao microcrédito produtivo orientado dos bancos públicos federais, com taxa de juros reduzida de 60% para apenas 5% ao ano, e taxa de

abertura de crédito diminuída de 3% para 1%. De acordo com o relatório do documento OBRASILMUDOU do Plano Brasil Sem Miséria/2011-2014, o Programa Crescer apresentou R\$ 3,6 milhões de operações realizadas pelos beneficiários do PBF que participaram dos cursos do PRONATEC/BSM.

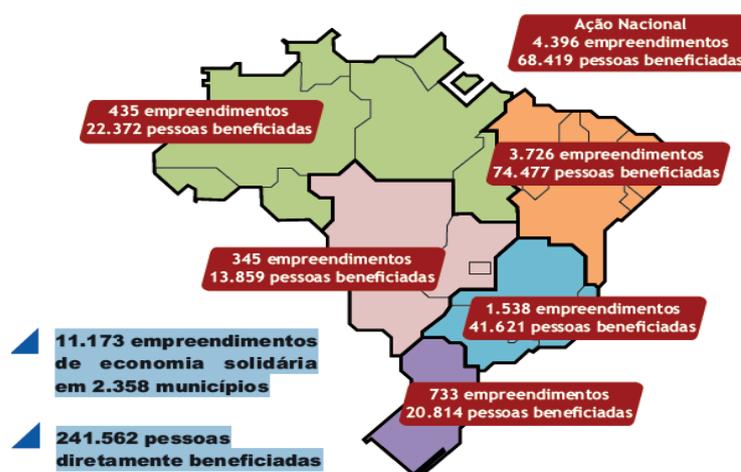
- **Programa Crescer**

Em relação ao Programa Crescer que se trata de empréstimos a juros reduzidos para a estruturação de pequenos negócios, como apresenta a gráfico 9 anexo 9, foram realizadas entre 2011 e 2014, 3,8 milhões de operações com beneficiários do Bolsa Família.

Ainda de acordo com informações desse mesmo relatório, nesse mesmo período houve um número significativo de beneficiários do Bolsa família que participaram de curso do PRONATEC/BSM e que ingressaram em ações integradas de economia popular e solidária: formação profissional, assistência técnica e incubação de empreendimentos solidários e suas redes cooperação, comercialização de produtos e serviços.

O relatório apresenta que no período de 2011 a 2014 82,5 mil catadores de material reciclável foram apoiados com ações de formação, incubação, assistência técnica e infraestrutura de apoio, além dos 11.173 empreendimentos de economia solidária em 2,358 municípios resultando em 241.562 pessoas diretamente beneficiadas, conforme ilustra, abaixo, o mapa 2.

MAPA 2: Fortalecimento e Expansão da Economia Solidária (2011-2014)



Fonte: Caderno de Gráfico/BSM (2011-2014)

A formatação nos últimos 12 anos do modelo de proteção social representado pelos programas sociais confere um arcabouço com uma importante gama de possibilidades através da intersetorialidade, dando subsídios para a superação da vulnerabilidade social nos seus mais variados aspectos, e nessa conjugação de esforços para a garantia de direitos sociais dos beneficiários dois elementos aparecem em destaque o Programa Bolsa Família e o CadÚnico.

Em relação ao CadÚnico, ele se torna uma ferramenta para o acesso aos programas sociais do governo federal, entretanto o grande carro chefe e o chamariz que viabiliza o enorme número de acessos se chama Programa Bolsa Família que garantiu a consolidação a esse instrumental que facilita a garantia de acesso a outros programas sociais como o PRONATEC/BSM.

A forma como os programas sociais se apresentam contribuem para a formação do capital humano, não se configura num processo meramente de acesso aos programas sociais, é um acesso viabilizado nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS em ações pedagógicas desde o atendimento na recepção, agendamento para o CadÚnico, a sala de espera e a carteira de livre acesso, e dependendo da situação o atendimento, orientação e acompanhamento do técnico social (assistente social ou psicólogo).

3.2. Plano Brasil Sem Miséria/2011

Nos últimos doze anos o Governo Federal tem criado diversas estratégias de enfrentamento à pobreza e erradicação da miséria, visto que são múltiplas as expressões da questão social²³ sobretudo da profunda desigualdade social existente no Brasil. O amadurecimento e aperfeiçoamento do Bolsa família e do CadÚnico suscitaram a necessidade de novas ações para o enfrentamento da diminuição da pobreza e desigualdade social no Brasil e diante deste contexto uma das iniciativas do governo para elevar a renda e as condições de bem-estar da população foi

²³ Corrobora-se a apreensão da “questão social” como o “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

instituir o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) por meio do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que visa articular políticas, programas e ações. O Plano no seu nascedouro surgiu com a grande ambição de superar a extrema pobreza até o final de 2014.

Logo após dentro desta proposta em outubro de 2011, foi criado o PRONATEC/Brasil Sem Miséria para junto com o Bolsa Família e outros programas sociais enfrentar a pobreza e erradicar a miséria.

Estruturando-se, assim, em três eixos de ações: garantia de renda para alívio das necessidades básicas do indivíduo, ampliação do acesso a serviços públicos, e inclusão produtiva. O programa possui, entre os seus objetivos, qualificar trabalhadores e identificar oportunidades de inserção e permanência no mundo do trabalho aos seus beneficiários.

O Plano Brasil Sem Miséria²⁴ assimilou o Bolsa Família e o PRONATEC/BSM que, além desses programas, garante o acesso a outros programas e serviços como a tarifa social, isenção na taxa para concursos públicos, tarifa social para a conta de energia, a inclusão produtiva rural com assistência técnica e fomento²⁵, água para todos (cisternas de consumo e água para produção), programa de aquisição de alimentos, Agroamigo, Bolsa Verde²⁶ e o luz para todos²⁷.

Como apresenta a figura 1, anexo 10, o Plano Brasil Sem Miséria, além de ter assimilado os Programas Bolsa Família e inserido o PRONATEC/BSM no seu contexto, também abriu novas frentes de oportunidades para a inclusão produtiva

²⁴ O Plano Brasil Sem Miséria criou uma rota específica de inclusão produtiva para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, acampados, extrativistas, pescadores, quilombolas, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais. Para aprimorar o processo produtivo, as famílias têm acompanhamento individualizado e continuado de técnicos agrícolas, que mostram formas de aumentar a produção, a qualidade e o valor dos produtos.

²⁵ Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste incentiva atividades produtivas no campo, no período de 2011-2014 segundo o MDS foram realizadas 936,5 mil operações sendo 591 mil operações com beneficiários do Programa Bolsa Família e 762,9 mil operações com pessoas que estão no CadÚnico.

²⁶ 72,1 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos beneficiadas para continuar produzindo e conservando o meio ambiente.

²⁷ 369,4 mil ligações realizadas para famílias do cadastro único, sendo 267,2 mil delas beneficiárias do Bolsa Família.

rural, facilitando as linhas de crédito e a assistência técnica e fomento para melhorar a produção e aumentar a renda das famílias.

Em relação ao acesso aos serviços o Plano Brasil Sem Miséria, o programa ampliou os serviços públicos, especialmente os de Saúde, Educação e Assistência Social – às pessoas e localidades mais pobres do país. Além disso, as ofertas e a melhoria dos serviços prestados à população que mais necessitam foram expandidos.

Na assistência social, tanto os centros de atendimento, quanto os serviços oferecidos foram ampliados em todo o território nacional, de acordo com o relatório MDS (2011-2014)/Caderno de Gráficos BSM:

- Foram criados 625 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) somados aos já existentes perfazendo o total de 8.107 unidades de atendimento da rede de proteção social básica;
- 288 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) foram somados à rede de Proteção Social Especial, totalizando 2.315 unidades;
- 301 Centros de Referência Especializados para população em situação de rua (Centros Pop) cofinanciados;
- Disponibilizadas 24.975 vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua.

Ainda de acordo com esse mesmo relatório houve a criação 1.256 de equipes volantes e a distribuição de 138 lanchas (sendo 123 fluviais e 15 oceânicas) para atendimento remoto na Amazônia e no Pantanal, ajudando o poder público a chegar onde a pobreza está.

Na saúde, critérios relacionados às desigualdades sociais e de acesso à saúde foram utilizados para orientação de ações e investimentos. A aplicação de um fator equitativo no Piso de Atenção Básica Fixa, a construção 690 Unidades Básicas de Saúde e a alocação de profissionais do Programa Mais Médicos priorizaram os municípios e territórios de maior vulnerabilidade social.

Na educação, forma mais definitiva de superação da pobreza, a Ação Brasil Carinhoso apresentou os seguintes dados de acordo com o relatório MDS (2011-2014)/Caderno de Gráficos BSM :

- 19,7% das crianças do Bolsa Família de 0 a 48 meses estão na educação infantil;
- 636,7 mil crianças do Bolsa Família de 0 a 48 meses estão matriculadas em mais de 37 mil creches;
- Foram transferidos R\$ 765 milhões para 4.939 municípios em 2014.

Esses recursos adicionais melhoram a qualidade dos serviços prestados às crianças. Para o ensino fundamental, o Brasil Sem Miséria ampliou a oferta de educação em tempo integral nas escolas onde 50% dos alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Uma das ações do plano, especificamente ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério da Educação (MEC), consistiu na criação em conjunto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que tem como principal objetivo ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) à população brasileira com o objetivo de proporcionar a elevação da qualificação profissional através da participação em atividades produtivas e de geração de renda.

Para o desenvolvimento das atividades, o programa conta com o apoio de Secretarias Municipais de Assistência Social (SMAS) e do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS) no cumprimento de um importantíssimo papel de articular as demandas do município e apresentá-las às instituições ofertantes com objetivo de capacitar a população em situação de vulnerabilidade social inscritas nos Programas Federais.

Em 2011, o MDS identificou que havia 36 milhões de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família, que estariam na miséria, caso sobrevivessem apenas com sua renda familiar. O Bolsa Família proporcionou que 14 milhões saíssem dessa condição. Mas ainda restavam 22 milhões de brasileiros que, mesmo recebendo os benefícios do Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza. Medidas tomadas no

âmbito do Plano Brasil Sem Miséria visavam alcançar essa parcela da população que estavam em situação de miséria.

Em junho de 2014, as linhas de extrema pobreza do Brasil Sem Miséria e a do Bolsa Família foram reajustadas para R\$ 77 mensais por pessoa, com impacto nos valores dos benefícios. Todos os beneficiários do Programa mantêm-se acima desse patamar.

Restava o desafio de buscar as famílias ainda invisíveis aos olhos do poder público, de modo a conhecê-las e assisti-las. A estratégia de Busca Ativa foi criada justamente para encontrar essas famílias, incluí-las no Cadastro Único no Bolsa Família e em outros programas que possam ajudá-las a melhorar suas vidas.

Neste capítulo apresentamos a formatação dos programas sociais Bolsa Família, PRONATEC/BSM e do Plano Brasil Sem Miséria, perfil dos usuários, e mediante os seus objetivos, eixos principais, alcance, investimentos essa configuração foi trabalhada para o desenvolvimento do capital humano e conseqüentemente a mitigação da pobreza no Brasil através da conquista da autonomia/emancipação. No próximo capítulo apresentaremos o PRONATEC sob duas óticas uma apresentada pelo Governo Federal e a outra pelos estudiosos do tema qualificação profissional.

CAPÍTULO III

Neste capítulo, apresentaremos o PRONATEC Proposto e o PRONATEC Ofertado. Abordaremos a forma como o programa foi formatado e apresentado pelo Governo Federal, os investimentos e o alcance, e o contraponto feito por parte dos especialistas que estudam a respeito dos cursos de qualificação profissional.

4. O PRONATEC proposto e o ofertado

As informações passadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS apresentam o PRONATEC proposto, mas o programa tem um grupo de especialistas em educação e qualificação profissional que se posiciona crítico ao que na realidade é apresentado, assim podemos dizer que existe o PRONATEC pretendido e o PRONATEC ofertado.

Essa diferenciação reside, mais especialmente, em relação às críticas relacionadas ao maior incentivo financeiro a FIC cursos de curta duração com pouco mais de dois meses e meio para a formação técnica, como, também, a entrada da iniciativa privada na formação dos alunos sendo considerada um caça níqueis, cuja formação termina sendo de baixa qualidade, carecendo, também, de uma qualificação que a estrutura seja a formação básica e tecnológica.

Há críticas contundentes em relação ao curto período da qualificação e das dificuldades de compreensão, diante da fragilidade da formação básica que os alunos tiveram nas escolas fazendo com que em algumas unidades por iniciativa da instituição os discentes passam a ter aulas extras de Matemática e Português.

Outro aspecto importante a ser levantado é em relação à inserção no mercado de trabalho formal por parte das pessoas que fazem o PRONATEC. O governo federal não tem esse controle e, muito menos, os gestores municipais. O governo municipal por sinal desconhece o número dos alunos que realmente concretizaram as suas matrículas, e o governo federal informa por meio de um marketing político os dados dos pré-matriculados como se fosse o número de pessoas capacitadas, ou seja, que concluíram os cursos.

Ainda em relação ao mercado de trabalho pesquisa realizada pelo ministério da fazenda aponta que as pessoas que fazem os cursos de qualificação profissional não têm mais vantagens em retornar ao mercado de trabalho formal, do que aqueles que não chegaram a fazer um curso pelo PRONATEC.

O estudo considerou o universo de 160 mil pessoas e a modalidade Bolsa-Formação, cujo objetivo é promover a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), com duração mínima de 160 horas. O período de abrangência é de 2011 a 2013. Nesse universo, encontram-se os beneficiários do PBF que fazem ou fizeram algum curso do PRONATEC na modalidade FIC.

De acordo com Barbosa Filho (2015)²⁸, secretário-adjunto de Políticas Macroeconômicas do Ministério da Fazenda, os resultados do Bolsa Formação FIC relacionados à reinserção no mercado formal de trabalho em geral não conseguem dar um maior retorno na reinserção do que aqueles indivíduos do grupo de controle.

[...] Ou seja, pegando um indivíduo que se matriculou e não teve a matrícula confirmada e um indivíduo que teve a confirmação, os resultados não mostram diferença estatística na probabilidade de reinserção no mercado de trabalho (BARBOSA FILHO, 2015).

Ainda segundo o autor, o mercado de trabalho aquecido pode ter colaborado para a redução da taxa de desemprego de trabalhadores pouco qualificados. Isso pode reduzir o impacto do programa, tanto da reinserção no mercado formal de trabalho como nos ganhos salariais. É ainda possível que ganhos salariais obtidos com base no programa somente sejam detectados após maior período no emprego e não apareçam nos salários de admissão.

Fazendo o contraponto das informações passadas pela pesquisa do Ministério da fazenda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome reapresentou dados referentes aos impactos do Pronatec Bolsa Formação para os beneficiários do programa Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único. O

²⁸Disponível em <http://www.ebc.com.br/cultura/2015/09/pronatec-cursos-nao-dao-vantagem-na-reinsercao-no-mercado-de-trabalho-formal>. Acessado em 07 de março de 2016.

estudo levou em consideração 2,6 milhões de trabalhadores, entre 2011 e 2014.²⁹

Os resultados mostram que, dentre os que integram o Cadastro Único que participaram do PRONATEC a formalização no mercado de trabalho, entre o início e o fim do curso aumentou em 11,8 pontos percentuais entre 2011 e 2014. Entre os não participantes, com mesmo perfil, o aumento foi de 4,9 pontos percentuais no mesmo período.

A taxa de aprovação e de conclusão nos cursos entre participantes beneficiários do Bolsa Família e inscritos no Cadastro Único são superiores à média geral. Entre 2011 e 2014 81,4% dos beneficiários do Bolsa Família concluíram o curso e 79,3% daqueles apenas inscritos no Cadastro Único. A taxa geral foi de 79%. Entre os não inscritos no cadastro foi de 76,5%.

Segundo Jannuzzi (2015), secretário de Avaliação e Gestão da Informação, os resultados gerais mostram que o PRONATEC tem um efeito muito importante para quem faz curso, especialmente para os beneficiários do Bolsa Família que passaram a ter, pela primeira vez, a oportunidade de fazer um curso de qualificação profissional.

Essas pesquisas, entretanto, não esclarecem se os beneficiários do Bolsa família foram inseridos no mercado formal de trabalho na mesma área do curso que fez no PRONATEC/BSM e se tiveram algum tipo de encaminhamento por parte das unidades qualificadoras para estágios/emprego ou através de alguma equipe Acessuas Trabalho, dando a entender que a qualificação foi o suficiente para promover a entrada no mercado de trabalho dos concluintes.

Entretanto, essas informações permitem inferirmos que houve o aumento do capital humano por parte dos inscritos no Cadunico, como também dos beneficiários do Bolsa Família pelos percentuais das pessoas que concluíram os cursos do Pronatec/BSM.

²⁹Os dados podem ser acessados na internet: www.mds.gov.br/sagi

Podendo, dessa forma, inferirmos que ou há um superdimensionamento em relação aos efeitos do programa ou que não surtem os efeitos possíveis caso fossem melhor formatados e aplicados ou que não há como aferirmos os reais impactos do programa levando-se em consideração as colocações feitas acima.

Atualmente, no presente ano (2016), essa situação foi modificada drasticamente com o mercado desaquecido, devido a crise econômica e política do Brasil que tem redundado num altíssimo número de pessoas desempregadas independente de ter qualificação ou não, como, também, a oferta de cursos do PRONATEC reduziu drasticamente a partir do final de 2014.

Permeando o que já foi posto por Tôres(2014) e Frigoto (2015) apontam que apenas a qualificação profissional e a elevação da escolaridade não seriam suficientes para garantir o emprego formal daqueles que estão desempregados, esquecendo-se de uma dívida social que vem desde a colonização. Essacrítica é feita a respeito da teoria de Shutz(1973) para explicar as desigualdades sociais produzidas pelas relações entre capital e trabalho, no qual se propaga a afirmação que a ideia de que os países pobres e as populações pobres podem sair do subdesenvolvimento investindo em educação.

De acordo com Tôres (2014), os grupos sociais dos países subdesenvolvidos, periféricos e semiperiféricos estão em situações desconfortáveis devido aos processos históricos, ao capitalismo e ao sistema de divisão internacional do trabalho a eles submetido, coadunando ao pensamento de Piketty (2014) de que não importa o quanto o pobre venha a se desenvolver, pois com o mínimo esforço aqueles que herdaram fortunas sem um processo meritocrático, no caso do Brasil, desde as capitânicas hereditárias, até os dias atuais continuarão em grande vantagem em relação aos mais pobres, ou as classes sócio economicamente mais baixas.

Então, diante desses argumentos, é necessário ampliar a igualdade de oportunidades educacionais e, conseqüentemente, a penetração no mercado de trabalho e nas estruturas produtivas do Estado, criando, assim, mecanismos que oportunizem espaços mais prestigiosos e de maior produção de renda, os quais, infelizmente, apresentam-se com maior facilidade a grupos historicamente privilegiados e com maior acúmulo de capital (econômico e simbólico).

Então, além de uma formação educacional aliando-se a formação básica a profissional, as desigualdades entre ricos e pobres poderia ser minorada com a proposta de taxação das grandes fortunas apontadas por Piketty (2014) cujos investimentos poderiam ser colocados nas políticas públicas qualificando-as para o usufruto da população como um todo contribuindo para mitigar a distância entre ricos e pobres.

Ao comparar com propostas anteriores, Frigotto(2014)³⁰ se refere ao Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (Pipmo), concebido pelo governo de João Goulart em 1963 e executado durante a ditadura militar até 1982 e o Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, que ocorreu durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002. Os dois, segundo ele, ofereciam cursos rápidos, que pouco contribuíram para a formação de mão de obra realmente qualificada.

Logo abaixo, segue o quadro demonstrativo¹, do percentual recebido pelas unidades qualificadoras para ofertarem os cursos de duração mínima de um ano, e os cursos FIC cuja duração mínima é de 2 meses.

Quadro 1: Percentual de ofertas de cursos por unidades qualificadoras

Cursos técnicos duração mínima de 1 ano	Cursos FIC duração mínima de 2 meses
Rede Federal: 51%	Rede Federal: 8%
Senai: 20%	Senai: 48%
Senac: 15%	Senac: 38%
Redes Estaduais: 15%	Redes Estaduais: 2%
Rede Privada: 19%	Demais ofertantes: 4%

Fonte: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/pronatec-e-um-caca-niquel-para-redes-privadas-diz-especialistas.html>.

³⁰ Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6886>. Acessado 07 de março de 2016.

O Sistema S e as redes públicas entraram no PRONATEC em 2011, quando o programa começou. Já as redes privadas abriram cursos em parceria com o governo federal a partir de 2013.

Dos R\$ 14 bilhões investidos entre 2011 e 2014, R\$ 5,1 bilhões foram para a rede federal. O Ministério da Educação (MEC) não informou quanto foi destinado para as demais redes que fazem parte do programa, como o Sistema S e a instituições particulares.

Frigotto (2014)³¹ defende que o governo precisa, em primeiro lugar, investir em educação básica e promover os programas que juntam o ensino médio e a formação técnica.

Uma pessoa que não teve ensino médio, que não teve ensino fundamental, não vai conseguir se inserir no mercado com um curso de 160 horas. Em qualquer área, você não aprende se não tem base, se não tem os fundamentos. (FRIGOTTO, 2014)

Ciavatta e Frigotto (2014) entendem que o processo educativo deve ser tratado do ponto de vista das questões mais amplas que determinam as totalidades sociais.

Frigotto(2014) argumenta que com a mudança de governo os programas continuam os mesmos, mudando apenas o nome das coisas, enquanto milhares de jovens e adultos não têm escolaridade. Se gasta dinheiro e não resolve o problema. Não havendo o controle de onde e como as pessoas são inseridas no mercado de trabalho.

Ainda em sua análise, o ideal seria adotar de forma sistemática o ensino médio integrado, com formação básica e capacitação técnico-científica que dê ao jovem uma base para se profissionalizar e articular ciência, trabalho e cultura.

³¹ Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/06/30/pronatec-e-um-caca-niquel-para-redes-privadas-diz-especialistas.htm>. Acessado em: 07 de março de 2016.

Para isso, segundo Frigotto(2014), é preciso investir mais e melhor na educação técnica, especialmente nos institutos federais. Pontuando que a definição da qualidade do curso técnico é determinada pelo tempo do professor e uma infraestrutura de qualidade. É preciso que se tenha uma organização que dê uma base ao aluno para que ele consiga transferir conhecimento para várias áreas técnicas.

Para Frigotto (2014),uma educação básica de qualidade é um passaporte para uma dupla cidadania: participar da sociedade como um cidadão ativo, discutindo os seus direitos é a base para se inserir em um sistema produtivo cada vez mais complexo. Por isso, a Constituição no seu artigo 205 determina que a educação básica é direito de todos,preparando o cidadão para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa mesma linha de raciocínio, Tôrres (2014) coloca que encontra-se equivocada a ilusória ideia do PRONATEC como promovedor de uma Educação Profissionalizante de qualidade e integradora ao ensino médio, já que, ao invés de oferecer uma formação integrada a Educação Básica baseada no conceito de politecnia, oferece a sociedade uma formação que se opõe ao conceito acima citado e a integração entre educação profissional e educação geral, caminhando na direção da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral.

Segundo Ciavatta (2011, p. 52 *apud* TORRES, 2014),o PRONATEC caminha na direção oposta à universalização do ensino médio público, gratuito, de qualidade e obrigatório e também em direção diversa à formação integrada.

Isso porque o PRONATEC reitera a privatização do ensino feita pelo Programa Universidade para Todos/PROUNI (A criação do PROUNI, na época, gerou inúmeras polêmicas em virtude da troca de vagas por isenção de impostos). Receberam diversas críticas devido a ser visto como ameaça ao ensino superior público, notadamente de melhor qualidade que o privado, e nas IES privadas receosas em receber esse aluno com deficiências oriundas de uma educação básica pública).

Desse modo, ao priorizar a qualificação profissional, concomitante ao Ensino Médio Público mediante parcerias público/privado, se reduzem os insuficientes recursos públicos e promove a descontinuidade em relação à concepção progressista de integração entre educação básica (EB) e educação profissional (EP) interrompendo o processo de travessia para a escola unitária e não enfrentando a problemática complexa da qualidade na escola pública.

O PROUNI, por sua vez, apresenta como proposta na sua constituição a ampliação do acesso ao ensino superior à população de baixa renda, dando condições de acesso, permanência e posterior acesso ao mercado de trabalho.

Esse programa tem o acesso ao ensino superior mediante instituições privadas inferiores ao ensino superior público. Frigotto (2014), a esse respeito, afirma que isso gera uma fragilidade na qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e formação integral do cidadão.

O autor ainda afirma que isso fragiliza a permanência no mercado de trabalho do aluno formado nessas instituições privadas, reiterando o mito da empregabilidade, também criticado desde os tempos do governo FHC³². Além desse aspecto, é relevante que a educação profissional esteja atrelada a educação formal para que se tenha uma ação de desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, contribuindo para a formação integral do cidadão.

Preparar o aluno para o mercado faz parte da formação, e, sobretudo, deve interagir com a educação formal de qualidade. Não se pode, portanto, tomar a parte pelo todo e achar que educar é a mesma coisa que preparar para a precarização do trabalho, para o subemprego, para a desregulamentação das relações de trabalho, para as condições de exploração do trabalho vigentes fazendo crescer a pobreza, senão a misérianos países não desenvolvidos e induzem ao empobrecimento e aos desequilíbrios sociais nos países ricos.

³²No Brasil, definiram-se predominantemente concepções e práticas vigentes na década de 1990, como as parcerias público/privado que ampliam a dualidade estrutural da educação, especialmente no âmbito da educação profissional técnica e tecnológica (FRIGOTTO, 2010). Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. Acessado em 07/ de março de 2016.

Temos claro que não é possível uma educação profissional de qualidade sem uma educação básica de qualidade, universalizada, pública, gratuita, obrigatória, assumida pelo Estado, como um projeto de educação para toda população. (CIAVATTA e FRIGOTTO,2011, p.628).

O modelo de qualificação empregado no Brasil tem apresentado um viés meramente mercadológico e corporativo atendendo na maioria das vezes demandas emergenciais dos empresários, precarizando a qualidade dessa mão de obra “formada” de baixíssima remuneração.

Além das exigências de carga horária mínima dos cursos e da oferta de cursos cadastrados no Ministério da Educação, não existe nenhuma referência sobre a concepção de educação profissional que orienta o Projeto, reforçando a falsa idéia da relação entre qualificação profissional e empregabilidade, de educação profissional como um apêndice à educação propedêutica e de educação profissional como uma educação apenas para o exercício das habilidades específicas para a execução de função em empresas produtivas e de serviços – reforçando, por fim, uma visão reacionária, restrita e tecnicista de educação profissional (CONTEE, 2011, n.p).

A principal crítica dirigida pelo movimento sindical ao PRONATEC partiu da CONTEE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). Nesse sentido, a Contee (2011) reitera as críticas do Frigotto (2014) em relação ao PRONATEC, afirmando que o PRONATEC é um projeto privatista e não garante uma educação profissional de qualidade.

A entidade elenca 6 críticas apresentadas ao Programa:

- I. O PRONATEC destina recursos públicos para a iniciativa privada;
- II. A dispensa de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere para o pagamento das bolsas formação às Instituições de Educação do Sistema S, sem controle efetivo;
- III. Falta de referência sobre a concepção de educação profissional que orienta o PL (Projeto de Lei);
- IV. O dinheiro público irá para as empresas com o único objetivo de ajudar o capital a aumentar suas taxas de lucro, por meio da exploração e da rotatividade de mão de obra, qualificada ou não;
- V. A vinculação do seguro desemprego à formação profissional;

VI. O papel de destaque do Sistema S no PL (Projeto de Lei).

O movimento estudantil, em especial, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)³³ apresenta as seguintes considerações a respeito do Programa:

Um dos principais problemas é o não estabelecimento de uma contrapartida do sistema “S”, possibilitando assim, a dispensa de celebração de convênio, acordo, contrato ajuste ou instrumento ou similares para o pagamento das bolsas formação às instituições de ensino, permitindo assim que verbas públicas, FGTS, BNDES sejam repassadas à iniciativa privada sem que haja um controle efetivo. Esse programa forma insuficientemente profissionais para as áreas estratégicas do desenvolvimento de nosso país e valoriza pouco as vocações econômicas regionais. Por isso, defendemos que o PRONATEC priorize o investimento na escola pública, garanta a regulamentação do sistema “S”, priorize cursos nas áreas industriais, químicas e agrícolas e das áreas em desenvolvimento das diversas regiões do Brasil, além de oferecer também um programa de estágio remunerado (UBES, 2013, n.p).

Do ponto de vista do objetivo específico da presente pesquisa, a terceira crítica apresentada pela CONTEE é a que mais nos interessa, ou seja, aquela destinada à falta de uma concepção de educação profissional melhor definida. A crítica passa, em especial, pelo divórcio entre educação profissional e educação propedêutica.

Neste capítulo, portanto, realizamos uma breve pontuação sobre os dados apresentados em relação ao PRONATEC Proposto pelo Governo Federal, como também críticas às concepções do programa alicerçadas pela lente de especialistas no estudo da qualificação profissional no Brasil.

Esses contextos apresentados contribuem para uma análise apurada a respeito do programa e como poderia ser aperfeiçoado, cujo intuito é o melhor atendimento dos beneficiários dos programas sociais inscritos no CADÚNICO, como os do Bolsa Família sendo uma alternativa de superação da situação de vulnerabilidade social e conquista da autonomia/emancipação.

³³Disponível em: <http://ubes.org.br/>

No próximo capítulo, apresentaremos o conceito de proteção social, como se configura a proteção social básica, o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, e o Centro de Referência da Assistência Social-CRAS /IBURA, descortinando o contexto onde estão inseridos os beneficiários do Programa Bolsa Família e do PRONATEC/BSM.

CAPÍTULO IV

Neste capítulo apresentaremos a conceitualização de proteção social, proteção social básica e dentro desta o Centro de Referência da Assistência Social –CRAS e, mais especificamente, como funciona Centro de Referência da Assistência Social localizado no Ibura, à luz da política nacional da Assistência social (PNAS)/2014.

5. Política Nacional da Assistência Social

A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) foi implementada em 2004 num esforço conjunto capitaneado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome/MDS. Esse projeto contou com o apoio dos demais gestores da assistência social, à frente das secretarias estaduais e municipais, da potencialização de todos os esforços políticos e administrativos necessários ao enfrentamento das grandes e crescentes demandas sociais, e dos compromissos políticos assumidos pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando reestruturar e redesenhar a estrutura orgânica da assistência social, ampliando e (res)significando o seu formato pautado num sistema descentralizado e participativo.

A PNAS/2004 trouxe à baila a relevância da descentralização e territorialização respeitando e buscando garantir a prestação dos serviços e benefícios sócio assistenciais às pessoas que deles necessitam, cobrindo as contingências sociais caracterizadas principalmente nos municípios.

Definindo a responsabilidade política dos entes federativos (União, Estados e Municípios) na implementação da PNAS/2004, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do estado.

Impende, nesse processo, a constituição da rede de serviços sócio assistenciais que cabe o provimento da assistência social visando a eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e intersetorial buscando atender o

que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nos seus artigos 2º e 3º.

Junto ao processo de descentralização, a Política Nacional de Assistência Social traz a importância do território mais especificamente onde as pessoas estão espacialmente localizadas, e politicamente representadas, que são os municípios. No caso específico, Recife este é dividido em Regiões Políticas Administrativas - RPA'S, atualmente divididas em 6, e subdivididas em microrregiões. No nosso caso específico, deter-nos-emos nas microrregiões 6.2 e 6.3, pois são, nesses espaços territoriais, que se localizam os usuários atendidos pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Ibura.

É condição *Sine qua non*, neste estudo, caracterizar sucintamente o território comportado pelas microrregiões 6.2 e 6.3, a definição de proteção social, a proteção social básica (onde se encontra inserido o CRAS) e o CRAS/Ibura e como este tem operacionalizado a PNAS/2004 no território.

6. Proteção Social

De acordo com o estabelecido na PNAS/2004, a proteção social refere-se ao conjunto de ações que visam à garantia de direitos e de condições dignas de vida promovidas pela assistência social e as demais políticas públicas do campo social. Di Giovanni (1998, p.10) define proteção social como sendo:

[...] as formas – às vezes mais, às vezes menos – institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social. [...] Incluo, neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades.

Dessa forma, a assistência social apresenta-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação do seu protagonismo.

A proteção social deve garantir as seguintes seguranças:

- Sobrevivência (de rendimento e de autonomia);
- Acolhida;
- Convívio ou vivência familiar

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Sob essa perspectiva objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou especial para famílias, indivíduos, e grupos que deles necessitarem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais em área urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

7. Proteção social básica

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos

serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências etc.); e prevenções de potencial risco pessoal ou social, contribuindo para a inclusão social e autonomia das famílias, seus membros e indivíduos, bem como para a redução dos índices de vicissitudes nas vidas dos usuários. Os programas e projetos são executados pelas três instâncias de governo e devem ser articulados dentro do SUAS.

Impende destacar o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, cujo plano (PNAIF-Plano Nacional de Atendimento Integral à Família/2003), em 2004, se transformou em ação continuada de assistência social, passando a integrar a rede financiada pelo governo federal (Decreto n.5.085/2004).

Ainda no concernente ao desenvolvimento da Assistência Social no Brasil, é preciso pontuar o papel do Benefício de Prestação Continuada- BPC, que, por sua vez, constitui-se enquanto uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal/88 para idosos a partir dos 65 anos de idade, observado, para acesso, o critério de renda previsto na Lei. Tal direito à renda se constituiu como efetiva provisão que traduziu o princípio da certeza na assistência social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado. Trata-se de prestação direta de competência do Governo Federal presente em todos os Municípios.

Os serviços de proteção social básica são executados, de forma direta, nos CRAS (porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social) ou nos programas e projetos de retaguarda, desenvolvidos em sua área de abrangência, conforme a identificação da situação de vulnerabilidade social. Nesse mesmo conjunto de ações, incluem-se as pessoas com deficiência, as quais são organizadas em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

Os serviços da proteção social básica têm como objetivo o processamento da inclusão social, tanto no alcance das políticas públicas, quanto no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária de grupos e indivíduos, que se encontre em situação de vulnerabilidade social e potencial risco social e pessoal. Os serviços,

benefícios, programas e projetos de proteção social básica devem articular-se com as demais políticas públicas locais (proteção integral), de modo a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e a promoção das famílias, seus membros e indivíduos atendidos, buscando superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indiquem risco potencial.

Além dessas ações de promover a proteção integral por meio da articulação em rede, a proteção social básica, mais especificamente por meio do CRAS, em alguns casos, atua na referência e contra referência com os serviços de proteção social especial³⁴, respeitando as especificidades dos casos garantindo o atendimento efetivo das demandas postas.

8. O Centro de Referência da Assistência Social/CRAS

De acordo com a Política Nacional da Assistência Social/PNAS (2004), o Centro de Referência da Assistência Social é definido como a porta de entrada da assistência social dentro do território é um equipamento destinado a atender famílias em situação de vulnerabilidade social executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social da Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF.

São instalados nos municípios de acordo com o seu porte (número de habitantes) e número de famílias referenciadas (em situação de risco e vulnerabilidade social), nas seguintes condições:

³⁴ De acordo com a PNAS/2004, a Proteção Especial é a modalidade de atenção assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. A Proteção Especial é dividida em média e alta complexidade. Na média temos: Serviço de orientação e apoio sócio familiar, plantão social, abordagem de rua, Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, medidas sócio educativas, em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade-PSC e Liberdade Assistida- LA e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS difere-se do Centro de Referência da Assistência Social –CRAS, por se tratar de um atendimento direcionado a situações de violações de direito. Na alta complexidade temos : O atendimento Integral Institucionalizado, Casa Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Acolhedora, Família Substituta, entre outros serviços.

- Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes de 5.000 famílias: 1 CRAS para até 2.000 famílias referenciadas;
- Pequeno Porte II: de 20.001 a 50.000 habitantes de 5.000 a 10.000 famílias: 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
- Porte Médio: de 50.001 a 100.000 habitantes de 10.000 a 25.000 famílias: mínimo de 2 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, cada um;
- Porte Grande: de 100.001 a 900.000 habitantes de 25.000 a 250.000 famílias: 4 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, cada um;
- Metrôpoles: mais de 900.000 habitantes de mais de 250.000 famílias: 8 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, cada um.

O CRAS tem como objetivo ser a referência territorial de assistência social e concretizar os direitos sociais, promovendo e coordenando, em rede, as ações que previnam situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Encaminha também a vigilância social informações da sua área de abrangência que possibilitem a elaboração de indicadores e índices de territorialidades, das situações de vulnerabilidade e riscos que incidem sobre pessoas e famílias, nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, adultos e idosos).

Mas o seu principal objetivo é direcionado a matricialidade familiar³⁵, ou seja, potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, promovendo seus membros e possibilitando ações intersetoriais que visem à sustentabilidade.

³⁵ O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social- Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), no Estatuto do Idoso, e na própria Lei Orgânica da Assistência Social entre outras.

De modo a romper com o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e evitar que as famílias, seus membros e indivíduos tenham os seus direitos violados, perpetuando as situações de risco.

- O CRAS, em suma, desenvolve as seguintes ações principais, junto à população em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Apoio social às famílias;
- Fortalecimento dos vínculos intrafamiliares;
- Fortalecimento da convivência comunitária e de desenvolvimento do sentido de pertencimento às redes microterritoriais;
- Informação, orientação e encaminhamento, com os respectivos acompanhamentos;
- Implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção social básica e promoção ao acesso à proteção especial da assistência, como também as demais políticas públicas sociais dos usuários e beneficiários.

8.1 Caracterização dos atendimentos do município de Recife

Antes de descrevermos os atendimentos realizados no CRAS-Ibura é mister apresentarmos brevemente a política da assistência social sob os dados apresentados pelo Plano Brasil Sem Miséria no ano de 2014. Dessa forma, é relevante esclarecer que essas informações são oriundas do Cadastro único que apresenta de forma individualizada, atualizada a cada dois anos a respeito dos brasileiros com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de julho de 2014 do Cadastro único e com a folha de pagamento de agosto de 2014 do Programa Bolsa Família, Recife tem:

- 227.964 famílias registradas no Cadastro único;
- 121.109 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família representando cerca de 21,55% da população do município).

Entre junho de 2011 a junho de 2014 Recife inscreveu no Cadastro único e incluiu no Programa Bolsa família 2.477 famílias que estavam em situação de extrema pobreza.

Diante dessas informações do Cadastro único o Plano Brasil Sem Miséria³⁶ considera que Recife tem apresentado uma cobertura cadastral superior as estimativas oficiais, de forma que a gestão municipal com a eficiência que tem trabalhado abre oportunidades para que famílias cadastradas em situação de extrema pobreza possam ser contempladas de maneira célere.

Ainda de acordo com o Brasil (2014), em agosto de 2014 o município tinha 121.109 famílias no Programa Bolsa Família. Esse número representa 103,21% do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 103,21%). Nesse período foram destinados às famílias beneficiárias do Programa o valor de R\$ 16.081.639,00.

Do início do Plano Brasil Sem Miséria, junho de 2011 a agosto de 2014, houve diminuição de 11,98% no total de famílias beneficiárias.

Segundo informações do Brasil (2014) em relação às condicionalidades do Bolsa família em Recife, 85,60% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 92,03%. Esse dado demonstra que o município está abaixo da média nacional, e que a articulação entre as secretarias de assistência social e de educação precisa ser melhorada para que aumente o número de famílias cujos filhos tenham frequência escolar verificada.

Em relação à condicionalidade saúde, o acompanhamento chega a 26,86% das famílias com perfil, aquelas com crianças de até 7 anos que precisam apresentar o cartão de vacinação e/ou com gestantes que necessitam fazer o pré natal. A média nacional é de 73,44%. O município está abaixo da média, por isso é relevante que as secretarias de assistência social e de saúde dialoguem melhor para aumentar o número de famílias com acompanhamento pela rede de saúde.

³⁶ Os dados podem ser conferidos em: www.brasilsemisericia.gov.br/municipios

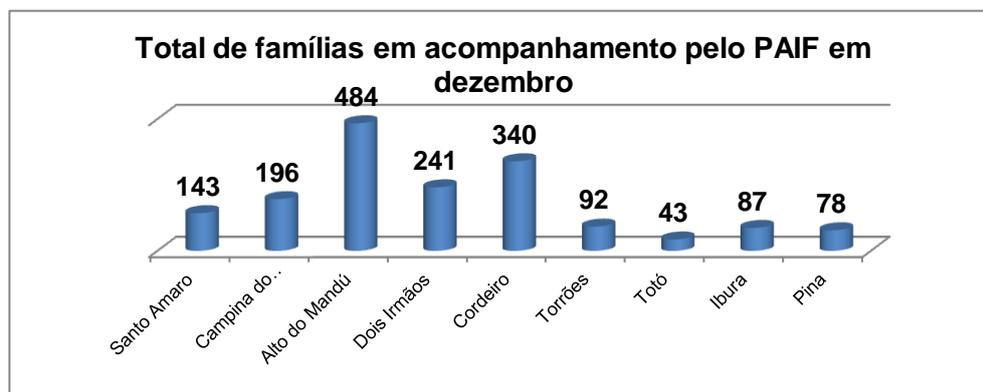
Para ter êxito, o Brasil Sem Miséria necessita do bom funcionamento do SUAS nos territórios e uma ação integrada entre as secretarias municipais de assistência social (no caso de Recife a Secretaria é a de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH), a de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza.

Para o bom funcionamento do SUAS é relevante que os recursos sejam repassados pelo MDS para o fortalecimento da agenda municipal da assistência social, no sentido de viabilização da ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Entretanto, dados do PBSM em junho de 2014 no município de Recife, contradizem a realidade apresentada. Enquanto no Plano Recife tem 18 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) co-financiados pelo MDS em 2014, no município em funcionamento tem apenas 9 CRAS: Santo Amaro, Campina do Barreto, Alto do Mandú, Dois irmãos, Torrões, Totó, Ibura e Boa Viagem. Quando, na realidade, Recife deveria ter 22 CRAS em funcionamento para atender um número maior de famílias acompanhadas pela assistência social de forma eficiente.

O gráfico 10 abaixo ilustra o número de famílias com acompanhamento do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF no mês de dezembro de 2014. O total de 1.704 famílias em acompanhamento é um número que poderia ser bem maior caso o número de CRAS em funcionamento atendesse a realidade do Recife. Dessa forma, muitas áreas ficam descobertas pelos serviços de Proteção Social Básica nos territórios, sendo os usuários atendidos pelos CRAS mais próximos, configurando-se num atendimento/acompanhamento prejudicado pela distância e pelo número insuficiente de profissionais e pela falta de novos equipamentos.

GRÁFICO 10: Total de famílias em acompanhamento do PAIF em dezembro

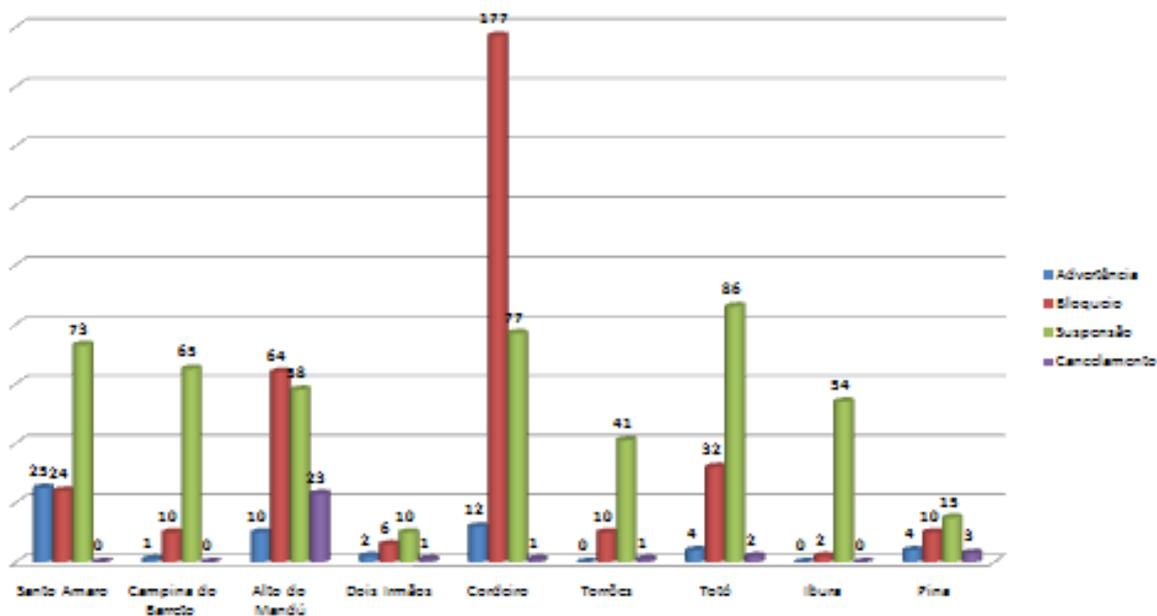


Fonte: Relatório Anual de Atendimento-2014,SDSH

Abaixo o gráfico 11 apresenta o número de famílias em Recife que se encontram em descumprimento de condicionalidades (advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento) e foram acompanhadas pelos CRAS's no primeiro semestre de 2014, perfazendo o total de 659 famílias.

GRÁFICO 11: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em descumprimento de condicionalidades



Fonte: Relatório Anual de Atendimento-2014,SDSH

Em relação à inclusão produtiva Recife de janeiro de 2012 a julho de 2014 foram ofertadas 500 opções de cursos pelo PRONATEC/BSM nas mais diversas

áreas como construção civil, serviços, hotelaria, comércio, bares e restaurantes, cuidador de idoso, operador de computador, eletricitista, auxiliar administrativo, entre outras. Foram oferecidas vagas para pessoas com diversos níveis de escolaridade, desde quem tem letramento inicial até alunos com ensino médio, a depender do curso.

Neste mesmo período, foram efetuadas 9.052 matrículas em cursos ofertados pelo PRONATEC/BSM. Para o restante (à partir de agosto) de 2014, foi pactuada a oferta de 2.269 vagas no PRONATEC Brasil Sem Miséria no Recife.

Em 2013, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO) transferiu para o município R\$476.784,00 para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão produtiva do público alvo da assistência social. As ações envolvem mobilização e encaminhamento ao PRONATEC/BSM e a outras iniciativas de inclusão produtiva e a permanência dos alunos nos cursos, entre outras atividades.

8.2. Uma breve caracterização do bairro do Ibura, Jordão e Cohab

Jordão, Cohab e Ibura, juntamente com os bairros Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep e Pina formam a Região Político Administrativa VI (RPA 6), logo abaixo apresentamos a título de ilustração o Mapa 3 que representa a localização da RPA 6.

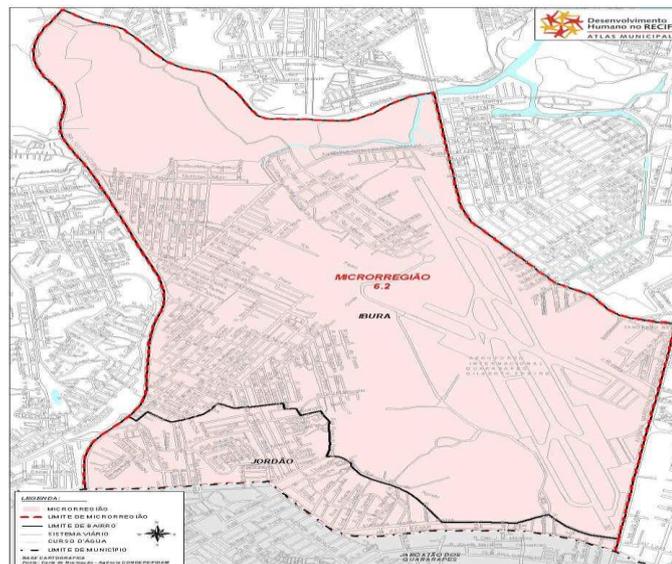
MAPA3: Localização da RPA 6.



Localização da RPA 6. Fonte: <http://www7.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa6/#sthash.Xh4opO2q.dpuf>

A RPA 6 é constituída pelas microrregiões 6.2 e 6.3, sendo a primeira formada por Ibura e Jordão, e a segunda pela COHAB contam juntas com aproximadamente 137.677 habitantes, de acordo com o senso do IBGE de 2010. Sendo 50.617 habitantes no Ibura, 20.777 habitantes no Jordão e 67.283 habitantes na Cohab. Segue, abaixo, o Mapa 4 ilustrando a microrregião 6.2 e o Mapa 5 apresentando a microrregião 6.3.

MAPA 4: Localização da Microrregião 6.2.



Fonte: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/micro%206_3.jpg

MAPA 5: Localização da Microrregião 6.3.



Fonte: http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/micro%206_3.jpg

É relevante o registro do percentual de mulheres responsáveis pelo sustento da família no Ibura cerca de 43,72%, no Jordão,44,32% e na Cohab 45,03%. Esses números são bastante significativos para observarmos o crescimento do número de mães que são responsáveis pela manutenção financeira e material da família. Esse é, sem dúvidas, um dos motivos da atenção especial na priorização da orientação do cadastro único-Cadúnico do Governo Federal ser feito no nome das mulheres para garantir o atendimento da família embasado no que preconiza a PNAS/2004.

Quando se refere à proteção social, mais especificamente à segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, reporta-se à garantia dos benefícios eventuais ou continuados no atendimento aos usuários em situações de forte fragilidade familiar e pessoal, em especial as mulheres chefes de famílias e seus filhos. Essa situação é aplicada no Cadúnico, mesmo quando a mulher é casada, pois se entende que histórica e culturalmente as mulheres são mais cuidadosas e protetoras e os homens, costumeiramente, abandonam o lar deixando a família desamparada.

8.3. Realidade de Atendimento do CRAS Ibura

Na própria PNAS/2004 uma das premissas colocadas pelos legisladores é a defesa pela maximização da eficiência, eficácia e efetividade. Na discussão sobre eficácia, Tenório (2006) destaca que o desafio da gestão está em compreender, individual e coletivamente que a administração implica na associação de recursos tangíveis e intangíveis para a realização de esforços em prol de objetivos comuns previamente estabelecidos. Em seus estudos, o autor expande o conceito de eficácia concebido por Ramos (1983) em três dimensões, definidas como eficácia, eficiência e efetividade para avaliar a gestão e o processo decisório, enfatizando que a administração tem procurado através dessas variáveis o desenvolvimento e a sobrevivência das organizações.

Ainda segundo Tenório (2006), eficácia é entendida como “[...] fazer o que deve ser feito, isto é, cumprir o objetivo determinado”; eficiência significa “a melhor

forma de fazer algo com os recursos disponíveis” e efetividade “é a capacidade de atender às expectativas da sociedade” (TENÓRIO, 2006, p. 18-20).

Esses conceitos definidos por Tenório (2006) intimamente ligados aos novos conceitos da administração pública na tão propagada reforma do estado 1995³⁷, a preocupação com a implementação de novas tecnologias, a importância dos recursos humanos.

Neste sentido é mister salientar a relevância da instalação de mais equipamentos no intuito de mitigar as desigualdades sociais principalmente em relação ao atendimento qualificado das demandas postas no território onde encontra-se inserido o CRAS/Ibura. Esse órgão é um equipamento da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos instalado desde 2008, na Av. dois rios,521,Ibura de Baixo, este absorve uma grande demanda da área definida como de abrangência microrregião 6.2(Ibura e Jordão), como também da microrregião 6.3(Cohab onde se encontram as UR's) que por muitas vezes supera os atendimentos daquela, além da demanda reprimida (pessoas que voltam sem atendimento) ferindo a própria Constituição Federal de 1988 no seu artigo 203, que garante o atendimento das pessoas que necessitam da política de assistência social.

IMAGEM 1: CRAS/Ibura



Arquivo pessoal do autor (12/04/16)

³⁷O Plano Diretor da Reforma do Estado, publicado em 1995, de autoria de Bresser Pereira pode ser considerado como marco da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro. Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Luís Carlos Bresser Pereira, então ministro do extinto Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) – que hoje tem como herdeiro o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), delineou os principais elementos do dito Novo Estado Brasileiro, buscando a adequação da administração pública nacional a critérios da então moderna administração gerencial.

Além do que está posto na realidade do CRAS/Ibura, a necessidade de novos equipamentos é amplamente reforçada nos requisitos da gestão plena da NOB/SUAS/2004, quando define que ao estruturar os centros de referência da assistência social deve-se avaliar o porte do município em áreas de maior vulnerabilidade social para gerenciar e executar ações de proteção básica no território pelo critério definido dever-se-ia ter 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Atualmente, no território onde está localizado o CRAS/Ibura temos 19.338 famílias referenciadas em termos práticos deveriam ser instalados mais 3 equipamentos para dar conta das demandas deste território, caracterizando, dessa forma, uma sobrecarga.

O CRAS/Ibura conta no seu quadro efetivo com 1 gerente de nível superior, 4 técnicos de nível superior (3 assistentes sociais, 1 psicóloga) e uma educadora social (nível médio). No seu quadro terceirizado, o CRAS/Ibura conta com 1 auxiliar administrativo, 4 digitadoras/cadastradoras do cadastro único/Bolsa família, 1 atendente cadastradora da carteira de livre acesso, 1 profissional de serviço geral, 1 porteiro e 1 motorista.

Esse quantitativo de profissionais é adequado no caso do CRAS ter 5.000 famílias referenciadas no Cadúnico, mas configura-se insuficiente no tocante ao número de equipamentos instalados. Um CRAS para o atendimento de uma demanda que deveria ser distribuída por 4 equipamentos de acordo com a PNAS/2004, necessitando da instalação de mais novos equipamentos e concurso público para a contratação de mais profissionais.

De acordo com os parâmetros estabelecidos do IDCRAS,³⁸ o CRAS/Ibura encontra-se no estágio 4, quando na realidade deveria ter dois dados insuficientes, uma estrutura física e o outro recursos humanos, ficando, dessa forma, no estágio 3.

³⁸O IDCRAS é um indicador sintético que retrata o grau de desenvolvimento dos CRAS, segundo as informações coletadas no Censo SUAS com respeito a quatro dimensões: atividades realizadas,

No anexo 11, quadro 3, é apresentado o IDCRAS médio calculado a partir das informações dos 9 CRAS instalados no Recife.

Diante da situação atual, os atendimentos realizados principalmente pelos profissionais de nível superior têm sido realizados minimamente priorizando-se a área de abrangência (6.2) para acompanhamento, ou mesmo fora da área de abrangência quando definisse o atendimento pelas situações de extrema vulnerabilidade social caracterizadas nos atendimentos dos assistentes sociais no Plantão social onde o número de configurações de acompanhamento da microrregião 6.3 supera os da 6.2.

No plantão social, onde os técnicos atendem usuários por demanda espontânea, busca ativa ou encaminhamentos de parceiros como a saúde, conselho tutelar, governo do estado entre outros órgãos até a metade do mês de agosto de 2015, entre outros problemas relacionados à suspensão do Programa Bolsa Família, benefício eventual (cesta básica e aluguel social) que geram acompanhamento, sem contarmos com os desligamentos contabilizamos, atualmente, com o seguinte percentual de atendimento: na microrregião 6.2 o percentual de famílias atendidas chega a aproximadamente 47,31% enquanto a 6.3 o percentual de famílias atendidas é de aproximadamente 52,69%.

Em 2014 o número de pessoas atendidas no CRAS nos mais variados serviços atingiu a impressionante marca de 20.921, sendo que famílias para acompanhamento chegou a 93 (vide quadro 4, anexo 12) durante todo o ano, número que se iguala ao de famílias acompanhadas, apenas na primeira quinzena de agosto de 2015.

É importante enfatizar que até agosto de 2014 o CRAS/Ibura contava com apenas três técnicos de nível superior e, a partir de setembro, passou a contar com 4 técnicos de nível superior, aumentando o número de atendimentos, sendo que em dezembro de 2014 uma das técnicas entrou em licença maternidade mais o mês de

horário de funcionamento, estrutura física e recursos humanos disponíveis no equipamento público. O IDCRAS classifica os equipamentos em 10 estágios de desenvolvimento, elaborados em função da combinação dos graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente e superior) das quatro dimensões citadas.

férias, retornando apenas em julho de 2015 o que ocasionou no aumento da demanda por técnico.

No atendimento das demandas das microrregiões 6.2 e 6.3 cada técnico social acompanha (atendimento no plantão, visitas domiciliares, visitas às escolas, ligações telefônicas) por mês em torno de 30 famílias (famílias são desligadas dos acompanhamentos, por evasão ou avaliação técnica e novas famílias são inseridas), além dos dias em que atuam no plantão realizando atendimentos eventuais para concessão de auxílio funeral, encaminhamentos para retirada de documentação, agendamento e preenchimento de formulários para solicitação do BPC-doença e idoso, consulta, atualização e inclusão do Cadúnico/Bolsa família, como, também, solicitações do benefício eventual (cesta básica e aluguel social) que geram visitas domiciliares e acompanhamentos continuados.

Nos atendimentos continuados os fatores que geram o maior número de atendimentos são os descumprimentos das condicionalidades, mais comumente referentes à frequência escolar quando a criança e ou adolescente tem o percentual de frequência abaixo dos 85%, dentro da área de abrangência (Ibura e Jordão) caso ocorra com certa frequência, a família é inserida no PAIF e no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família –Sicon para ser acompanhada.

Dependendo da situação de vulnerabilidade social apresentada pela família, o técnico social poderá avaliar pela interrupção da suspensão onde o usuário passa 6 meses recebendo o benefício até regularizar a situação escolar do filho, sendo acompanhado durante esse período comparecendo ao CRAS para apresentar a frequência escolar, como, também, é colocado para participar das oficinas com famílias onde recebem orientações a respeito do CRAS, Bolsa Família, Educação e Saúde.

Em relação aos que estão fora da área de abrangência (COHAB/UR's) as famílias também podem ser inseridas no PAIF para acompanhamento. E podem ou não ser inseridas no Sicon, dependendo da avaliação do técnico social, e caso sejam o profissional também poderá optar por interromper o efeito suspensivo do PBF.

As famílias dentro (Ibura e Jordão) e as fora da área de abrangência podem solicitar ao técnico social um recurso quando as informações apresentadas no Sicon divergirem do apresentado na declaração escolar, no caso a frequência no sistema apresentar menos de 85% quando na declaração aparece com 85% ou acima, isso ocorre geralmente quando a escola passa a informação errada para o PBF.

Os atendimentos que geram acompanhamentos continuados no cenário atual onde um equipamento tem de atender as demandas de quatro, naturalmente perde-se a qualidade do atendimento pela sobrecarga, e a falta de pernas para dar conta de tudo, não pela ausência de compromisso dos profissionais que se desdobram, mas, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Pela ausência de novos equipamentos(CRAS);
- Pela necessidade de ampliação da equipe técnica do CRAS para dar conta das demandas também do Cadúnico tendo em vista que as orientações técnicas do PAIF(2012) não recomendam a formação de uma equipe técnica específica para o Cadúnico.

Por exemplo, digitadores e cadastradores a função desses dois é desempenhada pelo agente social, que deveria atuar dentro das comunidades que, atuando dessa forma, distribuiria as demandas e poderia qualificar mais os trabalhos dos profissionais no acompanhamento de cada família atendida na Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

No momento as famílias são apenas minimamente atendidas, quando na realidade necessitariam que os técnicos de nível superior estivessem mais próximos no intuito de auxiliá-las na redução da situação de vulnerabilidade social que se encontram.

O agente social, de acordo com as orientações técnicas e fazendo parte da equipe do CADÚNICO, tem a função de desenvolver atividades pedagógicas dentro das comunidades, orientando as pessoas a respeito dos programas, benefícios sociais e serviços ofertados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS,

como, também, realizar visitas domiciliares atendendo o que preconiza o MDS, cuja orientação é que 20% dos cadastros devem ser realizados no domicílio.

No entanto, essa entre outras ações como as atividades pedagógicas dentro das comunidades não vem ocorrendo, pois o número de profissionais é insuficiente diante da amplitude do território atendido pelo CRAS (microrregiões 6.2 e 6.3) e pelo fato das agentes sociais assumirem o papel de cadastradoras e digitadoras. Limitando sua atuação dentro das comunidades as visitas domiciliares para cadastramento(Cadúnico) na situação de impossibilidade por doença do usuário e auditoria solicitada pelo MDS para verificação de famílias fora do perfil do PBF.

Essas incongruências afetam diretamente um dos objetivos para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria, cuja intenção, de acordo com o MDS, seria atender famílias que não são alcançadas pelo PBF. O fato do Cadúnico não possuir uma equipe técnica de profissionais como digitadores, cadastradores, e o número adequado de profissionais compromete um melhor atendimento dos usuários não garantindo a integralidade das ações que são referenciadas no CRAS.

Esses fatos expostos fragilizam as ações pedagógicas com as comunidades inseridas no território, contribuindo para o caráter assistencialista de um “órgão de proteção” que deveria ser o Conselho Tutelar que, especificamente, no Ibura, utiliza-se de encaminhamentos distorcidos no sentido de passar uma imagem de garantia de direitos como se o seu encaminhamento fosse o suficiente para a concessão do Bolsa Família. Utiliza-se, assim, desses mecanismos, com o intuito de formar currais eleitorais na eleição dos conselheiros tutelares como também dos seus padrinhos políticos.

Ao passo que quando o CRAS e os demais serviços estão devidamente formatados, garantem a possibilidade de suscitar e ampliar o empoderamento dos usuários, através das orientações realizadas pelos técnicos sociais e pelas ações pedagógicas que os agentes sociais poderiam desenvolver dentro das comunidades, cujo objetivo são possíveis encaminhamentos para oficinas com grupos, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos que, até o período de finalização dessa

dissertação, não estavam funcionando nos Centros de Referência da Assistência Social do município de Recife.

O bom funcionamento desses mecanismos contribui para não (re)vitimizar o usuário com alguns encaminhamentos distorcidos de órgãos como o conselho tutelar no Ibura, cujo viés tem características de auferir ganhos políticos. É mister salientar que para ser atendido no CRAS e agendar uma inclusão ou atualização no CADÚNICO não necessita de encaminhamento externo, basta se dirigir a unidade que funciona das 8h00 às 17h00 que será devidamente direcionado ao serviço do seu interesse.

As orientações técnicas para o funcionamento do CRAS(2009) apresentam que não existe inviabilidade para o funcionamento do Cadúnico nas unidades, entretanto, recomenda-se que se tenham profissionais suficientes para melhor atender os usuários que dependem dos serviços da Proteção social básica no território.

E a falta dessas equipes, como no caso do Cadúnico, acaba sobrecarregando os atendimentos, pois um CRAS dentro de um território deveria atender 5.000 famílias por ano, o CRAS Ibura teve referenciadas mais 20.000 famílias em 2014, pelo fato de atender as demandas das microrregiões 6.2 (Ibura e Jordão) e 6.3 (Cohab onde encontram-se as UR's).

Caso tivéssemos mais CRAS e cada serviço com suas equipes formadas, juntamente com agentes sociais que atuassem nas comunidades priorizando ações e oficinas coletivas com as famílias, ao invés do atendimento individualizado, alcançaríamos os usuários que o Bolsa Família não consegue alcançar de acordo com a Proposta do Plano Brasil Sem Miséria..

As dificuldades apresentadas pelo CRAS IBURA, vale salientar, não difere dos demais localizados na Região Metropolitana do Recife, repercute também na ausência de um acompanhamento das famílias com crianças deficientes nas escolas no caso o BPC ESCOLA como também ainda não foi implementado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

No cenário atual, com a insuficiência de profissionais e o número excessivo de pessoas acessando o CRAS, há vários casos de pessoas que andam longos percursos como moradores da COHAB (UR's) que não tem o dinheiro da passagem pela inexistência de um CRAS próximo do seu domicílio, ferindo o que preconiza a PNAS/2014 e as Orientações Técnicas de Funcionamento dos CRAS/2009.

Vale salientar que Recife deveria ter 22 Centros de Referências da Assistência social de acordo com os parâmetros do MDS, entretanto, até meados de 2016, contamos apenas com 9 equipamentos disponíveis enfatizando, dessa forma, que não é exclusividade apenas do CRAS/Ibura as dificuldades em relação ao número pequeno de equipamentos além das fragilidades internas por conta da ausência de equipes e profissionais o que atrapalha de forma relevante o atendimento integral das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em relação ao PRONATEC e sua orientação dentro do CRAS, algumas situações fragilizam o atendimento, pois a sobrecarga de funções de alguns profissionais além da insuficiência de equipamentos (CRAS), não há dentro da SDHDS uma equipe ACESSUAS TRABALHO cuja função seria organizar, monitorar e mobilizar as ações nas comunidades facilitando o acesso ao Programa. Atualmente o PRONATEC Municipal está sendo operacionalizado por apenas uma pessoa, dificultando as ações.

Outra grande dificuldade se encontra na forma como o CRAS foi organizado diante das dificuldades apresentadas anteriormente. Devido à sobrecarga de demandas colocadas para os técnicos sociais, as inscrições do PRONATEC ficaram sob a responsabilidade da auxiliar administrativo que, juntamente com a gerente, tem a senha do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica/SISTEC, fato que dificulta o encaminhamento dos usuários atendidos pelo técnico de referência no Plantão Social, que precisa constantemente perguntar informações ao responsável pelas inscrições do Programa, fazendo com que, mesmo estando no programa da proteção social básica, esse funcionário apresentasse desfocado dentro das possibilidades de encaminhamentos, visando à superação

da situação de vulnerabilidade social através da qualificação profissional e aumento do capital humano.

Perde-se, também, por parte do usuário dos serviços do CRAS, a profundidade e a riqueza das informações pertinentes ao PRONATEC sobre a sua importância e conexão com os demais programas ofertados na inscrição do CADÚNICO como o Programa Bolsa Família entre outros, fazendo parte de um conjunto de ações ligadas ao Plano Brasil Sem Miséria.

Por fim, neste capítulo, apresentamos preconizados pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS)/2004, os conceitos de Proteção social, Proteção Social Básica, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o funcionamento do CRAS-Ibura, onde estão localizados os beneficiários dos programas Bolsa Família e PRONATEC/BSM.

No próximo capítulo, apresentaremos as decisões metodológicas da pesquisa com os gestores, docentes das unidades qualificadores e os usuários do Cadúnico que fizeram algum curso de qualificação profissional do PRONATEC/BSM, e os resultados alcançados.

CAPÍTULO V

9. Decisões metodológicas

O interesse no tema desta dissertação deve-se ao fato de trabalhar com os usuários do Programa Bolsa Família referenciados no CRAS/Ibura, pois atuo profissionalmente neste local (desde setembro de 2014) pela Diretoria de Proteção Social Básica e, nos dez anos como profissional da Assistência Social, tendo, também, passagem pela Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade), a minha inquietação, como profissional, aumentou e amadureceu mediante alguns questionamentos em relação ao Programa Bolsa família e a sua relação com o PRONATEC/BSM.

Suscitando os seguintes questionamentos: até que ponto os beneficiários do programa de transferência de renda poderiam sair da situação de vulnerabilidade social através da qualificação profissional? E até que ponto seria relevante e quais as condições favoráveis para passar a ser uma condicionalidade do primeiro programa?

Além dos motivos expostos tenho uma base de dados consolidada composta por pré-matriculados que moram nas microrregiões 6.2 (Ibura e Jordão) e 6.3 (COHAB) áreas atendidas pelo CRAS/IBURA, sendo assim, retirei uma amostra intencional por conveniência para a aplicação dos questionários estruturados.

A presente pesquisa foi realizada em duas etapas:

- A primeira etapa teve um caráter mais qualitativo, lançando mão de entrevistas em profundidade no intuito de entender o funcionamento dos cursos sob ótica do gestor municipal do PRONATEC como também de algum(ns) coordenador(es) de algumas unidades qualificadoras(s) Para tal, utilizou-se de um questionário, instrumento com perguntas abertas e direcionadas, abordando aspectos específicos de interesse da pesquisa;

- A segunda etapa teve um caráter quantitativo, consistindo de um questionário típico da metodologia Survey do cadastro, cujo objetivo é o de traçar um perfil das características dos beneficiários do Programa Bolsa Família que fazem algum curso do PRONATEC Brasil Sem Miséria, como também entender o funcionamento dos cursos sob ótica dos usuários e aferir os impactos na família a partir das informações passadas pelo aluno avaliando indicadores como educação, educação profissional, mercado de trabalho e melhoria na qualidade de vida.

A metodologia caracteriza-se por ser mista, primeira etapa qualitativa e segunda etapa quantitativa, cujo intuito é o de avaliar os impactos que os cursos de qualificação profissional apresentam na vida dos beneficiários do PBF atendidos no CRAS-IBURA, em relação à educação, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

9.1. PRIMEIRA ETAPA: pesquisa qualitativa com os gestores da FBV(gestor) e IFPE (gestor e docente)

Na primeira etapa lançamos mão de entrevistas com perguntas abertas em profundidade com o gestor no PRONATEC/BSM Municipal e com os gestores das unidades IFPE e FBV responsáveis pelo PRONATEC/BSM e um docente da IFPE.

A escolha por entrevistar esses indivíduos deve-se, no primeiro momento, em entendermos como se configura o PRONATEC/BSM no âmbito municipal; e, no segundo momento, pelo fato de avaliarmos as opiniões e condições propostas por unidades qualificadoras públicas e privadas no tocante ao desenvolvimento do PRONATEC/BSM, sendo a representante do primeiro seguimento a IFPE e a do segundo a FBV, tendo essa escolha sido suscitada pelas discussões realizadas pelo governo federal que estimula a parceria público/privado e os críticos contrários a esse tipo de parceria considerando que fragiliza o aporte de recursos públicos para as instituições de ensino público. Essas instituições são referências na qualificação

profissional, cenário trabalhado no capítulo PRONATEC Proposto e o Ofertado. Encontra-se em anexo o questionário utilizado das entrevistas.

9.1.1. Entrevista com o gestor municipal PRONATEC/BSM

Entrevista realizada com a gestora do PRONATEC/BSM³⁹ no dia 14 de abril de 2014. A coordenadora é graduada em Serviço Social e tem mestrado na mesma área. Foi bastante solícita em atender ao pedido para ser entrevistada.

A gestora fez as seguintes considerações:

- A escolaridade dos usuários é muito baixa para entrar no mercado de trabalho que exige no mínimo o ensino médio, fazem o curso, mas não são inseridos no mercado de trabalho;
- Há um grande número de evasões ou de pessoas que fazem a pré matrícula, mas não efetuam a matrícula na unidade qualificadora;
- A fragilidade do sistema não permite a visualização do número de matriculados apenas os que fizeram a pré matrícula, o que o Sistema S vê o PRONATEC/BSM não vê;
- O nível de interesse é baixo por conta da questão cultural de permanência no Bolsa Família;
- O sistema SISTEC será alterado em 2015, e não existe o programa de monitoramento que no caso seria a equipe ACESSUAS/TRABALHO.

Nesse relato feito pela gestora municipal do PRONATEC/BSM da época, percebe-se nitidamente a fragilidade de controle e acompanhamento do programa, pois, além da inexistência de uma equipe específica para fazer o PRONATEC funcionar com eficiência, cuja coordenação é de responsabilidade municipal, a relação com as unidades qualificadoras como IFPE, Sistema S (SENAC, SENAI, SEST/SENAT) apresenta-se como mera formalidade.

³⁹ Como fruto desta entrevista, recebi o convite por e-mail no dia 15/10/14 para participar de uma capacitação a respeito do PRONATEC/BSM que foi realizada no dia 20/10/14 às 14h00.

A inexistência de uma equipe específica (ACESSUAS/TRABALHO) e o frágil ou inexistente diálogo com as unidades qualificadoras impossibilita o bom andamento, como a divulgação para a sociedade dos resultados do Programa.

O gestor municipal tem o conhecimento dos pré-matriculados que buscam o Centro de Referência da Assistência Social na busca pelos cursos do PRONATEC/BSM, entretanto não sabe ou, até mesmo, desconhece o número de pré-matriculados que concretizaram a matrícula nas unidades de ensino, e aqueles que iniciaram e terminaram os cursos.

O básico para um controle e monitoramento do caminho pré-matrícula para matrícula, conclusão dos cursos e evasão reflete uma fragilidade extrema. Um corpo sem braços e pernas. Então, em relação ao mercado de trabalho, também inexistem informações da inserção ou não no mercado de trabalho.

9.1.2. Entrevista com a gestora do PRONATEC/BSM da Unidade qualificadora Faculdade Boa Viagem

Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2015 com a coordenadora da FBV (2014-2015) a gestora se apresentou de forma solícita e apontou as seguintes considerações:

- Quando o enfoque é a avaliação do PRONATEC, a coordenadora externou que a avaliação global é de que há muitos benefícios, mas o Programa necessita de muitos ajustes, principalmente em relação ao melhor controle em relação ao processo seletivo. A escolha ou seleção dos alunos dificulta no retorno para a sociedade, muitos alunos por terem baixa escolaridade e/ou idade um pouco avançada alguns utilizam o curso como passatempo;
- O programa em si a proposta é louvável, traz muitos benefícios, em linhas gerais é muito bom;
- Em relação aos cursos ofertados atenderem as demandas do mercado de trabalho, a coordenadora expôs que “os cursos atendem a lógica do mercado de trabalho, a instituição qualificadora oferta os cursos de acordo com os disponíveis na grade da graduação da FBV, por exemplo, se há o curso de

logística, é ofertada a qualificação deste para o PRONATEC/BSM atendendo as especificidades dos cursos FIC”.

Ao ser questionada se acredita que os beneficiários do Programa Bolsa Família ao cursarem os cursos do PRONATEC tem reais condições de serem inseridos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, superarem a situação de vulnerabilidade social vivenciada, respondeu da seguinte forma: “[...] soma, mas não é a tábua de salvação, não se deve colocar todas as fichas, seria uma ilusão, agora, se os jovens tem uma base escolar e chega o PRONATEC, aí sim há um grande avanço”. E completa:

- “Como exemplo disso, tem alunos que não sabem sequer fazer uma regra de três, e entra num curso como logística que necessita do mínimo de matemática, não consegue diferenciar o numeral 500 do 5.000, e, dessa forma, o curso técnico não consegue suprir a deficiência da educação básica.”
- “Os beneficiários interessados que tem ao menos o ensino médio conseguem avançar, agora aquele que tem baixa escolaridade não há perda total o aluno sai bem melhor do que entrou no ensino técnico, agora a base dá ao aluno a vontade de continuar no curso, quem tem baixa escolaridade a evasão é grande.”

Em relação ao questionamento se o tempo de qualificação dos cursos do PRONATEC/BSM é o suficiente para os beneficiários do Programa Bolsa Família adquirirem uma formação profissional adequada, a gestora respondeu da seguinte forma: “entendo que quando o aluno vem para o PRONATEC com a educação formal de qualidade e dependendo do seu esforço, o tempo de qualificação termina sendo suficiente.”

Como aspecto negativo, a coordenadora considerou que não existe a contrapartida por parte do aluno, apesar dos investimentos do Governo Federal e do comprometimento da unidade qualificadora. Elencando esses aspectos da seguinte forma:

- Alguns alunos faltando pouco tempo para pegar o diploma acabam desistindo, muitos a evasão acontece sem justificativa;
- Alguns alunos tem baixa escolaridade, e sequer sabem utilizar um e-mail, dificultando a aprendizagem e a inserção no mercado de trabalho, sendo também um motivo para a evasão.

Em contrapartida, ao considerar os aspectos positivos, considerou que o PRONATEC/BSM tem uma proposta inclusora.

Nas suas considerações finais, a coordenadora disse o seguinte: “Em abril de 2014 teve o início do PRONATEC na FBV, nesse ano, muitos alunos que eram interessados conseguiram estágio e estavam participando de entrevistas para emprego, ou seja, estavam no processo de entrada no mercado de trabalho, aí eclodiu a crise econômica, houve a retração do mercado.”

- “Quando começamos a avaliar o Programa a crise econômica chegou no Brasil, caso não fosse isso, estaríamos vivenciando um grande avanço.”

9. 1. 3. Entrevista realizada com a gestora do PRONATEC/BSM da unidade qualificadora Instituto Federal de Pernambuco-IFPE

Entrevista realizada com a gestora do PRONATEC/BSM na unidade qualificadora IFPE (2012 -2014) no dia 27 de outubro de 2015, a supervisora foi bastante solícita em atender ao pedido para ser entrevistada e fez as seguintes considerações:

Ao avaliar o PRONATEC/BSM externou que “o programa é bom, entretanto necessita melhorar a sua formatação, paga bem aos profissionais. Como sugestão, gostaria que houvesse um catálogo melhor dos cursos que está indicando, o atual é muito sucinta a apresentação”.

- “O material didático é bom, mas necessita de uma estrutura melhor. Em relação às especificidades dos cursos, o material específico terminam sendo comprados pelos professores”.

Quando questionada se os cursos atendem ao mercado de trabalho, respondeu que “os cursos são bons, os alunos vão para laboratórios, mas os recursos não atendem às necessidades dos cursos. Em relação à sua especificidade, agora contribuem muito para a formação educacional e em relação ao estímulo do aluno, em 2013, por exemplo, tiveram alunos que passaram em concursos públicos. Em 2013, os cursos com maior tempo foram Agente Comunitário de Saúde e Agente de Proteção Social Básica”.

Em relação ao questionamento se acredita que os beneficiários do Programa Bolsa Família, ao cursarem os cursos do PRONATEC, tem reais condições de serem inseridos no mercado de trabalho e,consequentemente, superarem a situação de vulnerabilidade social vivenciada, fez a seguinte análise:“contribui para a formação e inserção no mercado de trabalho, mas o poder público precisa gerar mais oportunidades de emprego, pois apenas o PRONATEC e a EDUCAÇÃO não são suficientes, o desemprego não é apenas um problema de falta de qualificação profissional e educação”.

Ao ser questionada se o tempo de qualificação profissional do PRONATEC é o suficiente para os beneficiários do Programa Bolsa Família adquirirem uma formação profissional adequada, expôs que “é o suficiente para qualificar, são cursos de 180 horas, dão as condições mínimas para a formação, depende do esforço do participante, a dedicação uns se dedicam mais que outros”.

Como aspecto positivo do PRONATEC/BSM, os seguintes pontos foram elencados:

- A boa remuneração destinada aos docentes e a administração.

No tocante aos aspectos negativos, por outro lado, as indicações foram respectivamente:

- a) Os cursos necessitam de mais material pedagógico para às disciplinas específicas;

- b) Os materiais específicos são comprovados pelos professores, diante dos poucos recursos destinados para esse item;
 - c) Em relação à bolsa formação atrasa bastante o pagamento;
 - d) Evasão dos alunos que moram em locais distantes (pelo atraso no pagamento da bolsa formação).
- Nos cursos de Pintor de obra e horticultor orgânico, iniciaram com 20 alunos e terminaram cada com 12. Quando a bolsa formação sai, logo motiva a participação do aluno, tem aluno que tem quase zero de evasão, alguns alunos fazem cursos de 3 a 4 meses e só no final recebem o recurso da bolsa formação”.

9. 1. 4. Entrevista com docente da IFPE

Entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2015 com 1 docente do IFPE, que leciona nos cursos do PRONATEC/BSM desde 2011. É um arquiteto por formação e aceitou contribuir com a nossa pesquisa apresentando entusiasmo com o assunto.

Ao avaliar o PRONATEC, o docente respondeu que “o programa é bom, qualifica para o mercado de trabalho, entretanto precisa de ajustes por ser um programa com poucos anos de existência como o Bolsa Família, entre outros programas sociais”.

Os ajustes apresentados pelo entrevistado referem-se a um melhor diálogo entre as unidades qualificadoras e o gestor municipal do programa, e essa dificuldade passa pela inexistência de uma equipe do ACESSUAS TRABALHO inviabilizando: o monitoramento, controle, aperfeiçoamento e inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Quando perguntado se os cursos de qualificação profissional do PRONATEC/BSM atendem às demandas do mercado de trabalho, colocou que “o mercado apresenta a demanda e a instituição oferta os cursos”.

Ao ser questionado se os beneficiários do Programa Bolsa Família, ao cursarem os cursos do PRONATEC, têm reais condições de serem inseridos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, superarem a situação de vulnerabilidade social vivenciada, respondeu que “sim, acredito que 70% atingem o objetivo esperado”.

Quando questionado se o tempo de uma qualificação profissional do PRONATEC é o suficiente para os beneficiários do Programa Bolsa Família adquirirem uma formação profissional adequada, relatou que “sim, há cursos que exigem a escolaridade 4ª série e 8ª série. Os cursos exigem essas escolaridades, agora há cursos que os beneficiários do Bolsa família tem o ensino médio, como mestre de obras de 400 horas de carga horária, que facilita na inserção no mercado de trabalho”.

Ao apresentar os aspectos positivos e negativos do PRONATEC/BSM o docente explicou da seguinte forma:

- “Aspecto positivo qualifica a mão de obra que estava sem qualificação”;
- “Aspectos negativos necessitam de aperfeiçoamento, falta o acompanhamento dos egressos que estão em situação de vulnerabilidade social, no caso os do bolsa família, não sabem o número oficial de quem está no mercado de trabalho, eu sei de alguns porquê tenho o contato com os alunos pelas redes sociais, mas o programa não tem esse acompanhamento, o aluno não passa por uma seleção, as pessoas não procuram os cursos pelo perfil, procura o que tem mais vagas’.

9. 2.Balanço das entrevistas realizadas com o gestor no PRONATEC BSM/ Municipal e os gestores das unidades IFPE e FBV responsáveis pelo PRONATEC/BSM e um docente da IFPE.

As descobertas trazidas em relação à qualificação do PRONATEC/BSM à luz das informações proferidas pelos entrevistados apresentam as seguintes constatações:

- a) Os beneficiários dos Programas Sociais como o Bolsa Família necessitam ter, no mínimo, o ensino médio completo para almejam uma colocação no mercado de trabalho. Desse aspecto apresentado pelos entrevistados, reforça o trabalho nos CRAS da importância da elevação da escolaridade por parte dos filhos dos beneficiários para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza que pode ser favorecido atrelado à qualificação profissional, formação e crescimento do capital humano;
- b) Os entrevistados apresentaram em suas falas o fator inclusivo do programa e a contribuição na elevação da escolaridade;
- c) Externaram a necessidade de ajustes no programa visando o aperfeiçoamento para atender os beneficiários dos programas sociais, e, nesse aspecto, pontuaram a importância de um melhor controle por parte do gestor municipal através da formação da equipe ACESSUAS TRABALHO;
- d) Colocaram a importância de um maior recurso para investir nos materiais específicos dos cursos ofertados;
- e) Enfatizaram que o atraso no pagamento da bolsa formação e a baixa escolaridade de alguns alunos são fatores que favorecem a evasão dos alunos, fazendo com que o seu objetivo principal de atender os beneficiários dos programas sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social não seja parcialmente alcançado.

Em suma, os entrevistados entendem ser de extrema relevância que o aluno inserido no PRONATEC/BSM tenha passado por uma educação formal de qualidade para junto com a qualificação profissional contribuam a formação de um conhecimento acumulado que possibilite a superação da situação de vulnerabilidade social. E enfatizaram a importância do PRONATEC/BSM junto com a Educação na formação e inserção no mercado de trabalho dos beneficiários dos programas sociais como o Bolsa Família, mas que existe, ainda, a grande necessidade do poder público contribuir na geração de mais oportunidades de emprego.

Na fala dos entrevistados apresentaram um reforço a nossa tese de que a educação e a qualificação profissional (promovidas pela inter-relação do Programa Bolsa Família com o PRONATEC/BSM) são elementos relevantes na formação do capital humano, podendo contribuir para a viabilização da saída dos beneficiários dos programas sociais da situação de vulnerabilidade social e dependência e,conseqüentemente, o alcance da autonomia/emancipação.

9.3. SEGUNDA ETAPA:pesquisa quantitativa com os egressos do PRONATEC/Inscritos no CadÚnico

A segunda etapa configura-se de caráter quantitativo consistindo de um questionário típico da metodologia Survey (o questionário encontra-se em anexo na página 207) do cadastro consolidado de pré-matriculados no CRAS/IBURA, cujo objetivo é o de traçar um perfil das características dos beneficiários do Programa Bolsa Família que fazem algum curso do PRONATEC/BSM, bem como aferir os impactos na família a partir das informações passadas pelo aluno avaliando indicadores como educação, educação profissional, mercado de trabalho e melhoria na qualidade de vida.

Utilizamos um questionário com perguntas estruturadas para a obtenção de respostas objetivas, cujo intuito é o de para melhor aferição dos resultados. Ao final, deixamos um espaço para exposição subjetiva por parte dos entrevistados no qual puderam atestar aspectos positivos e/ou negativos do programa.Por fim, utilizamos o programa SPSS onde rodamos as respostas dos questionários na obtenção da celeridade das informações e possíveis cruzamentos entre categorias que identificamos haver relevância para o estudo proposto.

Decidimos, primeiramente, pela caracterização e escolha dos entrevistados de acordo com os percentuais apresentados no cadastro por sexo onde apresenta que entre os inscritos no PRONATEC/BSM o total de mulheres perfazia 82% e os homens 18%.

Desta feita, respeitamos o percentual apresentado nas listas fazendo o recorte por sexo de acordo com a proporcionalidade, sendo assim, pegamos uma amostra

intencional de 100 pessoas, 82 mulheres e 18 homens, e as substituições foram ocorrendo por conta do acesso.

No caso para cada mulher que não foi possível entrevistar, a substituição acontecia pela escolha de outra mulher, da mesma forma quando havia a impossibilidade de contatar um entrevistado do sexo masculino, este era devidamente substituído por outro homem.

As impossibilidades na sua grande maioria eram pelo fato do contato telefônico do cadastrado estar errado por algum motivo, como mudança do número, número apresentado errado na hora da inscrição ou outra situação. Contávamos com essas possibilidades, pois o cadastro é de 2014 e já se passaram quase dois anos da participação dos alunos nos cursos do PRONATEC/BSM.

Também ocorreram situações onde os cadastrados não atenderam aos contatos por telefone, ou marcavam para que o contato fosse feito em outro horário (3 pessoas), mas quando as ligações eram efetuadas as pessoas não atendiam.

Essa amostra não seguiu nenhum princípio de aleatoriedade probabilística, portanto, não permite inferência estatística. Não obstante esse fato, esse breve levantamento oferece insumos exploratórios e descritivos do grupo que escolhemos analisar.

- **Quais as dificuldades?**

As dificuldades apresentadas foram principalmente às inconsistências dos dados que fizeram com que houvesse muitas substituições para cada 7 ligações uma lograva-se êxito, sendo assim, como entrevistamos 100 pessoas, realizamos cerca de 700 ligações por celular.

E como os alunos foram de 2014, as dificuldades para entrevistar *in loco* seriam maiores, não sabíamos, portanto, a realidade atual deles se estavam trabalhando, estudando ou se residiam no mesmo lugar. Dessa forma, sabíamos da impossibilidade de entrevistar nas residências pelo fato do território ser muito grande o que iria requerer mais tempo nas buscas, como, também, que todos

comparecessem ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Ibura para serem entrevistados, então optamos por realizar as entrevistas por telefone.

Do total de 100 pessoas entrevistadas, foram realizadas 90 entrevistas por telefone e 10 pessoas foram entrevistadas pessoalmente no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Ibura.

- **Aspectos positivos**

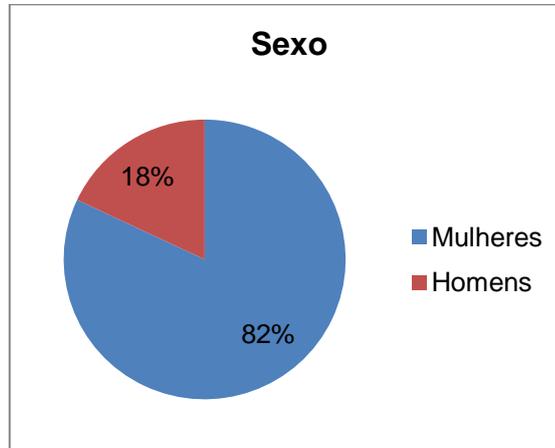
Como aspecto positivo, creio que as pessoas, as quais consegui falar por telefone, foram bastante acessíveis. Delas, apenas 3 pessoas (do total dos descartados) atenderam a ligação e marcaram a entrevista para outro momento, mas não atenderam a ligação posteriormente. Os entrevistados se mostraram educados e responderam prontamente à entrevista após explicarmos qual o objetivo, pesquisa acadêmica para dissertação de mestrado, no qual guardaríamos sigilo da informação e dados do entrevistado.

Cerca de 10 entrevistados, além de responderem as entrevistas, indicaram e deram o contato de mais 2 colegas cada, perfazendo o total de 20 entrevistados que não precisaram ser contatados por meio do cadastro que temos. Então, uma parte das entrevistas aconteceram através de uma bola de neve gerada por parte dos entrevistados.

9. 4. Caracterização dos entrevistados

Do total dos 100 entrevistados que fizeram os cursos do PRONATEC/BSM, majoritariamente as mulheres aparecem com 82%, enquanto os homens surgem com 18% (ver gráfico 12 abaixo), coadunando com o percentual da lista de inscritos do PRONATEC/BSM-2014, informações consolidadas no banco de dados do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS/Ibura.

GRÁFICO 12: Percentual de usuários por sexo

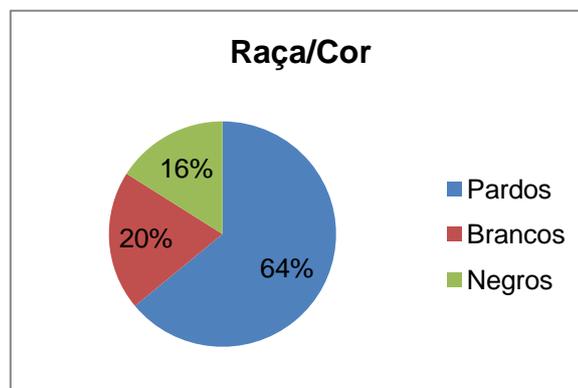


Fonte PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Os dados representam uma lógica de atendimento do Programa Bolsa família quando este prioriza maior atenção e titularidade do benefício às mulheres, respeitando uma configuração que tem se tornado cada vez mais evidente nas famílias com baixo poder aquisitivo onde o número de mulheres chefes de família tem crescido exponencialmente. Uma das causas é o abandono das famílias por parte dos homens.

Em relação à raça/cor, de acordo com o gráfico 13 abaixo, apresenta que 100 dos entrevistados responderam que 64% são pardos, 20% são brancos e 16% são negros, ou seja, a grande maioria são pardos, inclusive superando o somatório de brancos e negros.

GRÁFICO 13: Raça/Cor dos entrevistados (em %)

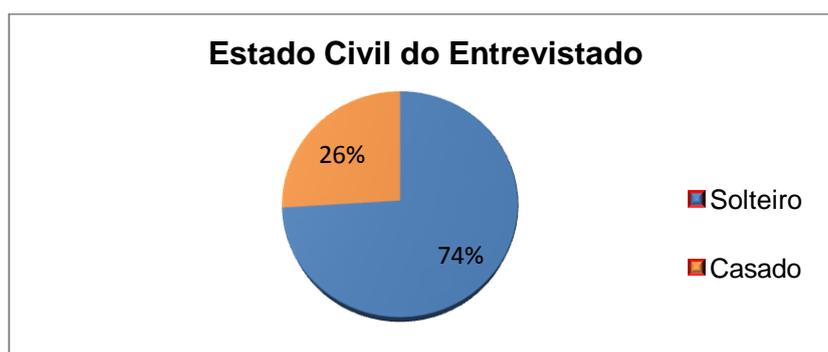


Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Nesse caso é intrigante o número de negros⁴⁰ ser inferior às outras duas raças, pois, segundo Arruda (2014), das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa família, 73% são de negros e pardos e 68% são chefiadas por mulheres negras. Por essa lógica, espera-se uma procura maior dos negros por cursos do PRONATEC/BSM. Apresentam-se dessa forma os negros com baixa escolaridade o que contribui para a inferior procura pelos cursos em comparação aos pardos e brancos.

No que diz respeito ao estado civil dos entrevistados, os números surgem de forma bastante reveladora, pois os que são solteiros correspondem à esmagadora maioria 74% contra 26% dos casados, revelando aspectos relevantes, como os solteiros têm mais tempo livre para buscarem a qualificação profissional como é possível visualizar no gráfico 14 abaixo.

GRÁFICO 14: Estado Civil dos Entrevistados (em %)

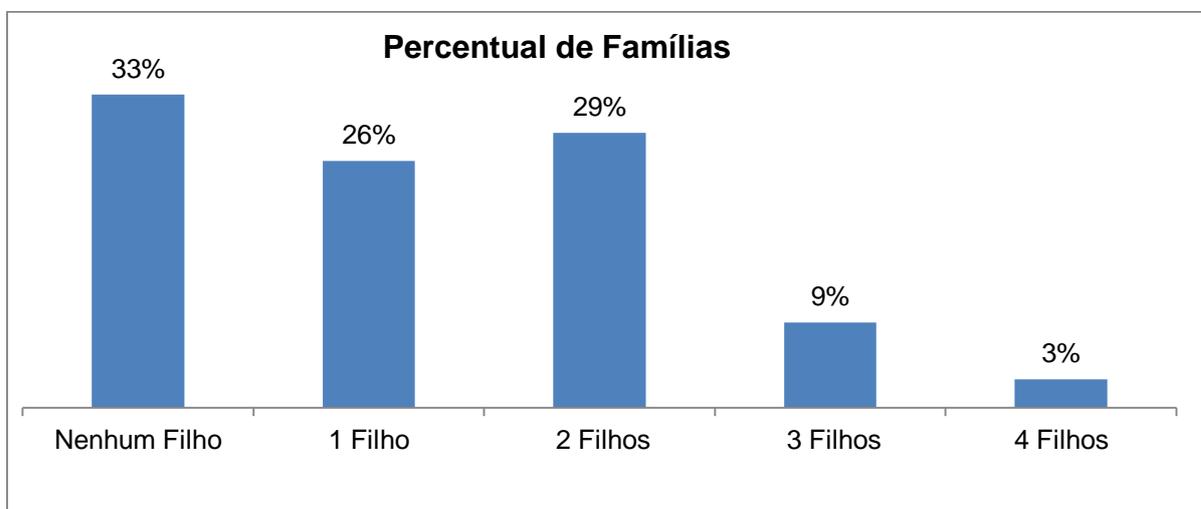


Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Quando se trata do número de filhos, há uma melhor distribuição dos dados. Na pesquisa foi possível verificar que a maioria não tem filhos 33%. Já 26% tem apenas um filho, seguido de 29% tem dois filhos, 9% tem 3 filhos e 3% tem 4 filhos. Percebe-se, assim, que o percentual de inscritos diminui consideravelmente no número de pessoas que tem entre 3 e 4 filhos, ver gráfico 15 abaixo. Denotando que, quanto mais filhos a responsável pelo sustento de casa tem, maiores dificuldades para estudar e se qualificar profissionalmente.

⁴⁰ Dados disponíveis em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/populacao-negra-e-maior-beneficiaria-dos-programas-sociais/>. Acessado em: 22 de julho de 2016.

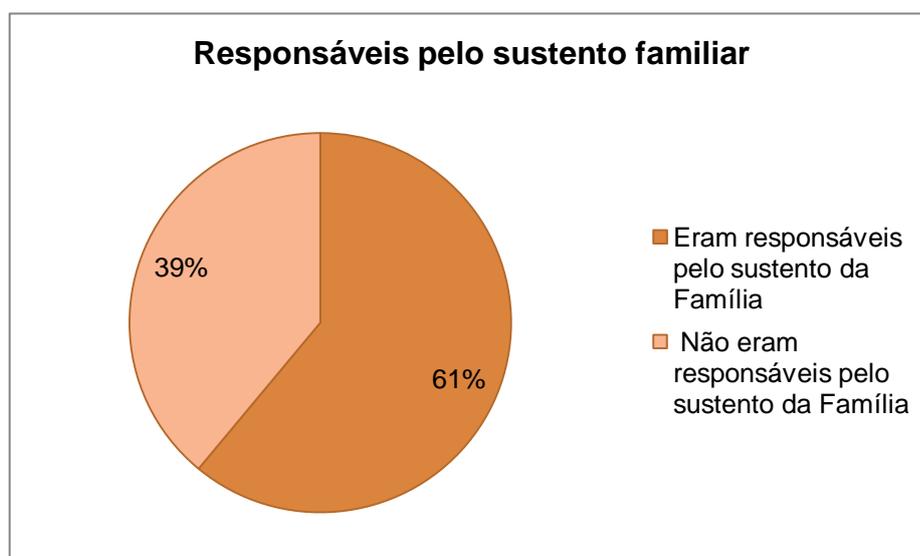
GRÁFICO 15: Percentual de Famílias x número de filhos



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Ao questionar os entrevistados a respeito dos responsáveis pelo sustento da casa, obtivemos as seguintes afirmações: 61% eram os responsáveis pelo sustento da família, enquanto 39% não eram os principais responsáveis. De acordo com o gráfico 16 abaixo, configurando-se num aspecto bastante relevante na aferição do impacto que o PRONATEC/BSM proporcionou na mudança ou não na vida das famílias.

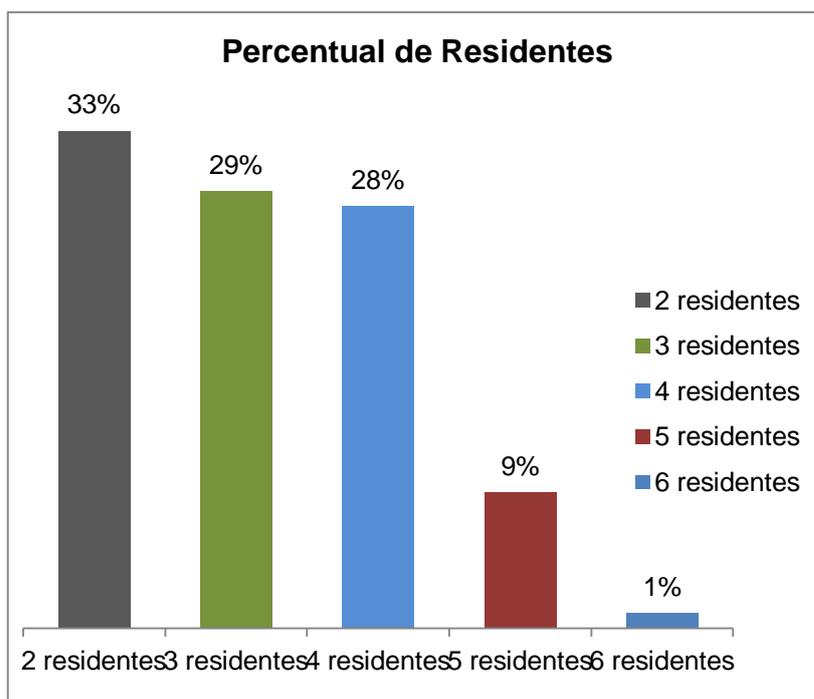
GRÁFICO 16: Responsáveis pelo sustento Familiar (em %)



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

No concernente ao número de pessoas que residem na casa dos entrevistados, os números apresentam-se bem distribuídos. Na maioria 33% tem duas pessoas morando na casa, 29% tem três pessoas morando na casa, 28% moram quatro pessoas na casa, 9% moram cinco pessoas na casa e apenas 1% moram 6 pessoas na casa como pode ser verificado no ver gráfico 17 abaixo.

GRÁFICO 17: Percentual de pessoas por família



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Depreende-se dessas informações que, quanto maior o número de pessoas residindo na casa do entrevistado, menor o percentual de inscritos nos cursos do PRONATEC/BSM. Isso pode representar maiores responsabilidades para os responsáveis pelo sustento da casa influenciando diretamente na não inscrição nos cursos, sendo uma fatia considerável de pessoas beneficiárias do Bolsa Família que tem algum tipo de dificuldade por ter uma família numerosa com muitos filhos (e não encontram creches para deixá-los no caso de crianças na faixa etária dos 0 a 5 anos) e/ou idosos enquanto estudam e/ou trabalham, e, sendo assim, demoram mais tempo nos programas sociais como o bolsa família.

Outro dado revelador é que dos 39% dos que não são responsáveis pelo sustento da família, fica sob encargo de responsabilidade das mães, demonstrando

15%; 12% o marido e o noivo, os pais(pai e mãe) aparecem com 6% reforçando a configuração dos programas sociais como o bolsa família, cuja configuração apresenta a mãe como a chefe da família e apoio as filhas que são mães, como ilustra abaixo o quadro 5.

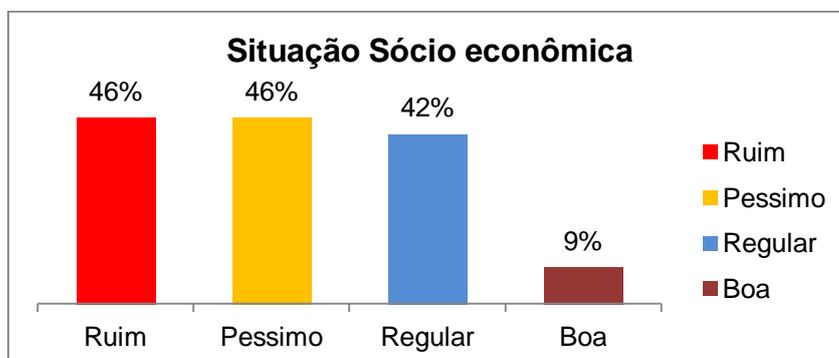
QUADRO 5: Se o indivíduo não for responsável pelo sustento da família

		Caso o indivíduo não seja responsável pelo sustento da família			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Padrasto	1	1,0	2,6	2,6
	Pais	6	6,0	15,4	17,9
	Mãe	15	15,0	38,5	56,4
	Pai	3	3,0	7,7	64,1
	Marido/noivo	12	12,0	30,8	94,9
	Filha	2	2,0	5,1	100,0
Ausente	Total	39	39,0	100,0	
	Não se aplica	61	61,0		
Total		100	100,0		

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Em relação à questão sócio econômica dos inscritos no início dos cursos, a maioria apresentou: ruim 46%,regular 42%, boa 9%, e péssima 3% . Esses percentuais mostram um cenário nada animador, como pode ser visualizado no gráfico 18 abaixo.

GRÁFICO 18: Situação Sócio econômica (em %)

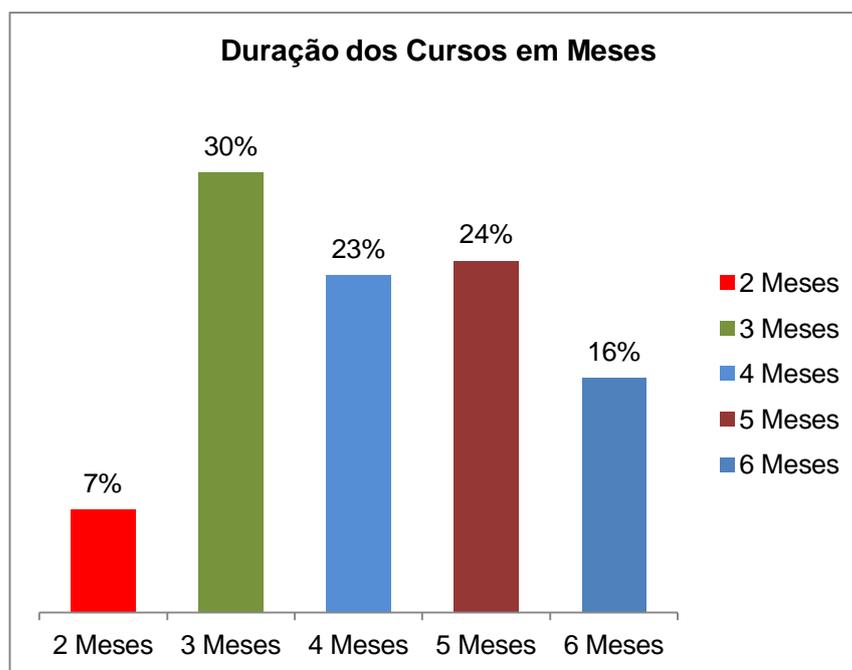


Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

No anexo 13, apresentamos no quadro 6 os cursos que os entrevistados fizeram tendo como destaque o curso de Telemarketing com 15%, departamento pessoal com 13% e informática com 9%.

Dados da pesquisa apresentam que a minoria dos entrevistados 7% fizeram cursos de 2 meses, 30% dos entrevistados participaram de cursos cuja duração foi de 3 meses, enquanto que 63% assistiram aulas no período entre 4 e 6 meses. Esse dado é muito importante, pois quanto maior o tempo de duração dos cursos compreende-se que melhor são as possibilidades de aprendizagem e inserção no mercado de trabalho. Vejamos no gráfico 19 abaixo.

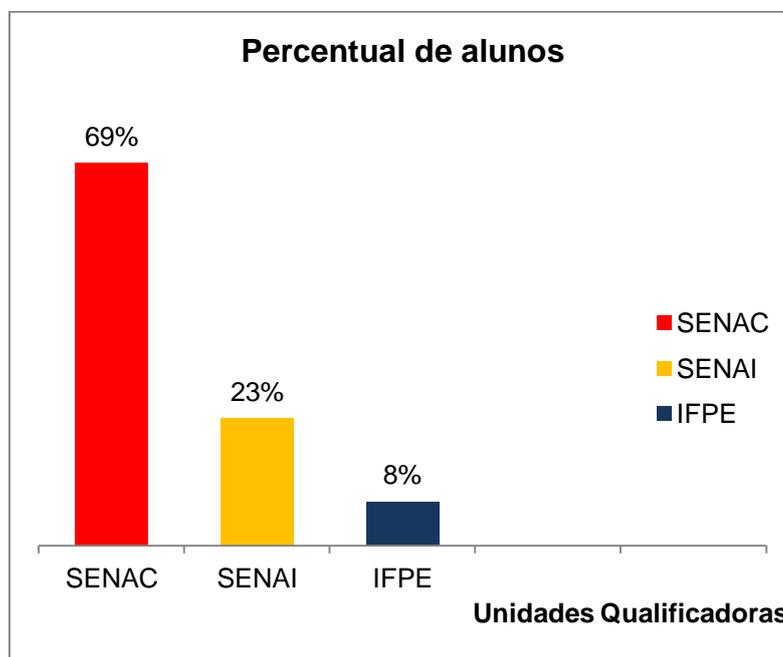
GRÁFICO 19: Duração dos Cursos em Meses (em %)



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Em relação à unidade de ensino onde os entrevistados fizeram o curso, o SENAC aparece com grande destaque, sendo responsável pela formação de 69% dos entrevistados, vindo logo atrás o SENAI com 23% e o IFPE com 8%, como apresentado no gráfico 20.

GRÁFICO 20: Percentual de alunos x unidades qualificadoras



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Os cursos de vendas e gestão de cooperativismo aparecem como o segundo curso, apresentando cada 3% do total de 100 dos entrevistados que responderam ter feito mais de um curso (cada beneficiário pode fazer até 3 cursos). Como apresenta o quadro 7 no anexo 14.

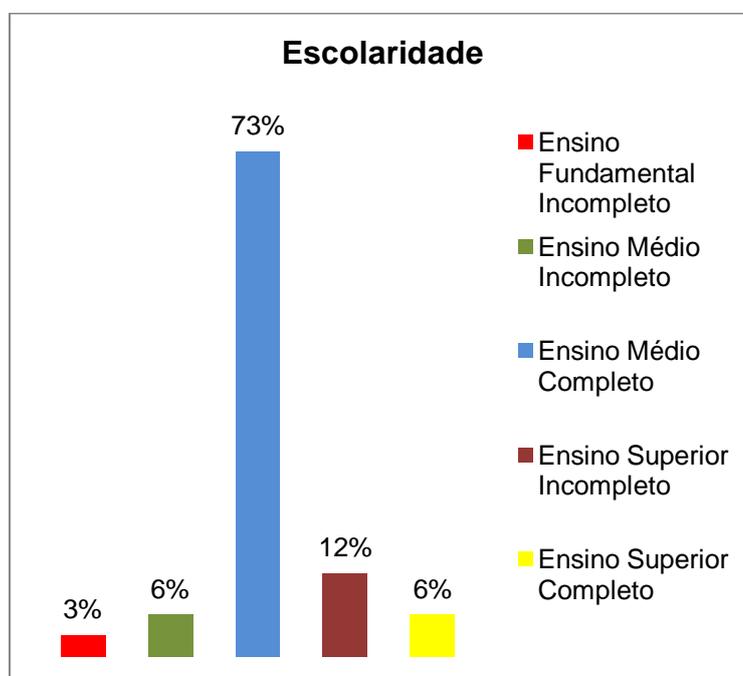
A ocupação atual do entrevistado surge como elemento extremamente relevante da entrevista, pois apesar do cenário de crise econômica que o Brasil atravessa apenas 3%, encontram-se desempregados, enquanto 24% dos entrevistados não estão trabalhando, mas estão estudando e investindo em sua formação. As demais ocupações estão bem distribuídas no quadro 8 no anexo 15, com destaque para telemarketing com 10% e auxiliar de produção com 9%.

No que diz respeito à opção por ingressar num curso do PRONATEC/BSM, a grande maioria 66% respondeu que foi pela boa qualidade do curso e para ser inserido no mercado de trabalho, em separado entrar no mercado de trabalho 20% e 13% por conta da boa qualidade do curso, e apenas 1% respondeu para se manter ocupado.

Percebe-se que, diante dessas informações, os respondentes acreditam na qualificação profissional como vetor relevante para a obtenção de uma colocação no mercado de trabalho, traduzindo em percentuais 99% corroboram essa afirmação, ver quadro 9 no anexo 16.

Além desses dados, podemos observar no gráfico 21 abaixo, que a escolaridade dos inseridos no Cadúnico, 73% tinham o nível médio completo, enquanto 12% ensino superior incompleto, 6% ensino superior completo, 6% ensino médio incompleto e apenas 3% tinham apenas o ensino fundamental incompleto.

GRÁFICO 21: Escolaridade (em %)



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

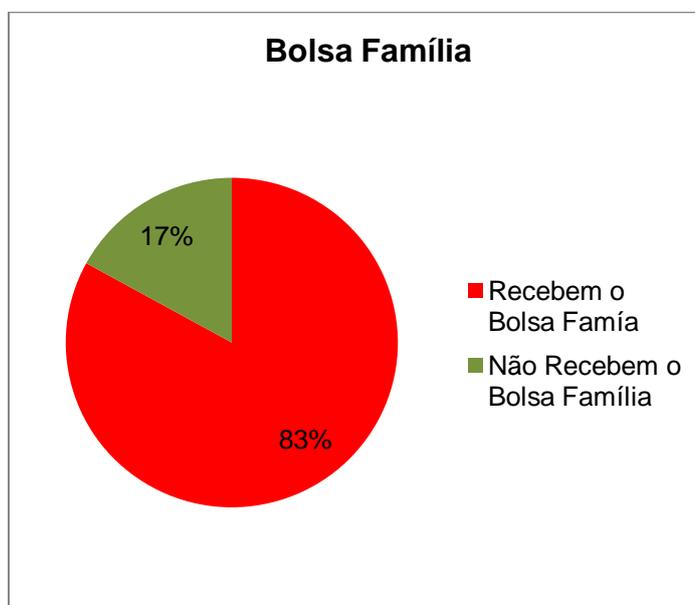
Essas informações nos permite afirmar que os beneficiários dos programas sociais como o Bolsa Família e o PRONATEC/BSM desse grupo de entrevistados tem buscado aumentar/desenvolver o seu capital humano para melhorar de vida.

Um dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria com esses programas é a quebra/interrupção do ciclo intergeracional da pobreza. Esses dados demonstram que esse objetivo tem sido alcançado, como também a desmistificação em relação à

ineficiência desses programas. Esses tem curto tempo de existência, mas tem revelado resultados significativos.

Das pessoas entrevistadas que estavam nas listas do PRONATEC/BSM(dados consolidados do CRAS-Ibura, 83% recebiam o Bolsa Família, apenas 17% não recebiam o benefício estavam apenas inseridas no Cadúnico, não recebiam o benefício por não terem sido contempladas ou estavam em processo de concessão, entretanto, podem antes de serem contempladas não fazer parte do perfil pela superação da situação de vulnerabilidade social estabelecida pelo Programa. Vejamos os dados no gráfico abaixo.

GRÁFICO 22: Percentual dos entrevistados que recebem ou não recebem o PBF.



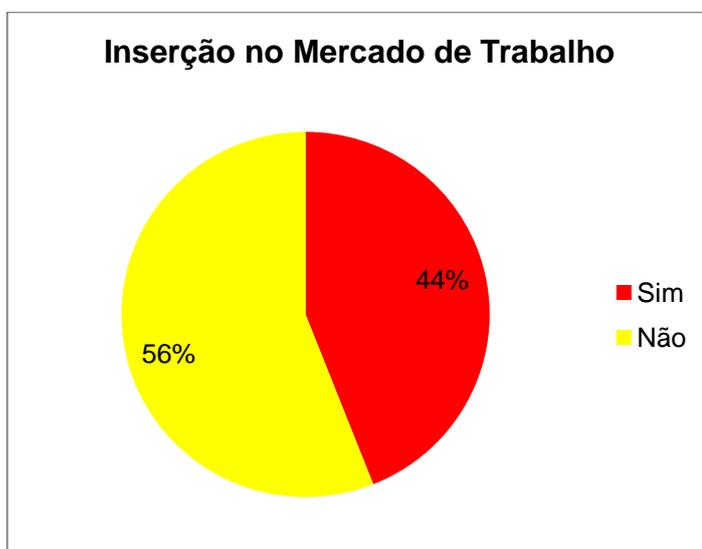
Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Procuramos verificar a importância do PRONATEC/BSM na vida dos entrevistados, colocando três situações de resposta: se foi muito importante, mais ou menos importante, ou não foi importante. O programa, com essas situações de resposta, não recebeu rejeição, ou seja, apresentou 0% de não foi importante, para 91% foi muito importante, enquanto que para 9% foi mais ou menos importante. Como demonstra o quadro 10 no anexo 17.

Quando questionados os entrevistados em relação à inserção no mercado de trabalho em função do PRONATEC/BSM, foram obtidas as seguintes respostas: 44% sim, e 56% não que pode ser visto no gráfico 23.

Levando-se em consideração a recessão e crise econômica brasileira e que segundo o IBGE no primeiro trimestre de 2016 o número de pessoas desempregadas alcançou a impressionante marca de 11.089 milhões de pessoas, o percentual de 44% de pessoas inseridas no mercado de trabalho e que saíram do Bolsa Família é um dado bastante significativo, principalmente para quem fez cursos de curta duração.

GRÁFICO 23: Inseridos no Mercado de Trabalho em função do PRONATEC/BSM



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

E essa consideração não esconde a fragilidade e precarização sócio econômicas das relações trabalhistas desses empregos, mas no cenário de retração nos investimentos e desemprego galopante não deixa de ser relevante esse percentual.

Ainda ressaltando esse aspecto da entrevista, há de se destacar que um dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria é o desenvolvimento do capital humano para a mitigação da pobreza no Brasil utilizando para o alcance desse objetivo os programas sociais como o Bolsa família e o PRONATEC/BSM. Dessa forma, as condicionalidades (contrapartida, cobrança) do Bolsa- saúde e educação e

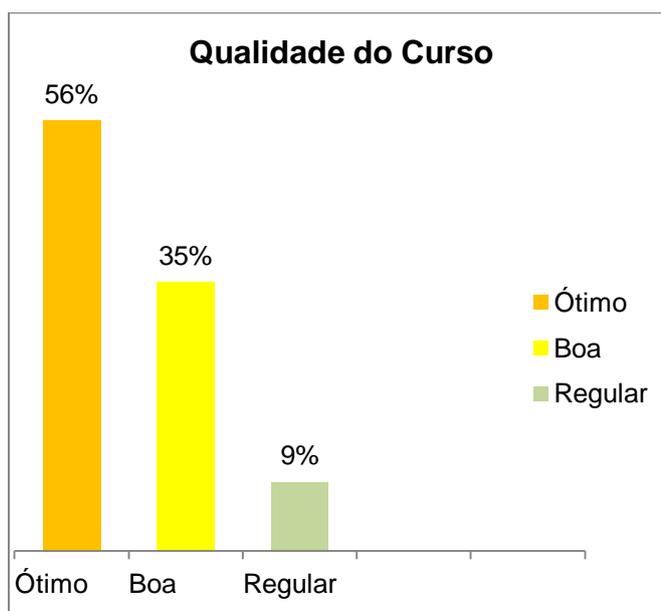
qualificação/inclusão produtiva do PRONATEC/BSM estimulam na sua formação a busca pela elevação da escolaridade e qualificação, diminuindo e quebrando o ciclo intergeracional da pobreza.

Nesse sentido, procuramos ter um olhar para além do mercado de trabalho e saber se o PRONATEC/BSM suscitou o interesse do aluno em procurar se qualificar mais, o que para Piketty (2014) define como capital humano crescente, e obtivemos a unanimidade dos entrevistados 100% afirmaram que sim.

Para provocar no aluno o interesse na elevação da escolaridade e se qualificar cada vez mais é necessário, também, que haja uma boa estrutura física, bons professores, material didático de qualidade e suficiente, metodologia adequada entre outros fatores.

Sendo assim, ao ser questionado a respeito da metodologia de ensino dos cursos ofertados pelo PRONATEC/BSM, 100% dos entrevistados responderam que os cursos são de boa qualidade. Ao se tratar do fator qualidade do curso, estipulamos notas de 1 a 10, no qual 10 sendo ótimo, entre 8 e 9 bom, 5 a 7 regular, 2 a 4 ruim e 1 péssimo, ver gráfico 24 abaixo. Não houve reprovação do programa, pois 56% entendem que a qualidade do curso é ótima, 35% boa, e 9% regular e não houve, portanto, respostas para ruim e péssima.

GRÁFICO 24: Qualidade do Curso (em %)



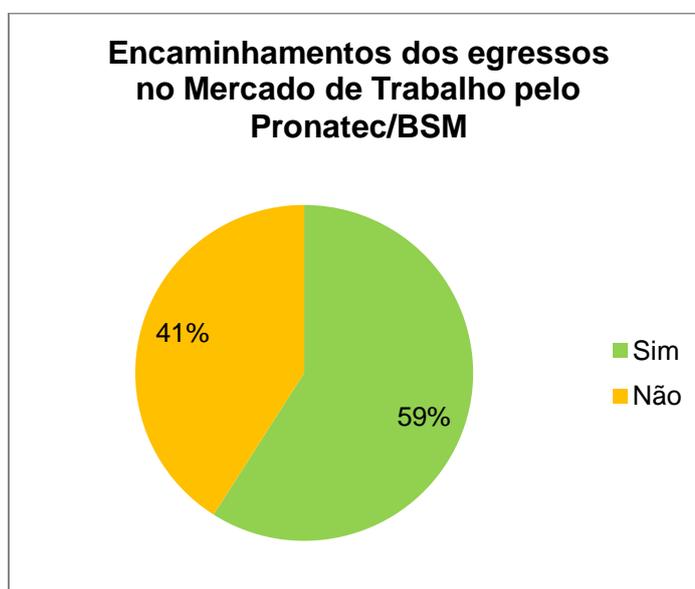
Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

O local do curso foi considerado de fácil acesso para 90% dos entrevistados, enquanto que para 10% de difícil acesso (ver quadro 11 no anexo 17). E o material didático foi considerado por 94% dos entrevistados suficiente e de boa qualidade, enquanto que para 6% não foi (ver quadro 12 no anexo 18).

Ao tratarmos da escolaridade e qualificação profissional no desenvolvimento do capital humano, não temos como fugir da inserção no mercado de trabalho/inclusão produtiva, cujo objetivo é intrínseco no PBF e principalmente no PRONATEC/BSM na busca pela autonomia/emancipação, então até que ponto o PRONATEC/BSM ajuda no encaminhamento dos egressos/concluintes dos cursos no mundo do trabalho?

Como demonstra o gráfico 25, abaixo, 59% responderam que sim, 41% responderam que não, esses dados são extremamente relevantes tanto positivamente quanto na busca de ajustes deste programa.

GRÁFICO 25: Encaminhamentos dos Egressos no Mercado de Trabalho pelo Pronatec/BSM



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Essas respostas denotam que a maioria dos entrevistados recebem orientação e apoio na inserção no mercado de trabalho, entretanto percebe-se que o

fato dos cursos serem ministrados por unidades de ensino diversas como SENAI, SENAC, IFPE, FBV, entre outras, não há uma uniformização através da criação de um setor específico em cada uma delas para o atendimento desta demanda importantíssima para o programa.

Esse setor específico serviria para o preenchimento de uma lacuna identificada no programa visando o acesso ao mercado de trabalho via estágio, entrevistas para emprego, e inserção produtiva, e acompanhamento da situação dos egressos no mercado de trabalho, isso já está na formatação do PRONATEC, mas, na prática, não acontece como deveria e, com isso, perde-se a qualidade e informações importantíssimas a respeito do programa.

As informações são imprecisas em relação ao número de pré-matriculados nos CRAS's que concretizaram a matrícula nas unidades qualificadoras, os que terminaram o curso, os que evadiram os que ingressaram no mercado de trabalho. O percentual por município/estado que acessaram o SEBRAE para tornarem-se micros empreendedores individuais, entre tantos outros dados relevantes para mensuração do programa.

É necessário que esse setor específico seja criado nas unidades qualificadoras para fazer a ponte com a equipe do ACESSUAS/TRABALHO (em Recife essa equipe foi criada no final de maio de 2016 sem perspectiva de novos cursos do PRONATEC, ou seja, uma defasagem de mais de 5 anos) das secretarias municipais para garantir a eficiência do PRONATEC/BSM, fazendo com que a boa ideia que está no papel torne-se efetivamente realidade.

De acordo com as informações do quadro 13, no anexo 18, a situação sócio econômica de 38% dos entrevistados melhorou depois de fazerem os cursos do PRONATEC/BSM, enquanto a maioria 62% respondeu que não houve melhora. O que é mais relevante dessa informação é que 44% dos entrevistados foram inseridos no mercado de trabalho em função do PRONATEC/BSM e saíram do Bolsa Família. Então, tomando como base essa informação 6% dos inseridos no mercado de trabalho na área do curso que fez consideraram que a sua vida não melhorou. Mesmo assim, o percentual de entrevistados que respondeu que a situação sócio

econômica melhorou, ou seja, os 38% é bastante significativo levando-se em consideração o cenário de recessão econômica e o aumento do desemprego.

Em relação aos 62% dos entrevistados que responderam que não houve melhora em relação à situação sócio econômica da família, alguns afirmaram que o “PRONATEC/BSM não tem culpa em relação a essa situação e sim se deve a crise econômica [...]” para a coordenadora do PRONATEC/BSM da Faculdade Boa Viagem/FBV (2015) “Da criação do PRONATEC/BSM (2011) até outubro de 2014, o Brasil ainda vivia um cenário de economia aquecida, com estágios, entrevistas para empregos para muita gente que fez algum curso do PRONATEC/BSM, com o crescimento da crise econômica, houve a retração na economia brasileira. As oportunidades foram arrefecendo exponencialmente e o aumento maciço do número de desempregados [...]”.

Esse cenário corrobora com a pesquisa realizada pelo ministério da fazenda já mencionada nessa pesquisa, na qual a realidade atual da economia brasileira, retração nos investimentos, recrudescimento nas contratações, desemprego em massa, tem real rebatimento na situação de quem faz algum curso do PRONATEC/BSM, colocando-os na mesma situação dos que não buscam se qualificar, ou seja, num cenário nebuloso de desemprego crescente sem perspectivas de contratação.

O que não significa que se qualificar não é importante, pois, as pessoas precisam investir no capital humano, para quando o cenário econômico melhorar as perspectivas de conseguir um emprego é bem maior do que os sem ou com pouca qualificação, ou até mesmo para abrirem os seus próprios negócios.

Quando pergunta se alguém da família está fazendo ou pretende fazer algum curso do PRONATEC/BSM, 88% dos entrevistados responderam sim, enquanto 12% não, destes que afirmaram sim 79% são os próprios entrevistados, 3% são os entrevistados e os filhos, 3% são os filhos, 3% são as irmãs. Os dados reforçam a grande aceitação dos cursos do PRONATEC/BSM (ver quadro 14 e 15 no anexo 19).

No que diz respeito aos aspectos positivos (elencados no quadro 16 no anexo 20) encontramos as seguintes informações: responderam estrutura boa e bons professores 33%; estrutura boa e conteúdo abrangente 13%; boa qualidade dos professores 9%; aprendizado, qualificação e ou inserção no mercado de trabalho 16%;bons professores, boa estrutura, bons materiais didáticos 14%; didática boa e organização 2%.

Nesse cenário dos 100 entrevistados, apenas 16% elencaram aspectos negativos.

No que tange a respeito da questão da inclusão produtiva, vemos o seguinte horizonte: 82% dos entrevistados responderam que houve a orientação para procurarem o SEBRAE, caso houvesse, o interesse em abrirem o seu próprio negócio, enquanto 18% não obtiveram essa orientação. A maioria recebeu a orientação, mas se volta à mesma questão de um setor específico para atendimento de algumas demandas como já discutimos no item se o aluno conseguiu inserção no mercado de trabalho em função do PRONATEC.

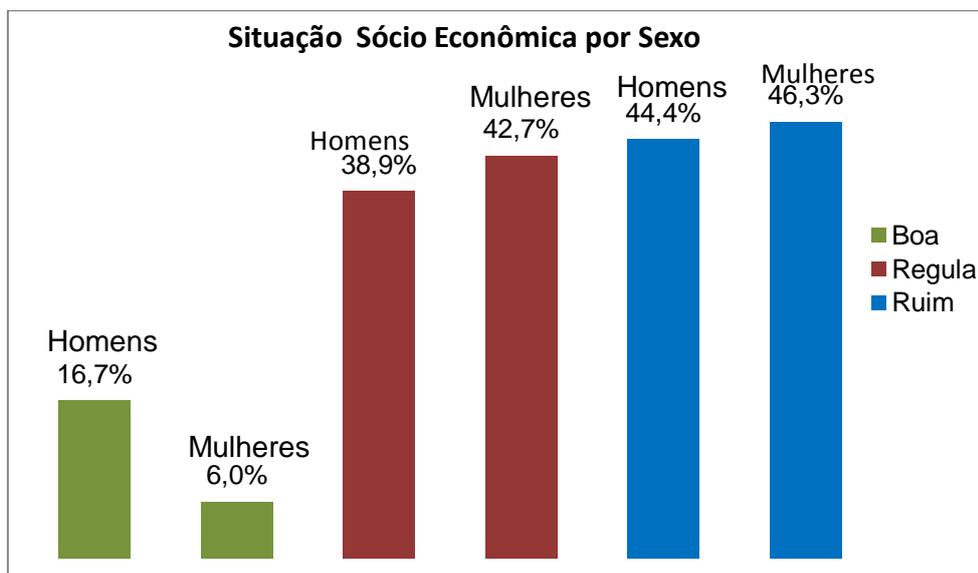
Unidades qualificadoras distintas com padrões diferentes para o atendimento de demandas extremamente relevantes do PRONATEC/BSM, como inserção no mercado de trabalho/inclusão produtiva por meio de estágios, empregos, abertura do próprio negócio sendo micro empreendedor individual – MEI, o que termina dificultando a clareza das informações acerca do programa por parte do governo federal, pois, na prática, pela ausência de um departamento específico que faça o papel de intermediar a inserção no mundo do trabalho/inclusão produtiva, atraso na formação da equipe ACESSUAS TRABALHO por parte das secretarias municipais (no caso do Recife, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos) o diálogo fica bastante limitado, sem controle e as informações repassadas terminam perdendo a confiabilidade.

10. Cruzamento de dados

Para obtenção do detalhamento e riqueza das informações, fizemos o cruzamento de algumas categorias Sexo x Situação sócio econômica, Raça x Situação sócio econômica, Escolaridade x Situação sócio econômica, entre outras.

Obtivemos os seguintes dados como pode ser visto no gráfico 26 abaixo. Nesse gráfico é apresentado a Situação sócio econômica x Sexo, configurando o seguinte cenário: 16,7% dos homens afirmaram que a situação era boa na época do curso, enquanto apenas 6% das mulheres consideraram boa neste período; 38,9% dos homens responderam que era regular, enquanto 42,7% das mulheres consideraram regular, dos que consideraram ruim 44,4% eram homens e 46,3% eram mulheres.

GRÁFICO 26: Situação Sócio Econômica por Sexo

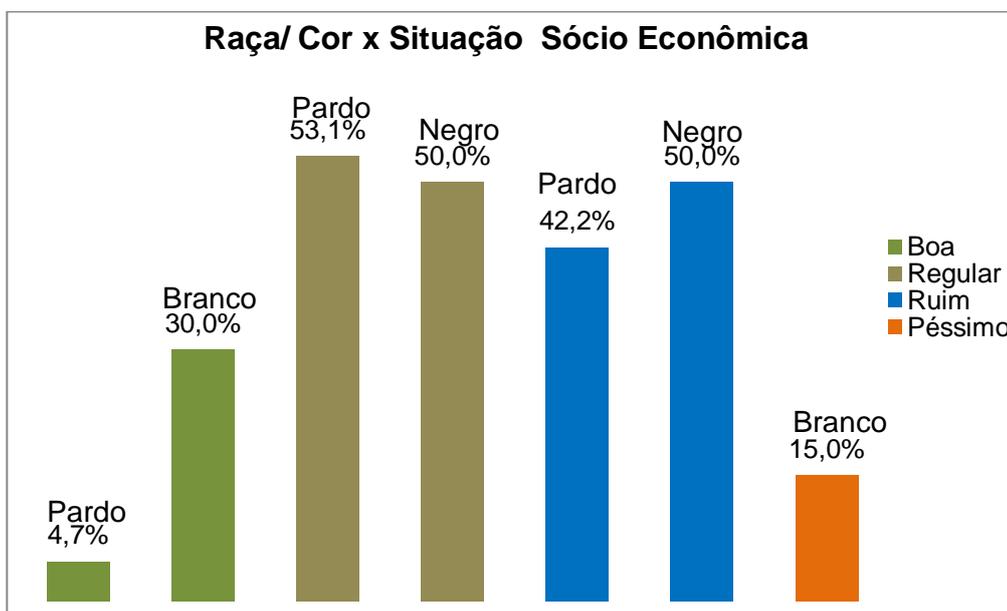


Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Essas informações demonstram que apesar dos avanços da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, ainda estão bem distantes de estarem em pé de igualdade com os homens. As responsabilidades, principalmente das mulheres inseridas nos programas sociais, são bem maiores com a família e em muitas ocasiões não tem um parceiro para dividi-las.

Quando cruzamos Raça/Cor do entrevistado com situação sócio econômica à época da inscrição no curso, obtivemos os seguintes dados: 30% dos brancos responderam que era boa, nenhum negro respondeu que era boa; ou seja, 0%, 4,7% dos pardos responderam que era boa, nenhum branco falou que era regular, ou seja 0%, 100% dos negros ficaram entre regular e ruim, 53,1% dos pardos responderam regular e 42,2% estavam em situação ruim, 15% dos brancos responderam que a situação era péssima. Ver gráfico 27 abaixo.

GRÁFICO 27: Raça/Cor x Situação Sócio Econômica



Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

Os 30% dos brancos que responderam que a situação socioeconômica melhorou foi bastante representativo, diante do 0% dos pretos e 4,7% dos pardos que são a grande maioria dos entrevistados. Esses dados revelam que, até quando se tratam de programas sociais, os brancos continuam em situação mais favorável que os negros e pardos e evidencia, também, que a formação histórica da formação da sociedade brasileira ainda permanece e tem fortes rebatimentos nos dias atuais. Os programas sociais como o Bolsa família e o PRONATEC/BSM tem, como missão, contribuir para diminuição dessas disparidades.

Em relação ao número de Filhos x Situação sócio econômica, o retrato apresentado foi o seguinte: os entrevistados que responderam que não tem filhos

apresentou a situação sócio econômica mais favorável com 18,2% respondendo que a situação era boa, mas, em contrapartida, os que tem 4 filhos não tiveram resposta favorável apresentando 0%; quando o item tinha como resposta boa, ficando essas famílias com 100% entre regular (66,7%) e ruim (33,3%), mesmo para os que não tem filhos, 81,8% estavam entre regular (33,3%) e ruim (48,5%) (ver quadro 17 no anexo 21)

Os entrevistados que não tem filhos apresentaram um cenário mais favorável, pelo fato de terem mais tempo do que os que têm filhos para estudar, elevar a escolaridade, se qualificarem e buscarem uma colocação no mercado de trabalho.

Esses dados sinalizam que, apesar do cenário econômico brasileiro favorável em 2014, já havia sinais de deteriorização e achatamento do valor real dos salários daqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho, sofrendo com os reflexos de uma economia que apresentava desgastes. A volta da inflação e um cenário de desvalorização da moeda apresentaram para os brasileiros, principalmente os inseridos nos programas sociais, um cenário preocupante.

Quanto à escolaridade e a situação sócio econômica da época os que tinham ensino fundamental incompleto não apresentaram uma situação boa, ou seja, 0%, apresentaram 100% regular; os do ensino médio incompleto não apresentaram respostas para bom e regular, ou seja, 0% nos dois itens; ensino médio completo 8,2% responderam que a situação era boa 41,1% regular e 46,1% péssima; os do ensino superior incompleto não obtiveram resposta para boa, ou seja, 0% ficando com 100% entre regular(50%) e ruim (50%); e os de nível superior apresentaram dados condizentes com a nossa tese de que o investimento no capital humano por meio do aumento da escolaridade e qualificação profissional auferem grandes resultados, apresentando 50% para boa e 50% para regular (ver quadro 18 no anexo 22).

Lógico para que esse cenário seja favorável, os resultados virão, em longo prazo, com o aperfeiçoamento e maior investimento nas políticas públicas sociais, a aproximação e o nivelamento não surgem do dia para noite, programas como o Bolsa Família e o PRONATEC/BSM requerem mais tempo e o fortalecimento das

demais políticas públicas como educação, saúde, moradia, geração de trabalho e/ou emprego e renda para alcançarmos a mitigação da pobreza no Brasil e o vislumbre de um crescimento sócio econômico uniforme.

Quanto ao questionamento de quantas pessoas moram na casa do entrevistado e situação sócio econômica, os dados apresentados mostram uma grande disparidade de residências onde moram apenas 2 pessoas apresentando situação favorável; 9,1% responderam que a situação era boa, enquanto para os entrevistados que tem 6 pessoas residindo numa casa não houve resposta para situação boa, ou seja, 0%, apresentando 100% como ruim (ver quadro 19 no anexo 23)

Mesmo os que apresentaram situação mais favorável com apenas duas pessoas residindo numa casa apresentam 81,8% entre regular (42,4%) e ruim (39,4%).

Quanto maior número de pessoas numa residência, maiores são os gastos, responsabilidades e menos tempo disponível para estudar e/ou trabalhar, principalmente no caso de famílias no qual os chefes são mulheres com muitos filhos e sem marido que divide as responsabilidades da casa.

Outro cruzamento bastante interessante diz respeito à ocupação atual do entrevistado com o curso que fez, pois afere às possibilidades que os cursos oferecidos proporcionam ao aluno a condição de inserção no mercado de trabalho/inclusão produtiva, ou seja, onde o beneficiário entra no mundo do trabalho na área do curso que concluiu.

Neste ponto, obtivemos o seguinte resultado, estão trabalhando na área do curso que concluiu apresentados dessa maneira:

- Telemarketing 30%,
- Auxiliar de produção 66,7%;
- Técnica de vendas 75%;
- Instalador de acessórios automotivos 100%;

- Recepcionista 100%;
- Esteticista/depilação 100%.

Nesse mesmo item verificamos outras categorias que fizeram determinado curso, mas não ingressaram na área, e alguns alegaram que os cursos enriqueceram o seu currículo. O ingresso nos cursos não foi uma situação meramente de entrada no mercado de trabalho, mas também como investimento no capital humano agregado.

Os estudantes aparecem como a categoria que participou do maior número de cursos, 5 no total, superando muito a categoria desempregado que em tese poderia buscar mais a qualificação para ingresso no mercado de trabalho/inclusão produtiva.

Os estudantes participaram dos seguintes cursos:

- Departamento pessoal;
- Telemarketing;
- Informática;
- Eletricista industrial;
- Eventos;
- Gestão de pessoas;

Os desempregados participaram apenas de um curso. Já o de departamento pessoal, bem como as donas de casa que também participaram apenas do curso de telemarketing.

A tabulação cruzada do item raça/cor com o questionamento do por que optou por fazer o curso de qualificação profissional os que apresentaram uma resposta revelou de acordo com o quadro 20 no anexo 24, as seguintes informações: 45% brancos optaram pela resposta para entrar no mercado de trabalho, enquanto dos pretos 37,5% responderam pela boa qualidade do curso e 12,5% para entrar no mercado de trabalho, enquanto dos pardos responderam 10,9% pela boa qualidade do curso e 14,1 para entrar no mercado de trabalho.

Esse mesmo questionamento apresentando a resposta pela boa qualidade do curso e para entrar no mercado de trabalho e para se manter ocupado, obteve as seguintes informações de acordo com o quadro 20 no anexo:24, 55% dos brancos responderam pela boa qualidade do curso e para entrar no mercado de trabalho; os pretos 50% e os pardos 73,4%. E na resposta para se manter ocupado, apenas os pardos responderam apresentando 1,6%.

No item no qual o entrevistado responde se conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do PRONATEC o cruzamento com a raça/cor apresentou as seguintes informações: os brancos responderam 70% para sim e 30% para não; os pretos responderam 31,2% para sim e 68,8% para não; os pardos responderam 39,1% para sim e 60,9% para não.

Os brancos apresentaram números bem mais favoráveis que os negros e pardos. O percentual de sim supera o somatório das raças pardos e pretos, o que denota uma disparidade histórica que demonstra requerer um longo tempo para ser mitigada (ver quadro 21 no anexo 25).

Ao serem questionados sobre se a situação sócio econômica melhorou após o PRONATEC, o cruzamento com a raça/cor apresentou a seguinte configuração dos egressos: os brancos responderam 55% sim e 45% não; os pretos responderam 18,8% sim e 81,2% não; enquanto os pardos responderam 37,5% sim e 62,5% não.

Mais uma vez os dados revelam a situação mais favorável para os brancos em relação aos pretos e pardos, havendo quase um empate no somatório dessas duas em comparação à primeira (ver quadro 22 no anexo 26).

No cruzamento raça/cor com o questionamento a sua família já recebeu ou recebe o bolsa família chegamos a seguinte constatação: 100% dos brancos responderam sim; os negros 56,2% sim, 43,8% não; os pardos 84,4% sim e 15,6% não. Nesse item, a busca pela qualificação dos cursos do PRONATEC/BSM tem real influência nesses percentuais, pois o percentual de negros inscritos em algum curso do PRONATEC é inferior às outras duas raças. Os negros representam 16% dos inscritos, enquanto pardos e brancos representam respectivamente 64% e 20% do

número de inscritos. Percebe-se, também, numa perspectiva inversamente proporcional que, mesmo com um percentual de inscritos bem inferior aos pardos, os brancos surgem percentualmente como os maiores beneficiários do Bolsa família inscritos nos cursos do PRONATEC/BSM.

Ao fazermos o cruzamento da escolaridade com a raça verificamos que a maioria dos brancos, negros e pardos tem o ensino médio completo, apresentando respectivamente 100%, 81,2% e 62,5% (ver quadro 23 no anexo 27). Percebemos que, nesse aspecto, não há uma disparidade muito grande entre brancos e pretos, como também o percentual de pardos é regular. Dessa forma, há um interesse e uma diferença menor entre as três raças, mas por ter um percentual maior de pessoas no ensino médio o percentual de inscritos de brancos nos cursos é maior do que o dos negros.

No que diz respeito aos que tem o nível superior completo, apenas os pardos tem essa escolaridade apresentando 9,4%, e apresentaram, na época da inscrição no PRONATEC, situação sócia econômica 50% boa e 50% regular.

No cruzamento sexo do entrevistado e o questionamento por que optou por fazer o curso de qualificação do PRONATEC, chegamos aos seguintes dados: o sexo masculino 16,7% responderam que foi pela boa qualidade do curso e 5% para entrar no mercado de trabalho; do sexo feminino 12,2% respondeu que foi pela boa qualidade do curso e 23,2% para entrar no mercado de trabalho.

Pela boa qualidade e para entrar no mercado de trabalho, os homens apresentaram 77,8% e as mulheres 63,4%, os dois gêneros atestaram a confiabilidade dos cursos do PRONATEC/BSM para melhorar a qualificação e aumentar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Só 1,2% responderam para se manter ocupado (ver quadro 24 no anexo 28).

O cruzamento sexo do entrevistado com o questionamento conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do PRONATEC teve os seguintes resultados: as mulheres apresentaram um percentual bem superior do que os homens, apresentando 50% responderam sim, contra 16,7% dos homens; enquanto

as mulheres que responderam não foi de 50%; por outro lado, os homens apresentaram a impressionante marca de 83,3% que responderam não (ver quadro 25 no anexo 29)

O que pode ter a ver com o percentual de mulheres inscritas no PRONATEC/BSM que apresentam 82%, e os homens apenas 18%, como, também, o percentual de solteiros; a menor quantidade de filhos ou a inexistência deles, o número de pessoas que residem na casa estarem mais presentes nas mulheres.

Ao nos referirmos ao sexo do entrevistado e a pergunta após o PRONATEC sua situação socioeconômica melhorou desse cruzamento obtivemos as seguintes informações: 33,3% dos homens responderam sim, enquanto 66,7% responderam não; 39% das mulheres responderam que sim, enquanto 61% que não (ver quadro 26 no anexo 30), apesar das mulheres terem uma situação socioeconômica um pouco melhor do que os homens ambos não apresentaram um cenário favorável.

Em relação ao cruzamento do sexo do entrevistado com o questionamento se a sua família já recebeu o bolsa família, chegamos a seguinte revelação: 72,2% dos homens recebiam o bolsa família, enquanto 85,4% das mulheres recebiam o bolsa família, de um total de 83% dos entrevistados que recebiam o bolsa família (ver quadro 27 no anexo 31)

Do cruzamento sexo do entrevistado e escolaridade a maioria tem o ensino médio completo, apresentando a seguinte configuração: 66,7% dos homens, enquanto 74,4% das mulheres, ensino superior incompleto 16,7% dos homens, enquanto 11% das mulheres, ensino superior completo 16,7% dos homens, contra 3,7% das mulheres. Em relação ao ensino fundamental incompleto e médio incompleto, apenas as mulheres obtiveram respostas apresentando respectivamente 3,7% e 7,3% de acordo com os quadros 28 nos anexo 32.

11. Achados e elucidações da pesquisa

Ao final das entrevistas realizadas na primeira etapa de forma qualitativa (Gestores) e na segunda etapa (quantitativa) com os egressos de 2014, exporemos os achados/elucidações da pesquisa.

Apesar dos cursos proporcionados pelo PRONATEC/BSM destinados aos beneficiários dos programas sociais serem realizados na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada) de curta duração, a procura por este programa é bastante intensa por pessoas que almejam a qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. E essa demanda deve-se aos seguintes fatores:

- As unidades qualificadoras são conhecidas por sua eficiência, aceitação dos usuários (100% consideram boa a metodologia de ensino, enquanto 56% consideram ótima a qualidade dos cursos; 35% consideram boa e 9% consideram regular) e do mercado de trabalho (inserção de 44% dos alunos no mercado de trabalho);
- A Bolsa Formação contribui para a facilitação do deslocamento para a unidade qualificadora, isso quando não há atraso no repasse.

Identificamos que:

- Pessoas que tem uma grande quantidade de filhos (Gráfico 13) apresentam mais dificuldades de fazer os cursos. As famílias que na sua configuração possuem de 3 a 4 filhos, perfizeram o total de 12% dos entrevistados. Não houve dados com mais de 5 filhos, bem como famílias numerosas que, além dos filhos, residem com idosos, jovens e adultos desempregados, aumentando as responsabilidades da chefe da família (61% dos entrevistados são responsáveis diretos pelo sustento da casa).
- Coadunando com esse cenário, apenas 16% dos negros fizeram o curso do PRONATEC; enquanto que 64% eram pardos e 20% brancos, levando-se em consideração que 73% dos beneficiários são negros e pardos e que 68% das famílias são chefiadas por negros. Esses dados confirmam, portanto, que os negros são grande maioria entre os mais pobres e, conseqüentemente, estão

nas posições mais precárias do mercado de trabalho juntamente com os menores índices de educação formal;

- Pessoas com escolaridade a partir do ensino médio têm maiores possibilidades de fazer e continuar nos cursos e, também, de serem absorvidas pelo mercado de trabalho. Como apresentado na primeira etapa da entrevista com os gestores, na segunda etapa com os egressos e no cruzamento dos dados da situação sócio econômica com a escolaridade, os que têm o ensino médio apresentaram 8,2% para boa, regular 46,1%; enquanto os que têm o ensino superior completo apresentaram 50% para boa e 50% para regular, desses verificamos no cruzamento raça/escolaridade que são os que se apresentaram como pardos. Os que possuem apenas o ensino fundamental incompleto apresentaram situação regular.

A pesquisa contribui de forma significativa para descortinar e trazer à luz do conhecimento acadêmico, informações relevantes e desmistificadoras como:

- Afirmações do senso comum que estão inseridas nos programas sociais apenas pessoas de baixa escolaridade, não coadunam com o apresentado na pesquisa, pois, no gráfico 18 da pesquisa apresenta o seguinte cenário, 73% com ensino médio completo, 12% com ensino superior incompleto, 6% com ensino superior completo, 6% com ensino médio incompleto e 3% com ensino fundamental incompleto;
- Os dados acima citados reforçam a maior procura pelo PRONATEC/BSM daqueles que possuem escolaridade do ensino médio em diante;
- Fica claro que o fato da ausência da equipe do ACESSUAS TRABALHO no CRAS no período em que os alunos concluíram os cursos faz com que o desenho visto no cotidiano do CRAS faça com que o universo de pessoas com escolaridade do ensino médio em diante se perca dando a falsa impressão de que os beneficiários do Bolsa Família não são atendidos nas suas necessidades pelo PRONATEC/BSM.

- Não são atendidas ou não alcança as pessoas de baixa escolaridade, não condiz com a realidade, essas têm oportunidades de fazer o curso do PRONATEC/BSM, entretanto, outros fatores como mulheres que têm famílias numerosas, muitos filhos, idosos na família, filhos com deficiência e /ou mental, e sendo na sua grande maioria chefes dessas famílias não encontram tempo e/ou estímulo para voltarem à escola e fazerem cursos profissionalizantes.
- O PRONATEC/BSM *per si* não pode dar conta da demanda da educação básica para a elevação da escolaridade antes da chegada do aluno ao curso que, agora, está inserido nesse programa nas situações apresentadas nas entrevistas *quali* e *quanti* contribuem para que suscite o estímulo na retomada e/ou avanço nos estudos.

Então, a contribuição que o PRONATEC/BSM dá aos beneficiários do Bolsa Família é extremamente relevante, pois o cenário de dificuldades de inserção no mercado de trabalho faz com que as pessoas despertem mais para a importância da qualificação almejando a saída da situação de vulnerabilidade social.

Agora, é necessário que o conjunto de ações nas três esferas de governo atuem firmemente principalmente com mais aportes financeiros e humanos na Educação (há o estímulo por parte do PBF contribuindo para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza) de qualidade, vendo possibilidades de alcance dentro das comunidades das pessoas que não encontram vagas para colocarem seus filhos nas creches e estimulem as chefes de família a voltarem a escola.

Em relação à formação do capital humano estimulado pela intersectorialidade entre os programas sociais Bolsa Família e PRONATEC/BSM, o capital mostrou-se, nas entrevistas qualitativas e quantitativas, serem extremamente relevantes, pois o alcance de 44% dos entrevistados no mercado de trabalho formal por conta dos cursos do PRONATEC/BSM e que saíram do Bolsa Família, onde 38% consideraram que a situação socioeconômica e conseqüentemente a qualidade de vida da família melhorou são indicadores que esses instrumentos do Plano Brasil Sem Miséria (MDS) atuando de forma integrada configuram-se num modelo de

Política Pública que merece ser aprofundado e aperfeiçoado, necessitando por parte do Governo Federal colocar os demais ministérios no apoio desses programas sociais no intuito de mitigar a pobreza no Brasil mediante a formação do capital humano e geração de emprego e renda na conquista da autonomia/emancipação e cidadania.

CONCLUSÃO

Ao finalizar a presente dissertação, impende destacar algumas considerações formuladas a partir do objetivo principal que norteou o desenvolvimento da pesquisa.

Avaliar programas sociais independentemente do recorte requer um esforço considerável, principalmente nos dias atuais, tratando-se de uma discussão envolvendo políticas públicas sociais que iniciaram em 2003 onde surge como o principal ator o Programa Bolsa família na perspectiva de transferência direta de renda e no seu bojo constituído de elementos desenvolvedores do capital humano através das condicionalidades educação e saúde.

No seu desenvolvimento, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome, o Programa Bolsa Família conferiu a oportunidade de o Governo Federal amadurecer e criar instrumentos apoiadores para esse programa, entendendo que havia a necessidade de garantir e fortalecer direitos sociais que poderiam contribuir para o crescimento do capital humano e o alcance da autonomia/emancipação dos beneficiários dos programas sociais.

Nessa ótica, o governo federal criou em 2011 o Plano Brasil Sem Miséria para atender a parcela das pessoas em situação de vulnerabilidade social que o Bolsa Família ainda não havia alcançado, como, também, o PRONATEC/BSM possibilitando o atendimento dos beneficiários dos programas sociais como o bolsa família ingressarem numa qualificação profissional, melhorando as condições para o ingresso no mercado de trabalho.

O entendimento do MDS em relação a esses programas sociais que visam à elevação da escolaridade, cuidados com a saúde, ingresso na qualificação profissional tem a perspectiva de quebra de um ciclo intergeracional da pobreza,

alguns efeitos vem sendo apresentados nos quase 13 anos dessas propostas de inclusão social, como também alguns ajustes precisam ser feitos para garantir a eficiência desse conjunto de ações que visam a garantia de direitos sociais.

Considerando a abrangência desses programas terminam suscitando debates e críticas, dentre elas que o Bolsa Família gera “acomodação”, “é assistencialista”, entretanto inúmeros estudos apresentam impactos extremamente satisfatórios nas vidas dos beneficiários, como alívio na emergência do atendimento alimentar por ser um programa de transferência direta de renda, benefícios para a economia local, aumentando o nível de consumo.

O Bolsa Família não se trata apenas de um programa de transferência direta de renda, por meio do acompanhamento das condicionalidades feito pelas equipes técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social e inclusão no PAIF, as famílias tem acesso a um acompanhamento sistemático e pedagógico a respeito do programa e encaminhamentos para programas como o PRONATEC/BSM.

Verifica-se no que tange às condicionalidades impostas pelo programa, que estas constituem em um importante mecanismo para viabilizar a efetivação dos direitos sociais. Nesse sentido, a possibilidade das crianças e adolescentes permanecerem na escola e romperem o círculo perverso da pobreza em que estão inseridos tem crescido significativamente.

Voltamos aos questionamentos iniciais dessa dissertação: por estar inserido no contexto do CadÚnico e/ou Bolsa família quais os impactos na vida dessas famílias que tem algum componente que fez algum curso do Pronatec/BSM? Qual a contribuição do PRONATEC/BSM dentro do Plano Brasil Sem Miséria para ajudar o Bolsa Família para mitigar a extrema pobreza no Brasil?

Alguns paradigmas do senso comum passaram a ser vistos descortinados, através das entrevistas realizadas com os gestores (MUNICIPAL, IFPE, FBV) como também com os discentes de 2014 que realizaram a pré-matrícula no CRAS/IBURA, apresentando como produto uma visão acadêmica sobre o cenário dos programas

sociais Bolsa Família e PRONATEC/BSM dentro do Plano Brasil Sem Miséria na realidade do equipamento da Assistência Social localizado no bairro do IBURA.

Dados que permitiram algumas considerações:os modelos neodesenvolvimentista de inclusão social por meio dos programas sociais deram o passo inicial para o vislumbre de um cenário favorável para que camadas da sociedade superassem a extrema pobreza, programas como o PBF e o PRONATEC/BSM contribuem com elementos intrínsecos no desenvolvimento do capital humano, mas pela jovialidade desses programas requerem um tempo mais amplo para a obtenção de resultados mais satisfatórios.

Como também há de considerarmos os cenários político-econômicos da conclusão dos cursos por parte dos alunos em 2014 onde ainda apesar das dificuldades existiam cursos em larga escala, e o momento atual onde nos deparamos com a crise e retração da economia e cenário de desemprego exponencial galopante no Brasil.

Os programas sociais erigidos de 2003 até o momento atual 2016 não foram simplesmente criados para atender a questões meramente mercadológicas, tão pouco para prestar contas a uma classe mais abastada o porquê dos poucos recursos destinados para a assistência social são utilizados para atender famílias que estão fora do mercado de trabalho, mas, sobretudo, para além do atendimento emergencial das necessidades básicas,suscitar o interesse dos responsáveis por essas famílias, o cuidado com as gerações futuras que são os seus filhos visando a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Nesse sentido, utilizam-se das condicionalidades como a saúde (cuidados com a saúde no pré-natal, na vacinação dos filhos, educação, na qualificação profissional) e também para que os pais tenham acesso e busque, também, elevar a escolaridade e a qualificação profissional, o objetivo dos programas sociais é a busca da autonomia/emancipação e não a permanência durante longo período.

Trata-se de um dívida social do Estado com uma parcela considerável da população que encontrasse num nível de vulnerabilidade altíssimo que requer um

longo tempo para ser paga dependendo das prioridades e interesses políticos e econômicos para o investimento nas políticas sociais brasileira.

Constatamos que tanto os egressos quanto os gestores entrevistados trouxeram elementos extremamente relevantes em relação ao PRONATEC/BSM, apesar de algumas deficiências 44% dos entrevistados responderam que obtiveram a inserção no mercado de trabalho formal devido ao programa e que saíram do Bolsa Família, configurando-se como extremamente positivo para cursos de curta duração FIC, entretanto esse dado deve-se, também, ao conjunto escolaridade x qualificação, que, ao longo da pesquisa, demonstrou que pessoas com escolaridade a partir do ensino médio completo tiveram maior abertura para o mercado de trabalho, enquanto os que tinham o ensino superior completo apresentaram uma situação socioeconômica melhor do que os de escolaridade inferior.

A pesquisa revelou com esse aspecto que os beneficiários dos programas sociais como o Bolsa família que representaram 83% dos entrevistados não são apenas pessoas com baixa escolaridade, a configuração das famílias tem apresentado um aumento de pessoas com escolaridade a partir do ensino médio e até mesmo pessoas com o nível superior incompleto e completo.

Essas informações como também a dos gestores identificaram dificuldades das pessoas que tem apenas o ensino fundamental incompleto, no qual as unidades qualificadoras tiveram de trabalhar as matérias de educação formal para que esses alunos conseguissem terminar os cursos.

Quanto ao questionamento acerca da possibilidade de cursos de qualificação do PRONATEC/BSM passarem a ser condicionalidade do Programa Bolsa Família, a pesquisa não identificou o comodismo dos beneficiários do Programa Bolsa Família, há dificuldades dos que tem baixa escolaridade, família extensa com grande número de filhos com a mulher como responsável pela família, entre outros fatores como dificuldades de inserção das crianças em creches, dificultando o acesso aos cursos de qualificação. Dessa forma, caso fosse condicionalidade talvez apresentasse um aspecto restritivo e punitivo para aqueles que já se encontram em situação de

vulnerabilidade social, muitas vezes sem apoio familiar e com dificuldades de acesso as demais políticas públicas.

A pesquisa apresentou a enorme relevância na elevação da escolaridade e a busca pela qualificação profissional, como, também, os gargalos que impedem a maior eficiência desses programas como a inexistência da equipe ACESSUAS/TRABALHO que é um instrumento para mobilizar, controlar e monitorar os cursos de qualificação profissional/inserção produtiva, no município de Recife, como, também, a ausência de um setor específico nas unidades de ensino que oportunize estágios, empregos e que tenha um banco de dados para saber quem está ou não inserido no mercado de trabalho/inclusão produtiva.

Identificamos também a fragilidade ou quase inexistência do diálogo entre o gestor municipal do PRONATEC/BSM com as unidades qualificadoras apresentando-se como mais uma dificuldade no desenvolvimento e precisão das informações a respeito dos indicadores do programa.

Apesar dessas dificuldades o PRONATEC/BSM apresentou 100% de aceitação por parte dos egressos de 2014, o que configurasse que os cursos são muito procurados, pois as pessoas que se preocupam com a escolaridade e qualificação para ingressar no mercado de trabalho veem no programa uma excelente oportunidade e uma luz no final do túnel.

Mas, além da importância dos programas sociais trabalharem de forma interligada, o cenário econômico do Brasil necessita estar aquecido e em expansão para que haja uma perspectiva otimista de inclusão social, apenas a elevação da escolaridade e a qualificação profissional na formação do capital humano não garantem a entrada no mercado de trabalho/inclusão produtiva. O Estado, assim, precisa investir para oportunizar um horizonte de emprego e renda que absorva parte da camada da sociedade que está fora do mercado e garanta maior aporte de recursos para educação e controle eficiente dos gastos visando à perspectiva de construção de um país melhor, com justiça social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimento e estado neoliberal no Brasil. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil>. Acessado em 20 de maio de 2015.

AMORIM, Álvaro André. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. In: BOSCHETTI, I. *et al.* **Capitalismo em crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

AHMED, A. U. & NINNO, C. D. **Food for Education Program in Bangladesh**: An Evaluation of its Impact on Educational Attainment and Food Security FCND Discussion Paper. Washington D.C: International Food Policy Research Institute, 2002.

ANUNCIAÇÃO, Daniela Andrade da. **Especificidade não identificável da política social pública de assistência social**: dilemas conceituais, legais, históricos e políticos. 2011. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de serviço Social) – UCS: Caxias do Sul, 2011.

ARRUDA, Roldão. **População negra é maior beneficiária dos programas sociais**. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/populacao-negra-e-maior-beneficiaria-dos-programas-sociais/>. Acessado em: 22 de junho de 2016.

BEHRING, Elaine. Política social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BENHABID, J.; SPIEGEL, M. M. The role of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data. **Journal of Monetary Economics**, v. 34, n. 2, p. 143-173, 1994.

BEHRMAN, J.R, SENGUPTA, P. & TODD, P.E. El impacto de PROGRESA sobre el rendimiento escolar durante el primer año de operación. **Discussion Paper**. Washington D.C: Food Policy Research Institute, 2000.

BEHRMAN, J.R, SENGUPTA, P. & TODD, P.E. Progressing through PROGRESA: An Impact Assessment of a School Subsidy Experiment in Rural Mexico. **Economic Development & Cultural Change**, 2005, p. 237-275.

BOITO, A. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Crítica marxista. São Paulo: Renavan, 2003.

BOITO Jr., Armando; Berringer, BRASIL, Tatiana. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma, Curitiba, v.21, n.47 **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, n.47, p. 31-83, set.2013.

BORRAZ, F.& GONZALEZ, N. Impacto of the Uruguayan Conditional Cash Transfer Program. **Cuadernos de Economia**, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise: política social e direitos**. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado**. A Nova política de recursos humanos / Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado: Brasília: MARE, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Cidadania e ResPublica**: A Emergência dos Direitos Republicanos. Editora Mimeo, s.n: 1997.

_____. **A Reforma do Estado dos Anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado: Brasília, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público (Separata)**, Ano 47, v.120, n.1, Jan-Abr., 1996.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. Ed. Ijuí: Ed. Da Unijuí, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Victória Echeverria. **Política social e a diversidade dos Estados de bem estar social**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n. 1. p. 21-35, 2008.

CASTELO, Rodrigo. O conto da sereia e o neodesenvolvimentismo no Brasil, em pauta. **Revista Da Faculdade De Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, v.11, n.31, p.119-138, 2013.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem estar. In; MOTA, Ana Elizabete (Org.) **Desenvolvimento e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade, São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena; SANTOS. Boaventura-de-Sousa. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Cortez: São Paulo, 2005. P. 83-105.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONSTITUIÇÃO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

COUTINHO, C. N. **Dualidade de poderes**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DURIGHETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FALEIROS, V. P. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, jul. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Conferência de Abertura na 33ª Reunião Anual da ANPED. **Educação no Brasil: o balanço de uma década**. Caxambu, out. 2010.

FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GLEWWE, P. & KASSOUF, A. L. 2012. The impact of the Bolsa Escola/Família conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. **Journal of Development Economics**, 97, 505-517.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GUIMARÃES, Juliana Bahiense de Sousa. **Análise Estatística Utilizando o SPSS Guia prático de comandos**. Disponível em: <<http://www.prograd.uff.br/estatistica/sites/default/files/Apostila-SPSS.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Graflin, n. 3, n. 3, jan./jul. 2001.

KATZ, C. Classes, Estados e ideologias imperiais. **Revista Eletrônica O Comuneiro**, n. 14, 2012. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr14_8_claudiokatz.html>. Acesso em: 3 jun. 2015.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales Del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, 1999.

LIMA, Carlos. Trabalho e política social no mundo do capital em crise. In: PEREIRA, P.; PEREIRA, Camila Potyara (Org.). **Marxismo e política social**. Brasília: Ícone,

2010. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 8. Ed. Cortez, 2011.

MALUCCIO, J.A. & FLORES, R. Impact evaluation of a conditional cash transfer program : the Nicaraguan Red de Protección Social. **Research Report** 141. Washington, D.C: International Food Policy Research Institute (IFPRI), 2005.

MARTIN, M. A. G.; HERRANS, A. A. Human capital and economic growth in Spanish regions. **IAER**, v. 10, n. 4, p. 257-64, 2004.

MINTO, Ialo Watanabe. Teoria do capital humano: verbete. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; Nascimento, Maria Isabel Moura (Orgs). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Graf. FE, HISTEDBR, 2006.

MARX, K. ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. v. 1.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NOB-RH/SUAS: **Anotada e Comentada**. Brasília, MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

OLIVEIRA, L. L. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

PAIVA, Falcão e BARTHOLO. **Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria**: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania/organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília: Ipea, 2013.

PAULA, A. P. P. de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **O&S** – v. 14 – n. 40 – jan./mar. 2007. P. 169-188.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: BRAVO, PEREIRA, Maria Inês Souza. Potyara Amazoneida P. (Org.). Política social e democracia. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

_____; PEREIRA, Camila Potyara (Org.). Marxismo e política social. Brasília: Ícone, 2010b.

PERUZZO, Juliane Feix; REIS, **Carlos Nelson dos. Sistema de proteção social e modernização produtiva**: notas preliminares sobre seus impactos em Caxias do Sul. 2002. Disponível em:
http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/.../mesa_6_reis_peruzzo>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PIKKETY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bole. intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em perspectiva**, n. 2, p. 3-16, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União no dia 28 de outubro de 2004.

POLÍTICAS PÚBLICAS [recurso eletrônico]: **definições, interlocuções e experiências** / org. Mara de Oliveira, Sandro Trescastro Bergue. – Caxias do Sul, RS:Educs, 2012.

PORTO, Maria Célia da Silva. Cidadania e (des) proteção social: uma inversão do Estado brasileiro? **Revista Serviço Social e Sociedade**, Brasília, n. 68, p. 17-33, 2001.

SCHADY, N. & ARAUJO, M. C. Cash Transfers, Conditions, and School Enrollment in Ecuador. **Economia**, 8, 43-77, 2008.

SILVA, Ademir Alves. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHULTZ, T. P. School subsidies for the poor: evaluating a Mexican strategy for reducing poverty. **FCND Discussion Paper**. Washington, D.C: International Food Policy Research Institute, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva, Lima, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Programas de Transferência de renda na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Teoria e Crítica dos direitos sociais**: o Estado Social e o Estado democrático de direito. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMÕES, Armando Amorim. Contribuição do Programa Bolsa Família para o Desempenho escolar das Crianças pobres no Brasil, p.4-39, **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. n.4, 2012.

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Revista de Estudos Avançados**. 66, n.23, 2009.

SOUZA, F.V. Assistência social e Inclusão Produtiva: algumas indagações; http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf, acessado em : 20/03/16.

SOUZA, J.A, **Construção social da subcidadania**: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. / Jessé de Souza. 2ª edição. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

SOUZA, J.A.**Europeização e Naturalização da Desigualdade**: Em busca da Gramática Social da Desigualdade Brasileira Nº 38 - Novembro 2002 (Série Especial).

SOUZA, M. R. P. de. Análise da variável escolaridade como fator determinante do crescimento econômico. **Revista FAE**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 47-56, set./dez.1999.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão Social e o Programa de Renda Mínima. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, N.66, V.22, P.76-90, jul.2001.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: MDS. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS; UNESCO, 2009.]

STEIN, R. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade *versus* focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I. *et al.* **Capitalismo em crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional. 2. Ed. Revista Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

_____. (Org.). **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. 10. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

THERBORN, G. Do marxismo ao pós-marxismo? São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Política social:** temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TÔRRES, Pedro. **Pronatec:** uma análise crítica sobre o programa. <https://pt.scribd.com/doc/206876579/Analise-Critica-Do-Pronatec>. Acessado em 07 de março de 2016.

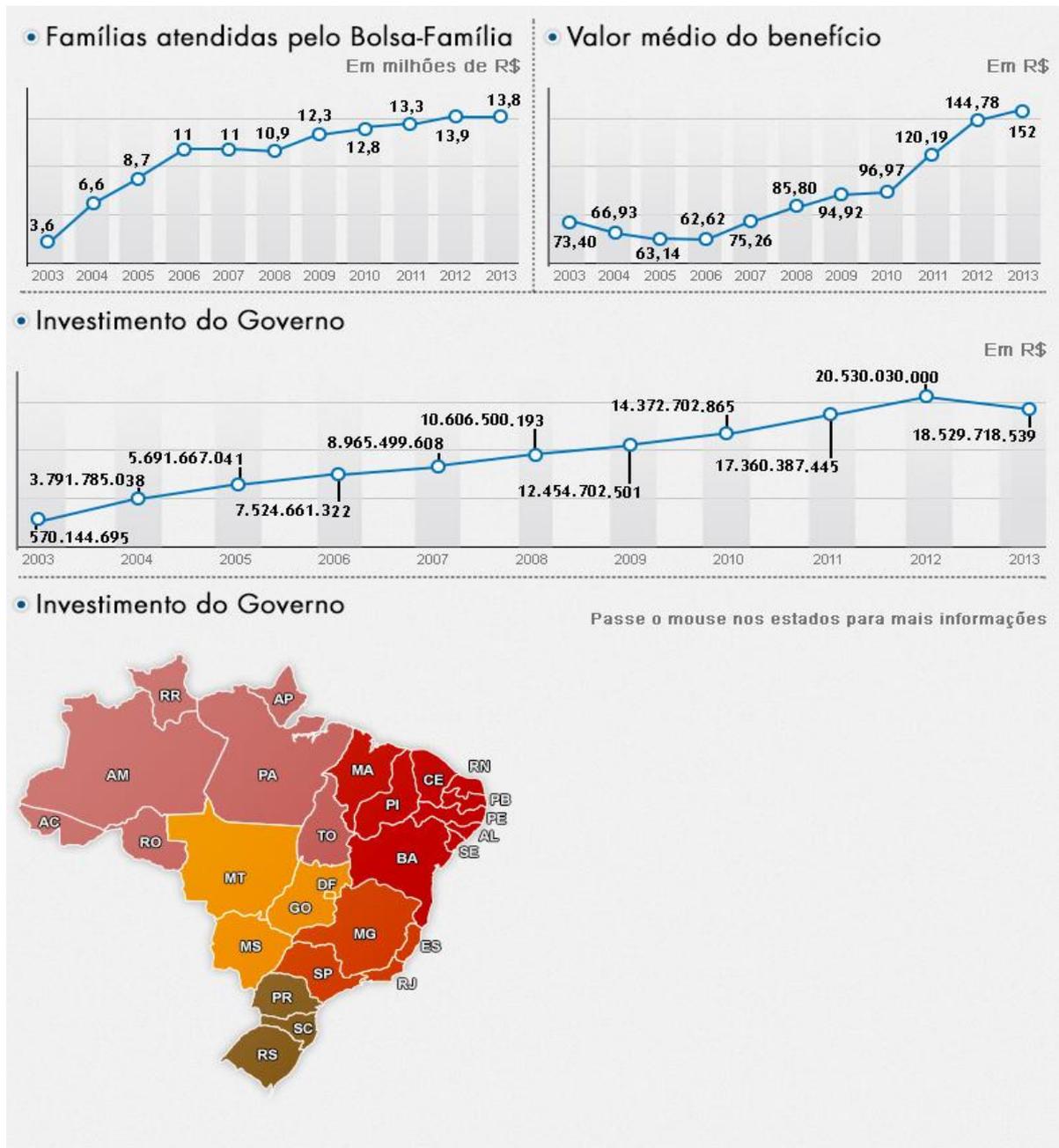
VIANA, G. LIMA, J. Capital humano e crescimento econômico, Interações. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 11, n. 2 (jul./dez. 2010).

YAZBEK, Maria Carmelita. GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no século XXI:** A prevalência dos Programas de Transferência de Renda. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

ANEXOS

ANEXO 1

MAPA DO BOLSA FAMÍLIA: Cerca de 14 milhões de famílias recebem o benefício



Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/2014

ANEXO 2

QUADRO 2

Bolsa Família - Condicionalidade da Educação Acompanhamento Outubro e Novembro/2015

Estados	Crianças e Jovens Acompanhados	Alunos registrados no Sistema Presença*		Alunos que cumpriram frequência**	
		Quant.	%	Quant.	%
Distrito Federal	132.561	111.538	84,1%	108.715	97,5%
Goiás	429.024	369.794	86,2%	357.104	96,6%
Mato Grosso	237.766	207.542	87,3%	200.265	96,5%
Mato Grosso do Sul	183.609	159.335	86,8%	149.867	94,1%
Centro-Oeste	982.960	848.209	86,3%	815.951	96,2%
Acre	137.629	116.646	84,8%	115.066	98,6%
Amapá	101.830	74.824	73,5%	74.157	99,1%
Amazonas	574.624	514.285	89,5%	504.048	98,0%
Pará	1.261.898	1.126.665	89,3%	1.108.305	98,4%
Rondônia	140.598	128.789	91,6%	124.595	96,7%
Roraima	68.215	61.234	89,8%	59.748	97,6%
Tocantins	176.609	162.349	91,9%	158.494	97,6%
Norte	2.461.403	2.184.792	88,8%	2.144.413	98,2%
Paraná	485.226	449.181	92,6%	413.988	92,2%
Rio Grande do Sul	502.218	463.915	92,4%	420.895	90,7%
Santa Catarina	184.876	166.124	89,9%	159.413	96,0%
Sul	1.172.320	1.079.220	92,1%	994.296	92,1%
Alagoas	499.200	435.143	87,2%	427.845	98,3%
Bahia	1.918.494	1.678.657	87,5%	1.637.305	97,5%
Ceará	1.170.261	1.051.535	89,9%	1.018.622	96,9%
Maranhão	1.224.122	1.090.130	89,1%	1.077.289	98,8%
Paraíba	529.599	467.095	88,2%	456.950	97,8%
Pernambuco	1.217.497	1.093.991	89,9%	1.063.602	97,2%
Piauí	483.579	431.070	89,1%	426.619	99,0%
Rio Grande do Norte	388.971	349.840	89,9%	335.946	96,0%
Sergipe	296.767	264.168	89,0%	250.977	95,0%
Nordeste	7.728.490	6.861.629	88,8%	6.695.155	97,6%
Espírito Santo	240.688	220.877	91,8%	204.557	92,6%
Minas Gerais	1.386.172	1.221.779	88,1%	1.165.515	95,4%
Rio de Janeiro	1.014.652	856.601	84,4%	805.891	94,1%
São Paulo	1.739.920	1.593.220	91,6%	1.427.948	89,6%
Sudeste	4.381.432	3.892.477	88,8%	3.603.911	92,6%
Brasil	16.726.605	14.866.327	88,9%	14.253.726	95,9%

* Quantidade de alunos que tiveram informações de frequência cadastradas no Sistema Presença no bimestre. A diferença para o número total de alunos acompanhados decorre de eventuais falhas no sistema no período, da dinâmica da entrada e saída de famílias do Bolsa Família ou ainda de demora na informação de transferência de escola

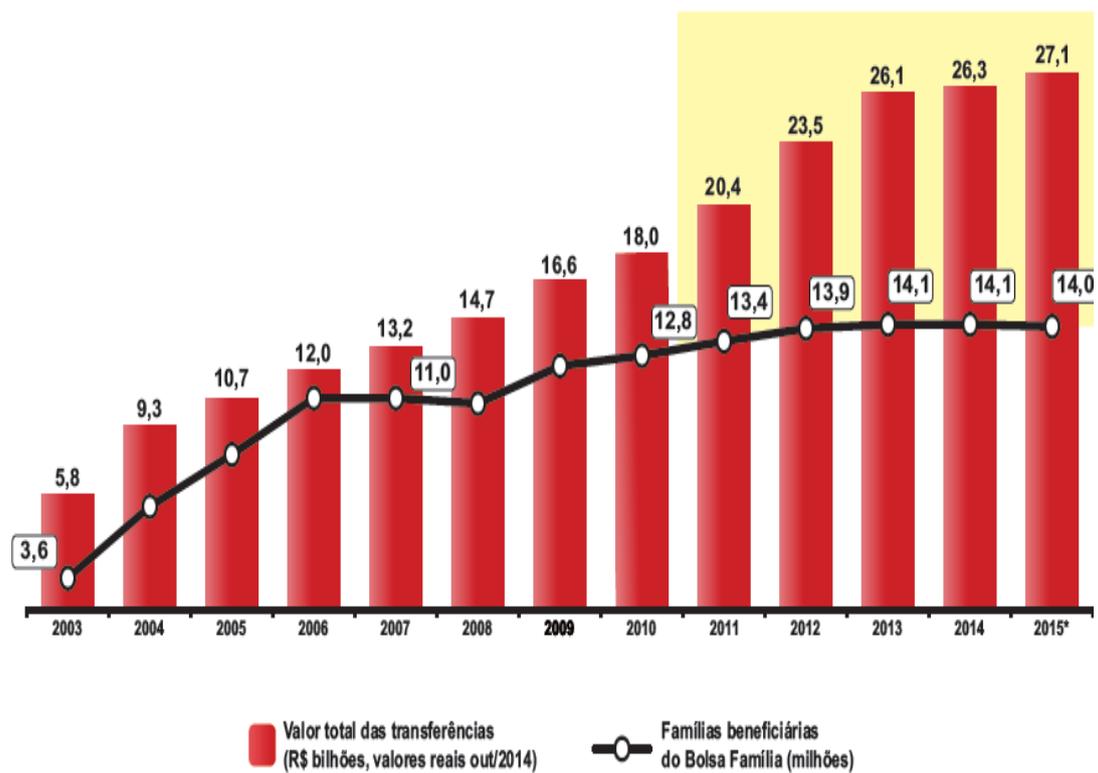
** Quantidade de alunos que cumpriram frequência entre os que tiveram informações cadastradas no Sistema Presença

Fonte: Mds-caderno de gráficos (2011-2014)

ANEXO 3

GRÁFICO 2

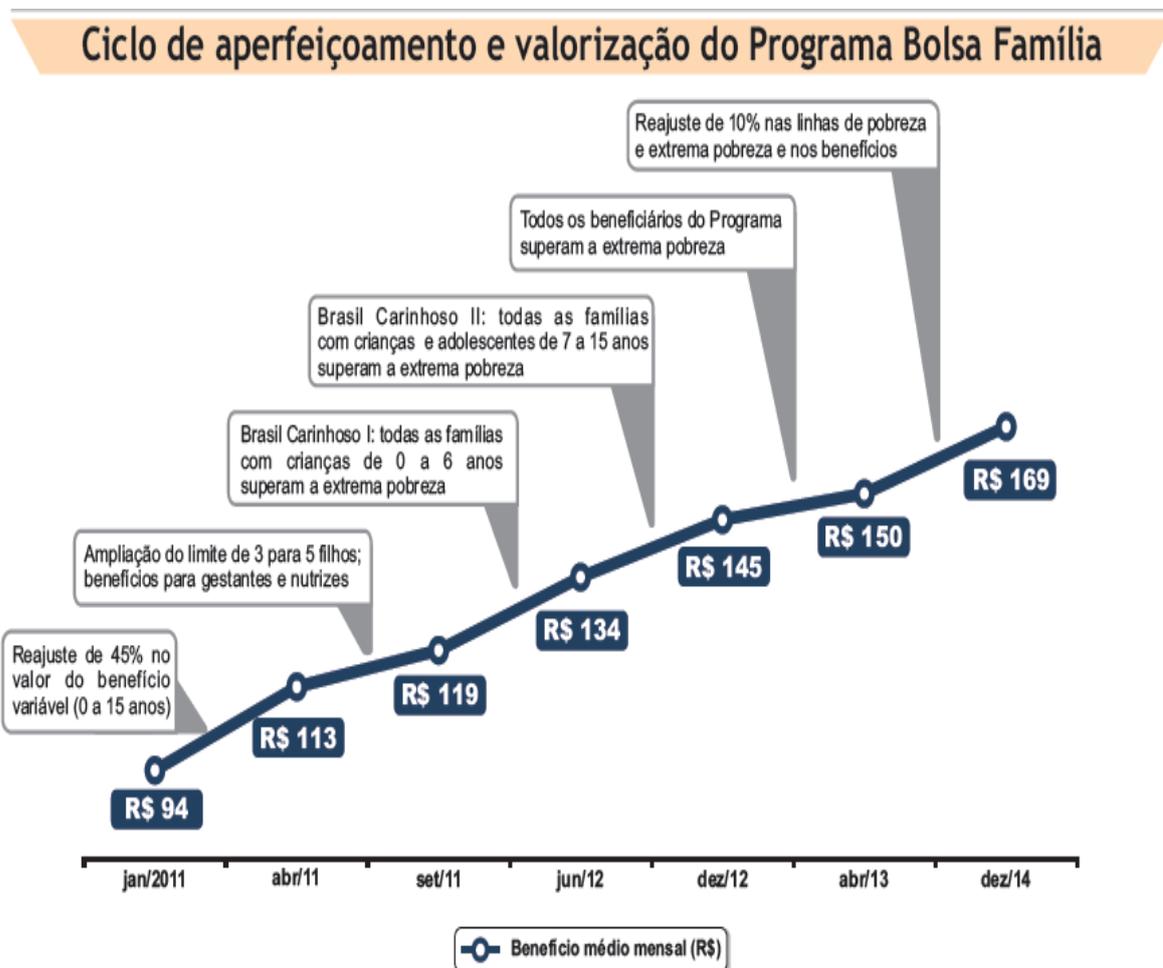
Aumento real de 50% no valor das transferências
entre 2010 e 2015



Fonte: Mds-caderno de gráficos (2011-2014)

ANEXO 4

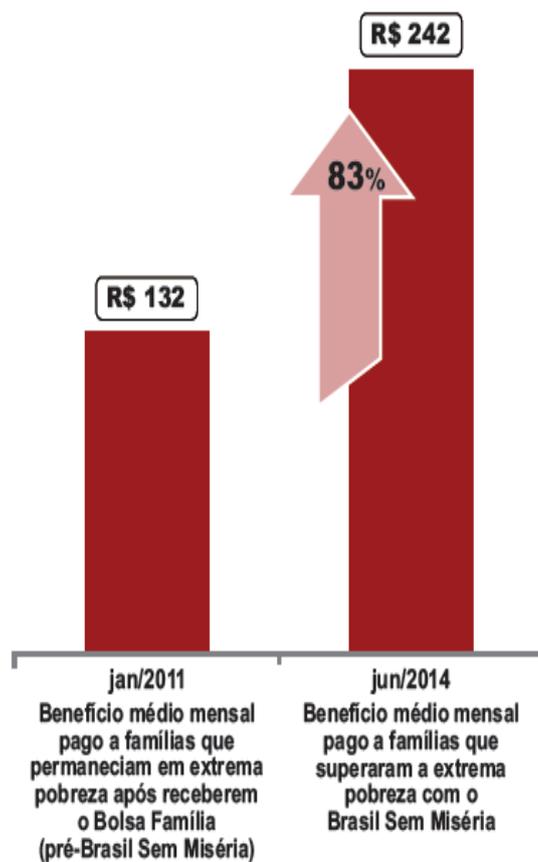
GRÁFICO 3



Fonte: Mds-caderno de gráficos (2011-2014)

ANEXO 5

GRÁFICO 4 – Pagamento do Benefício médio mensal (2011-2014)



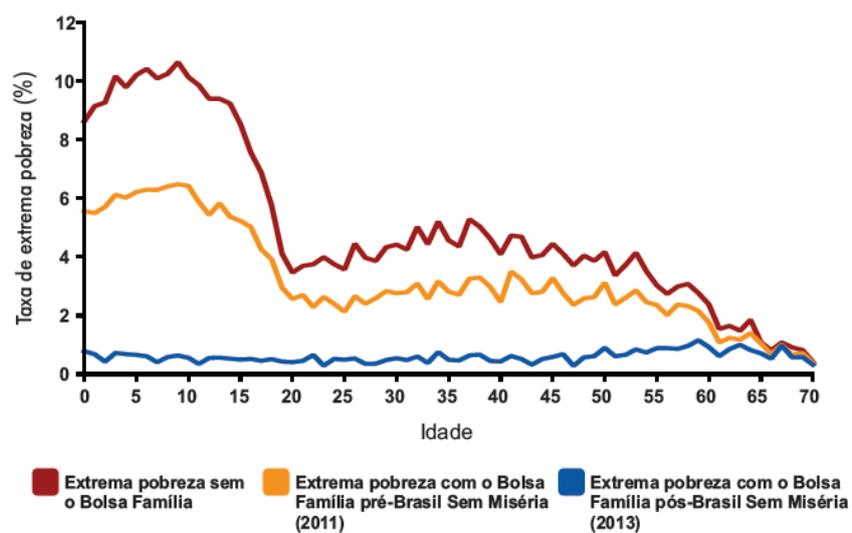
Fonte: MDS-caderno de gráficos (2011-2014)

ANEXO 6

GRÁFICO 5

BOLSA FAMÍLIA

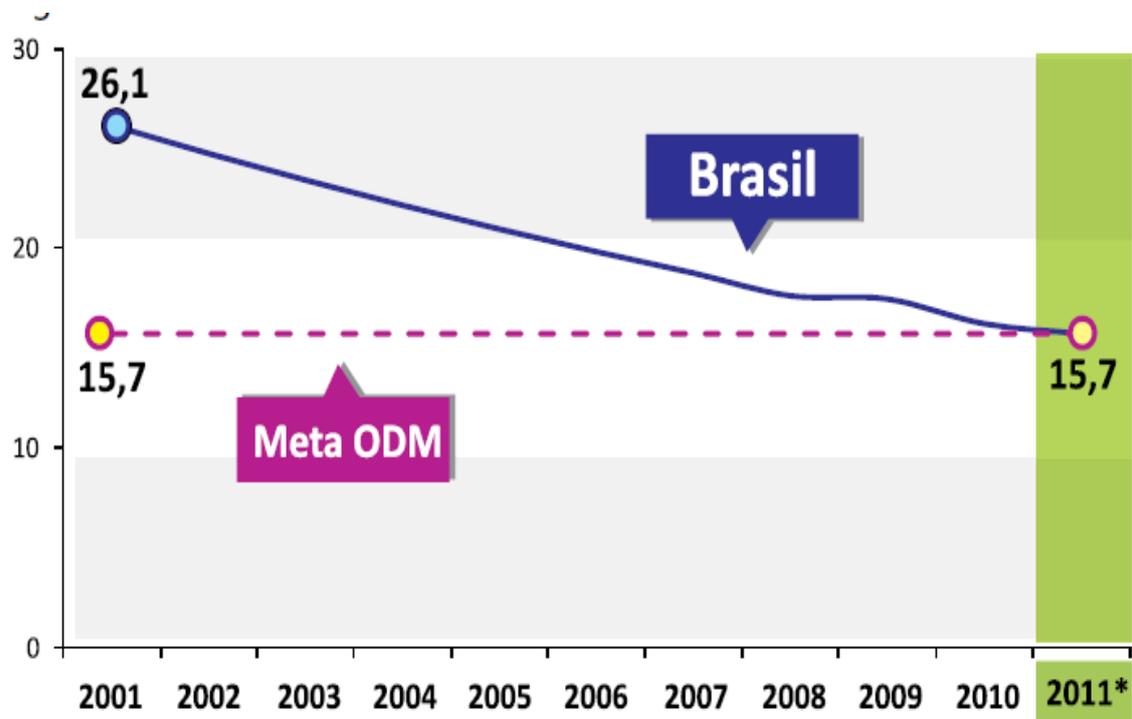
Redução da extrema pobreza em todas as faixas etárias, especialmente entre crianças e adolescentes



Fonte: MDS-caderno de gráficos (2011-2014)

ANEXO 7

GRÁFICO 6

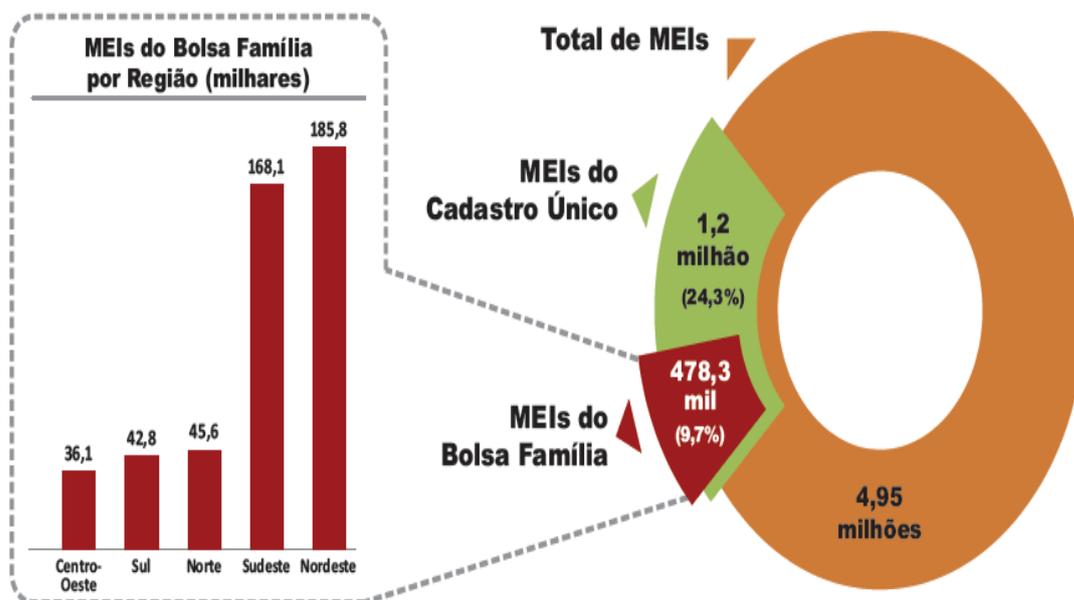


Fonte: BRASIL (2013b).

ANEXO 8

GRÁFICO 8

As vantagens da formalização também para os empreendedores de baixa renda

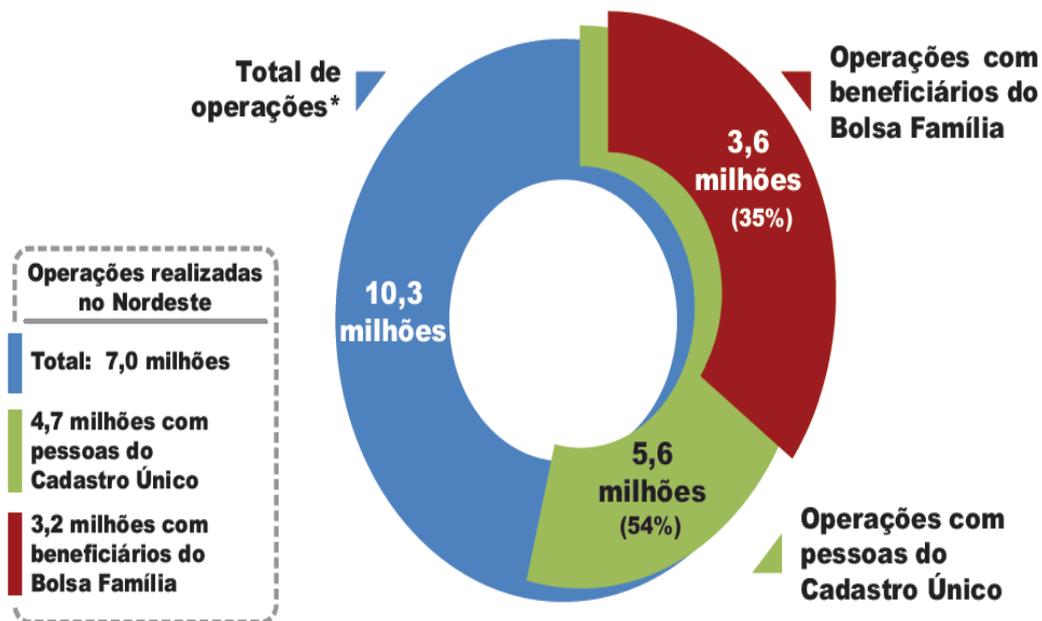


Fonte: MDS-caderno de gráficos BSM (2011/2014)

ANEXO 9

GRÁFICO 9

Empréstimos a juros reduzidos e com orientação de agentes de crédito para a estruturação dos negócios



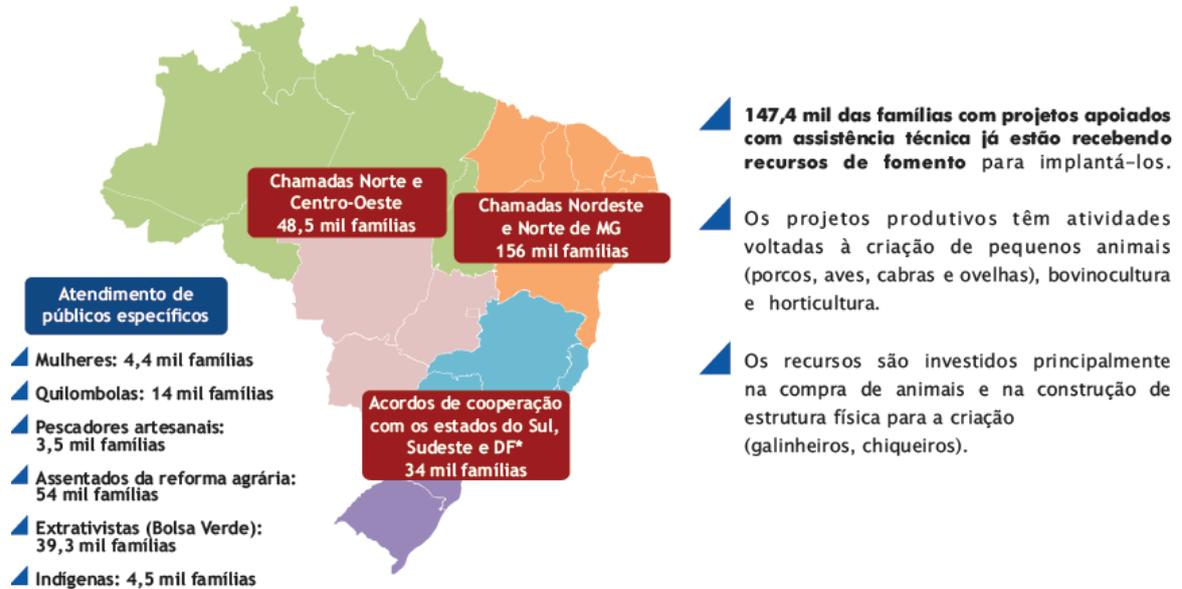
Fonte: MDS-caderno de gráficos BSM (2011/2014)

ANEXO 10

FIGURA 1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FOMENTO

358 mil famílias recebendo assistência técnica para aumentar a produção e melhorar a renda



INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Rota de Inclusão Produtiva Rural



Fonte: MDS- caderno de gráficos BSM (2011/2014)

ANEXO 11

QUADRO 3

IDCRAS Médio calculado a partir das informações dos 9 CRAS abaixo

2011	3,89
2012	6,00
2013	6,89
2014	7,11

Identificador do CRAS	Nome do CRAS em 2014	ANO	Indicadores de Desenvolvimento				IDCRAS Sintético
			Horário de Funcionamento	Estrutura Física	Atividades Realizadas	Recursos Humanos	
26116004479	CRAS SANTO AMARO	2011	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2013	Superior	Suficiente	Superior	Regular	8
		2014	Superior	Suficiente	Superior	Regular	8
26116004484	CRAS TORRÕES	2011	Superior	Suficiente	Regular	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Regular	Insatisfatório	4
		2013	Suficiente	Insatisfatório	Regular	Superior	4
		2014	Superior	Regular	Superior	Suficiente	8
26116004490	CRAS IBURA	2011	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Superior	Regular	8
		2013	Superior	Insatisfatório	Regular	Superior	4
		2014	Superior	Insatisfatório	Regular	Superior	4
26116004488	CRAS PINA	2011	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2013	Suficiente	Suficiente	Insatisfatório	Regular	4
		2014	Superior	Suficiente	Regular	Regular	7
26116004483	CRAS CORDEIRO	2011	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Superior	Regular	Suficiente	8
		2013	Superior	Superior	Superior	Suficiente	9
		2014	Superior	Superior	Superior	Suficiente	9
36116004482	CRAS DOIS IRMÃOS	2011	Suficiente	Suficiente	Regular	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Regular	Regular	7
		2013	Suficiente	Suficiente	Regular	Suficiente	8
		2014	Superior	Insatisfatório	Superior	Suficiente	4
26116004480	CRAS ALTO DO MANDÚ	2011	Suficiente	Superior	Regular	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Insatisfatório	Suficiente	4
		2013	Superior	Suficiente	Superior	Suficiente	9
		2014	Superior	Suficiente	Superior	Superior	9
26116004478	CRAS CAMPINA DO BARRETO	2011	Suficiente	Insatisfatório	Superior	Insatisfatório	3
		2012	Suficiente	Superior	Regular	Regular	7
		2013	Suficiente	Suficiente	Regular	Suficiente	8
		2014	Suficiente	Suficiente	Regular	Suficiente	8
26116004486	CRAS TOTÓ	2011	Suficiente	Suficiente	Superior	Insatisfatório	4
		2012	Suficiente	Suficiente	Superior	Regular	8
		2013	Superior	Superior	Regular	Superior	8
		2014	Superior	Superior	Regular	Regular	7

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social-Recife-2015

ANEXO 12

QUADRO 4

RELATÓRIO ANUAL/ 2014 - CRAS: Ibura

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS				
ITEM	AÇÕES/ATIVIDADES		QUANTIDADE	
1	Recepção/Acolhida		20.921	
2	Atendimento PAIF	Novos	Eventual	898
			Para Acompanhamento	93
2.1	Tipo de atendimento	Individual	989	
		Familiar	02	
2.2	ENCAMINHAMENTOS	QUANTIDADE		
		Com acompanhamento	Sem acompanhamento	
Aquisição de Documentação Civil		04	54	
Benefícios Eventuais		34	81	
Carteira de Livre Acesso (CLA)		2	4	
Para acesso a microcrédito			0	
Programas Habitacionais			0	
Serviços de Convivência de Fortalecimento de Vínculos – SCFV:		1.	0	
1. Crianças e adolescentes (Inclusive PETI e Projovem)		2.	0	
2. Idosos		3.	0	
3. Pessoas com Deficiência				
CADÚNICO:		1.	3	
1. Atualização cadastral		2.	8	
2. Inclusão		3.	4	
3. Consulta			10	
INSS:		1.4	14	
1. Acesso ao BPC		2.	4	
2. Demais direitos, exceto BPC.			29	
INSS:		1.4	14	
1. Acesso ao BPC		2.	29	
2. Demais direitos, exceto BPC.		4		
Inclusão Produtiva:		1.	0	
1. PRONATEC/PLANSEQ			247	
Tarifas Sociais:		1.	6	
1. Água		0		
2. Energia		2.	0	
			150	
Sistema de Garantia de Direitos		1.	0	
1. Ministério Público		2.	0	
2. Defensoria Pública		0		
3. Delegacias		3.	0	
Poder judiciário			0	
Conselho tutelar			4	
SICON			35	
			2	
4. TOTAL DE FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO ANO			311	

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA ACOMPANHAMENTO DA FAMÍLIA				QUANTIDADE	
4.1.1. VISITAS DOMICILIARES				110	
4.1.2 ATENDIMENTO CONTINUADO				319	
4.1.3. ESTUDO DE CASOS				91	
5. POTENCIALIZAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL					
5.1. Articulação com a Rede Socioassistencial		5.1.1. Visitas		7	
		5.1.2. Contatos Telefônicos		85	
5.2. Reunião com a rede socioassistencial				3	
5.3. Participação em eventos na rede socioassistencial				1	
5.4. Reunião Intersetorial				2	
				TOTAL	
6. ATIVIDADES COM COMUNIDADES	Palestras		2		
	Oficinas		0		
	Campanhas		0		
	Ações Intersetoriais (Especificar)		0		
7.0		ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, ASSESSORAMENTO E FORMAÇÃO		QUANTIDADE	
7.1. REUNIÕES		Equipe Técnica do CRAS		27	
		Entre CRAS's		4	
		Com Chefe de Setor		26	
		Com Chefe de Divisão		17	
		Com Gerência PSB		11	
		Reuniões Integradas		14	
8.0 ATENDIMENTO DOS DEMAIS SERVIÇOS					
SERVIÇO	ORIENTAÇÃO	RECADASTRO	CADASTRAMENTO	CONSULTA	ENTREGA DE DOC.
BOLSA FAMÍLIA	1.275	4.902	1.232	2.733	-----
CARTEIR A LIVRE ACESSO	1.331	-----	861	1.058	-----
PRONATE C	780	-----	246	50	-----

Tabela 1: Apresenta os dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - CRAS/IBURA, referentes aos atendimentos e atividades dos usuários residentes na microrregiões 6.2 e 6.3, referentes ao ano de 2014.

ANEXO 13

QUADRO 6

Quais cursos o entrevistado fez					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Departamento pessoal	13	13,0	13,0	13,0
	auxiliar de produção	6	6,0	6,0	19,0
	técnicas de vendas	3	3,0	3,0	22,0
	Telemarketing	15	15,0	15,0	37,0
	Culinária	6	6,0	6,0	43,0
	Recepcionista	3	3,0	3,0	46,0
	Depilação	3	3,0	3,0	49,0
	Eventos	3	3,0	3,0	52,0
	Gestão de pessoas	2	2,0	2,0	54,0
	Operador de computadores	3	3,0	3,0	57,0
	Administração de empresas	3	3,0	3,0	60,0
	instaladora de acessórios automotivos	3	3,0	3,0	63,0
	mecânica em refrigeração	3	3,0	3,0	66,0
	Informática	9	9,0	9,0	75,0
	eletricista industrial	6	6,0	6,0	81,0
	Balconista de farmácia	6	6,0	6,0	87,0
	manutenção de micro	3	3,0	3,0	90,0
	corte e costura	4	4,0	4,0	94,0
	agentesocio-ambiental	2	2,0	2,0	96,0
	Maquiagem	2	2,0	2,0	98,0
	assistente de cabelereiro	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 14

QUADRO 7

		segundo curso			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Vendas	3	3,0	30,0	30,0
	técnicas de venda e panificação	2	2,0	20,0	50,0
	Departamento pessoal	2	2,0	20,0	70,0
	gestão de cooperativismo	3	3,0	30,0	100,0
	Total	10	10,0	100,0	
Ausente	não se aplica	90	90,0		
Total		100	100,0		

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 15

QUADRO 8

		Ocupação atual do entrevistado			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Cabelereira(o)	3	3,0	3,2	3,2
	auxiliar de produção	9	9,0	9,6	12,8
	Vendas	4	4,0	4,3	17,0
	Estudante	24	24,0	25,5	42,6
	autônoma(o)	13	13,0	13,8	56,4
	Recepcionista	3	3,0	3,2	59,6
	Esteticista	3	3,0	3,2	62,8
	Vigilante	3	3,0	3,2	66,0
	Costureira & instaladora de acessórios automotivos	3	3,0	3,2	69,1
	auxiliar administrativo	6	6,0	6,4	75,5
	dona de casa	3	3,0	3,2	78,7
	atendente de telemarketing	10	10,0	10,6	89,4
	desempregada(o)	3	3,0	3,2	92,6
	Logística	3	3,0	3,2	95,7
	costureira(o)	4	4,0	4,3	100,0
	Total	94	94,0	100,0	
Ausente	Não especificado	6	6,0		
Total		100	100,0		

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 16

QUADRO 9

Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Pela boa qualidade do curso	13	13,0	13,0	13,0
	Para entrar no mercado de trabalho	20	20,0	20,0	33,0
	Para se manter ocupado	1	1,0	1,0	34,0
	pela boa qualidade e para entrar no mercado de trabalho	66	66,0	66,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 17

QUADRO 10

		Qual a importância do Pronatec na vida do entrevistado?			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	foi muito importante	91	91,0	91,0	91,0
	mais ou menos importante	9	9,0	9,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 11

		O local do curso é de fácil acesso?			
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	90	90,0	90,0	90,0
	Não	10	10,0	10,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 13

Após o Pronatec sua situação sócio-econômica melhorou?					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	38	38,0	38,0	38,0
	Não	62	62,0	62,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 19

QUADRO 14

Alguém da sua família está fazendo ou pretende fazer algum curso do Pronatec?					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	88	88,0	88,0	88,0
	Não	12	12,0	12,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 15

caso sim, Quem?					
		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Entrevistado(a)	79	79,0	89,8	89,8
	Entrevistado e filhos	3	3,0	3,4	93,2
	Filho	3	3,0	3,4	96,6
	Irmã	3	3,0	3,4	100,0
	Total	88	88,0	100,0	
Ausente	Não se aplica	12	12,0		
Total		100	100,0		

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 20

QUADRO 16

Quais aspectos positivos você encontrou no curso do Pronatec?		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	estrutura boa e bons professores	33	33,0	33,0	33,0
	estrutura boa e conteúdo abrangente	13	13,0	13,0	46,0
	boa qualidade dos professores	9	9,0	9,0	55,0
	Aprendizado, qualificação e/ou mercado	16	16,0	16,0	71,0
	Bons professores, boa estrutura, bom material didático, boa qualidade do curso	13	13,0	13,0	84,0
	Bons professores, boa estrutura, bom material didático	14	14,0	14,0	98,0
	Didática boa, organização	2	2,0	2,0	100,0
	Total	100	100,0	100,0	

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 21

QUADRO 17

Número de filhos do entrevistado * Situação econômica à época da inscrição no curso **Tabulação cruzada**

			Situação econômica à época da inscrição no curso		
			boa	regular	Ruim
Número de filhos do entrevistado	0	Contagem	6	11	16
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	18,2%	33,3%	48,5%
	1	Contagem	0	13	10
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	0,0%	50,0%	38,5%
	2	Contagem	3	12	14
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	10,3%	41,4%	48,3%
	3	Contagem	0	4	5
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	0,0%	44,4%	55,6%
	4	Contagem	0	2	1
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	0,0%	66,7%	33,3%
Total		Contagem	9	42	46
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	9,0%	42,0%	46,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 17

Número de filhos do entrevistado * Situação econômica à época da inscrição no curso
Tabulação cruzada

		Situação econômica à época da inscrição no curso	Total
		péssima	
Número de filhos do entrevistado	0	Contagem	33
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%
	1	Contagem	26
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%
	2	Contagem	29
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%
	3	Contagem	9
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%
	4	Contagem	3
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%
Total		Contagem	100
		% dentro de Número de filhos do entrevistado	100,0%

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 22

QUADRO 18

Escolaridade * Situação econômica à época da inscrição no curso Tabulação cruzada

			Situação econômica à época da inscrição no curso	
			boa	Regular
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	Contagem	0	3
		% dentro de Escolaridade	0,0%	100,0%
	Ensino Médio incompleto	Contagem	0	0
		% dentro de Escolaridade	0,0%	0,0%
	Ensino Médio completo	Contagem	6	30
		% dentro de Escolaridade	8,2%	41,1%
	Ensino Superior incompleto	Contagem	0	6
		% dentro de Escolaridade	0,0%	50,0%
	Ensino Superior Completo	Contagem	3	3
		% dentro de Escolaridade	50,0%	50,0%
Total		Contagem	9	42
		% dentro de Escolaridade	9,0%	42,0%

Escolaridade * Situação econômica à época da inscrição no curso Tabulação cruzada

			Situação econômica à época da inscrição no curso	
			ruim	Péssima
Escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	Contagem	0	0
		% dentro de Escolaridade	0,0%	0,0%
	Ensino Médio incompleto	Contagem	6	0
		% dentro de Escolaridade	100,0%	0,0%

Ensino Médio completo	Contagem	34	3
	% dentro de Escolaridade	46,6%	4,1%
Ensino Superior incompleto	Contagem	6	0
	% dentro de Escolaridade	50,0%	0,0%
Ensino Superior Completo	Contagem	0	0
	% dentro de Escolaridade	0,0%	0,0%
Total	Contagem	46	3
	% dentro de Escolaridade	46,0%	3,0%

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 23

QUADRO 19

Quantas pessoas moram na casa do entrevistado * Situação econômica à época da inscrição no curso

Tabulação cruzada

			Situação econômica à época da inscrição no curso		
			boa	regular	Ruim
Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	2	Contagem	3	14	13
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	9,1%	42,4%	39,4%
	3	Contagem	5	10	14
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	17,2%	34,5%	48,3%
	4	Contagem	1	14	13
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	3,6%	50,0%	46,4%
	5	Contagem	0	4	5
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	0,0%	44,4%	55,6%
	6	Contagem	0	0	1
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	0,0%	0,0%	100,0%
Total		Contagem	9	42	46
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	9,0%	42,0%	46,0%

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 19

Quantas pessoas moram na casa do entrevistado * Situação econômica à época da inscrição no curso

Tabulação cruzada

		Situação econômica à época da inscrição no curso	Total
		péssima	
Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	2	Contagem	33
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%
	3	Contagem	29
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%
	4	Contagem	28
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%
	5	Contagem	9
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%
	6	Contagem	1
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%
Total		Contagem	100
		% dentro de Quantas pessoas moram na casa do entrevistado	100,0%

Fonte: PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 22

QUADRO 20

Raça/Cor do entrevistado * Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec? Tabulação cruzada

			Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?	
			Pela boa qualidade do curso	Para entrar no mercado de trabalho
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	0 0,0%	9 45,0%
	Preta	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	6 37,5%	2 12,5%
	Parda	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	7 10,9%	9 14,1%
Total		Contagem	13	20
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	13,0%	20,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 20

Raça/Cor do entrevistado * Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec? Tabulação cruzada

			Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?	
			Para se manter ocupado	pela boa qualidade e para entrar no mercado de trabalho
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	0 0,0%	11 55,0%
	Preta	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	0 0,0%	8 50,0%
	Parda	Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	1 1,6%	47 73,4%
Total		Contagem % dentro de Raça/Cor do entrevistado	1 1,0%	66 66,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 25

QUADRO 21

Raça/Cor do entrevistado * O entrevistado conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do Pronatec? Tabulação cruzada

			O entrevistado conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do Pronatec?	
			Sim	Não
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem	14	6
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	70,0%	30,0%
		Contagem	5	11
	Preta	% dentro de Raça/Cor do entrevistado	31,2%	68,8%
	Parda	Contagem	25	39
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	39,1%	60,9%
Total		Contagem	44	56
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	44,0%	56,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 26

QUADRO 22

Raça/Cor do entrevistado * Após o Pronatec sua situação sócio-econômica melhorou? Tabulação cruzada

			Após o Pronatec sua situação sócio-econômica melhorou?	
			Sim	Não
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem	11	9
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	55,0%	45,0%
		Contagem	3	13
	Preta	% dentro de Raça/Cor do entrevistado	18,8%	81,2%
	Parda	Contagem	24	40
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	37,5%	62,5%
Total		Contagem	38	62
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	38,0%	62,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 27

QUADRO 23

Raça/Cor do entrevistado * Escolaridade Tabulação cruzada

			Escolaridade	
			Ensino Fundamental incompleto	Ensino Médio incompleto
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem	0	0
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	0,0%	0,0%
	Preta	Contagem	0	0
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	0,0%	0,0%
	Parda	Contagem	3	6
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	4,7%	9,4%
Total	Contagem	3	6	
	% dentro de Raça/Cor do entrevistado	3,0%	6,0%	

QUADRO 23

Raça/Cor do entrevistado * Escolaridade Tabulação cruzada

			Escolaridade	
			Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem	20	0
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	100,0%	0,0%
	Preta	Contagem	13	3
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	81,2%	18,8%
	Parda	Contagem	40	9
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	62,5%	14,1%
Total	Contagem	73	12	
	% dentro de Raça/Cor do entrevistado	73,0%	12,0%	

QUADRO 23

Raça/Cor do entrevistado * Escolaridade Tabulação cruzada

			Escolaridade	Total
			Ensino Superior Completo	
Raça/Cor do entrevistado	Branca	Contagem	0	20
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	0,0%	100,0%
	Preta	Contagem	0	16
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	0,0%	100,0%
	Parda	Contagem	6	64
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	9,4%	100,0%
Total		6	100	
		% dentro de Raça/Cor do entrevistado	6,0%	100,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 28

QUADRO 24

Sexo do entrevistado * Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec? Tabulação cruzada

			Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?	
			Pela boa qualidade do curso	Para entrar no mercado de trabalho
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	3	1
		% dentro de Sexo do entrevistado	16,7%	5,6%
	Feminino	Contagem	10	19
		% dentro de Sexo do entrevistado	12,2%	23,2%
Total		Contagem	13	20
		% dentro de Sexo do entrevistado	13,0%	20,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 24

Sexo do entrevistado * Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec? Tabulação cruzada

			Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?	
			Para se manter ocupado	pela boa qualidade e para entrar no mercado de trabalho
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem % dentro de Sexo do entrevistado	0 0,0%	14 77,8%
	Feminino	Contagem % dentro de Sexo do entrevistado	1 1,2%	52 63,4%
Total		Contagem % dentro de Sexo do entrevistado	1 1,0%	66 66,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 29

QUADRO 25

Sexo do entrevistado * O entrevistado conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do Pronatec? Tabulação cruzada

			O entrevistado conseguiu se inserir no mercado de trabalho em função do Pronatec?	
			Sim	Não
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	3	15
		% dentro de Sexo do entrevistado	16,7%	83,3%
	Feminino	Contagem	41	41
		% dentro de Sexo do entrevistado	50,0%	50,0%
Total	Contagem		44	56
	% dentro de Sexo do entrevistado		44,0%	56,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 30

QUADRO 26

Sexo do entrevistado * Após o Pronatec sua situação sócio-econômica melhorou? Tabulação cruzada

			Após o Pronatec sua situação sócio-econômica melhorou?	
			Sim	Não
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	6	12
		% dentro de Sexo do entrevistado	33,3%	66,7%
	Feminino	Contagem	32	50
		% dentro de Sexo do entrevistado	39,0%	61,0%
Total		Contagem	38	62
		% dentro de Sexo do entrevistado	38,0%	62,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 31

QUADRO 27

Sexo do entrevistado * Sua família já recebeu o bolsa família? Tabulação cruzada

			Sua família já recebeu o bolsa família?	
			Sim	Não
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	13	5
		% dentro de Sexo do entrevistado	72,2%	27,8%
	Feminino	Contagem	70	12
		% dentro de Sexo do entrevistado	85,4%	14,6%
Total		Contagem	83	17
		% dentro de Sexo do entrevistado	83,0%	17,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

ANEXO 32

QUADRO 28

Sexo do entrevistado * Escolaridade Tabulação cruzada

			Escolaridade	
			Ensino Fundamental incompleto	Ensino Médio incompleto
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	0	0
		% dentro de Sexo do entrevistado	0,0%	0,0%
	Feminino	Contagem	3	6
		% dentro de Sexo do entrevistado	3,7%	7,3%
Total		Contagem	3	6
		% dentro de Sexo do entrevistado	3,0%	6,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

QUADRO 28

Sexo do entrevistado * Escolaridade Tabulação cruzada

			Escolaridade	
			Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	12	3
		% dentro de Sexo do entrevistado	66,7%	16,7%
	Feminino	Contagem	61	9
		% dentro de Sexo do entrevistado	74,4%	11,0%
Total		Contagem	73	12
		% dentro de Sexo do entrevistado	73,0%	12,0%

			Escolaridade	Total
			Ensino Superior Completo	
Sexo do entrevistado	Masculino	Contagem	3	18
		% dentro de Sexo do entrevistado	16,7%	100,0%
	Feminino	Contagem	3	82
		% dentro de Sexo do entrevistado	3,7%	100,0%
Total		Contagem	6	100
		% dentro de Sexo do entrevistado	6,0%	100,0%

Fonte : PRONATEC/Levantamento do autor (2016)

PERGUNTAS FORMULADAS PARA OS GESTORES DAS UNIDADES QUALIFICADORAS FBV E IFPE

- 1. Qual a sua avaliação a respeito do PRONATEC?**
- 2. Os cursos ofertados atendem as demandas do mercado de trabalho?**
- 3. Você acredita que os beneficiários do Programa Bolsa Família ao cursarem os cursos do PRONATEC tem reais condições de serem inseridos no mercado de trabalho e conseqüentemente superarem a situação de vulnerabilidade social vivenciada ?**
- 4. O tempo de uma qualificação profissional do PRONATEC é o suficiente para os beneficiários do Programa Bolsa Família adquirirem uma formação profissional adequada?**
- 5. Quais os aspectos positivos e negativos do modelo de qualificação profissional ofertado pelo PRONATEC?**

Questionário para aplicado com os alunos do PRONATEC que estão inscritos no CADÚNICO

Aluno :

Data de nascimento : ____/____/____ Idade: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

End:

Telefone:

Sexo:1. () masculino 2. feminino

Qual sua cor/raça:1. () Amarela 2. () Branca 3. () Indígena 4. () Preta 5. () Parda

Estado civil : 1. () Solteiro/a 2. () Casado/a 3. () Divorciado/separado/a

4. () União estável 5. () Viúvo/a 6. Outro, qual ? _____

Quantos filhos você tem ?

1. () 1 2. () 2 3. () 3 4. () 4 5. () Caso mais de 4, quantos ? _____

INFORMAÇÕES A RESPEITO DA FAMÍLIA

1. Quantas pessoas moram na sua casa?

2. Você é responsável pelo sustento da sua famílias?

1. () Sim 2.() Não, caso não responda o item 99.

99. () Qual(is) os responsáveis? _____

3. Qual a situação sócio econômica da família na época em que se inscreveu no curso?

1. () boa 2. () regular 3.() ruim 4. () péssima

PERGUNTAS REFERENTES AO PRONATEC

4. Qua(is) o(s) curso(s) que você fez ? E qual a duração? Qual a unidade de ensino? Você trabalha como quê atualmente?

5. Por que optou por fazer o curso de qualificação do Pronatec?

1. () pela boa qualidade do curso 2. () para entrar no mercado de trabalho

3. () para se manter ocupado

6. Qual a importância do Pronatec na sua vida e da sua família?

1. () foi muito importante 2. () não foi importante 3. () mais ou menos importante

7) Você conseguiu inserção no mercado de trabalho em função do Pronatec?

1. () Sim 2. () Não 99. () Caso sim em quê?

8) O curso do Pronatec o estimulou a buscar se qualificar mais?

1. () Sim 2. () Não () mais ou menos

9) O que você achou da metodologia do curso que fez no Pronatec?

1. () Boa 2. () Ruim

10. O Pronatec ajuda no encaminhamento dos egressos no mercado de trabalho?

1. () Sim 2. () Não

11) Como você considera a qualidade do curso que você fez considerando as notas de 1 a 10.

1. () 10 (ótimo) 2. () 8 a 9 (bom) 3. () 5 a 7 (regular) 4. () 2 a 4 (ruim) 5. () 1 (péssimo)

12) O local do curso é de fácil acesso?

1. () Sim 2. () Não

13) O material didático é de boa qualidade e suficiente para a turma?

1. () Sim 2. () Não

14) Após o Pronatec a sua situação sócio-econômica melhorou?

1. () Sim 2. () Não

15) Sua Família já recebeu ou recebe o bolsa família caso sim responda a questão 16, caso contrário passe para a 17

1. () Sim 2. () Não

16) A sua família ainda recebe o bolsa família depois de você ter concluído o curso?

1. () Sim 2. () Não

17 .Alguém da sua família está fazendo ou pretende fazer algum curso do Pronatec?

1. () Sim, caso sim responda o item 99. 2. () Não

99. Quem? _____

18) Qual(is) o(s) aspecto(s) positivo(s) que você encontrou no curso do Pronatec?

19. No curso que você fez no Pronatec identificou aspecto(s) negativo(s)?

1. () Não 2. () Caso sim, responda o item 99.

99.() Qual(is) ?

20. No curso teve alguma orientação para a abertura do seu próprio negócio?

1. () Caso sim, responda o item 99 2. () Não

99. () Como?